



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE  
FACULDADE DE ARTES VISUAIS  
CURSO EM MUSEOLOGIA

SUZETE MONTALVÃO FRAIHA

OS GRADIS E ORNAMENTOS DE FERRO DO COLÉGIO  
GENTIL BITTENCOURT: RELAÇÃO ENTRE A  
COMUNIDADE ESTUDANTIL, PATRIMÔNIO E  
EDUCAÇÃO MUSEAL.

Belém - PA  
2018

SUZETE MONTALVÃO FRAIHA

OS GRADIS E ORNAMENTOS DE FERRO DO COLÉGIO  
GENTIL BITTENCOURT: RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE  
ESTUDANTIL, PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO MUSEAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Museologia ao Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará, sob a orientação do Prof. Ms. Luis Tadeu Costa e Coorientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Flávia Olegário Palácios.

Belém - PA  
2018

SUZETE MOTALVÃO FRAIHA

OS GRADIS E ORNAMENTOS DE FERRO DO COLÉGIO GENTIL  
BITTENCOURT: RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE ESTUDANTIL,  
PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO MUSEAL.

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título do Grau de Bacharel em Museologia ao Instituto de Ciências da Arte da Universidade Federal do Pará, submetida à banca examinadora composta pelos seguintes membros.

Banca Examinadora:

---

Prof. Ms. Luis Tadeu Costa  
Universidade Federal do Pará  
Orientador

---

Profª Dra. Flávia Olegário Palácios  
Universidade Federal do Pará  
Coorientadora

---

Examinador

---

Examinador

APROVADO EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

CONCEITO: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTO**

A Deus por ter permitido chegar ao final desta caminhada, aos meus familiares, filhos e esposo pelo apoio nos momentos de dificuldade e por terem acreditado que seria possível chegar ao final desta jornada, à minha prima Zilda que sempre esteve ao meu lado dando o suporte necessário para que eu me tranquilizasse ao saber que estava zelando pela minha família durante minhas ausências de casa para estudar.

Agradeço ao Prof. Ms. Luis Tadeu Costa e à Prof<sup>a</sup> Dra. Flávia Olegário Palácios por dizerem sim em orientar-me e acompanhar todo o processo de construção deste trabalho, auxiliando me com seus conhecimentos e também a todo o corpo docente do curso de Museologia que não mediram esforços para minha formação durante os quatro anos de graduação e às irmãs do Colégio Gentil Bittencourt que abriram as portas da instituição para que fosse possível realizar esta pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal do Pará que realizou meu sonho de estudar numa Universidade pública gratuita e me proporcionar um ensino de qualidade da qual me orgulho imensamente em fazer parte como discente e de ter me incentivado através de bolsa de pesquisa a criar gosto pela busca do conhecimento científico.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1 – CONTEXTO HISTÓRICO</b> .....	11
1.1 – HISTÓRIA DO FERRO NO PARÁ .....	11
1.2 – UM BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA MAC FARLANE .....	19
1.3 – HISTÓRICO DO INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT .....	23
1.4 – FILINTO SANTORO E O INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT .....	26
1.5 – DE INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT PARA COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT .....	30
<b>2 – PATRIMÔNIO, OBJETO DE FERRO E EDUCAÇÃO</b> .....	33
2.1 – OS GRADIS E ORNAMENTOS DE FERRO DO INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT: A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO ESTUDANTIL E O PATRIMÔNIO. ....	33
2.2 – O FERRO COMO CULTURA MATERIAL .....	36
2.3 – EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO .....	44
<b>3 – ESCOLA, PÚBLICO ESTUDANTIL E PATRIMÔNIO</b> .....	50
3.1 – PÚBLICO ESCOLAR: MUSEU, ESCOLA E PATRIMÔNIO: DISTANCIAMENTO OU PERTENCIMENTO? .....	50
3.2 – ESTUDO DE PÚBLICO: OLHAR DO EDUCANDO SOBRE O PATRIMÔNIO .....	58
3.3 – CIRCUITO DE CONHECIMENTO: PROPOSIÇÃO EDUCATIVA NO ESPAÇO DE MUSEALIZAÇÃO .....	69
3.4 – ROTEIRO ILUSTRATIVO COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO MUSEAL .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87
<b>APÊNDICES</b> .....	91
<b>ANEXOS</b> .....	95

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa os gradis e ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt que durante a construção do prédio foram importados na grande maioria para compor o conjunto arquitetônico como elementos estruturais e ornamentais do edifício. Este estudo tem como objetivo compreender o fato museal que se estabelece na relação entre o patrimônio, o espaço e a comunidade estudantil, investigar qual o entendimento que a comunidade estudantil possui com relação ao bem patrimonial, sugerir estratégias de ações educativas por meio da educação museal, a partir da criação de um circuito museológico de conhecimento do objeto deste estudo para tornar-se conhecido e despertar sentimento de pertencimento e preservação do patrimônio. Durante as etapas desta pesquisa são apresentados os estudos históricos sobre o Colégio e os gradis de ferro e o estudo de público. Criou-se um roteiro de conhecimento dos pontos expositivos de cada bem cultural com descrição técnica do material e elaboração de um folder ilustrativo como subsidio para mediação. As ações educativas museológicas propostas neste estudo são os processos utilizados para o conhecimento e valorização do objeto cultural como potencial histórico e museológico.

Palavra-chave: Colégio Gentil Bittencourt; Educação Museal; Patrimônio; Gradis e Ornamentos de Ferro

## **ABSTRACT**

The present work has as object of research the iron grids and ornaments of the School Gentil Bittencourt, that during the construction of the building were imported in the great majority to compose the architectonic set as structural and ornamental elements of the building. This study aims to understand the fact that the museum establishes a relationship between patrimony, space and the student community, to investigate the student community's understanding of patrimony, to suggest strategies for educational actions through museum education, from the creation of a museological circuit of knowledge of the object of this study to become known and awaken feeling of belonging and preservation of heritage. During the stages of this research are presented the historical studies about the College and the iron grids and the study of public. It was created a script of knowledge of the expository points of each cultural object with technical description of the material and elaboration of an illustrative folder as a mediation grant. The educational museological actions proposed in this study are the processes used for the knowledge and valuation of the cultural object as historical and museological potential.

Keywords: College Gentil Bittencourt; Museum Education; Patrimony; Iron Grids and Ornaments

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Torre Eiffel, Paris – França.....	18
Figura 2 – Mercado de Carne, Belém – Brasil.....	18
Figura 3 – Coluna do pavilhão do Colégio Gentil Bittencourt com marca Mac Farlane.....	27
Figura 4 – Pátio Intero.....	27
Figura 5 – Plana baixa do 1º Pavimento do Instituto Gentil Bittencourt.....	28
Figura 6 – Refeitório do Instituto Gentil Bittencourt.....	29
Figura 7 – Pavilhões do pátio do recreio do Instituto.....	29
Figura 8 – Trajeto de circulação.....	73
Figura 9 – Óculo na fachada do Colégio Gentil Bittencourt.....	74
Figura 10 – Guarda corpo da janela da fachada do Colégio Gentil.....	75
Figura 11 – Luminárias da fachada do Prédio do Colégio Gentil.....	76
Figura 12 – Colunas de ferro do auditório do Colégio Gentil.....	76
Figura 13 – Detalhes da estrutura de ferro do pavilhão.....	77
Figura 14 – Calha de escoamento de água no Colégio Gentil.....	78
Figura 15 – Ilustração do roteiro de exposição dos pontos dos objetos culturais em ferro.....	79
Figura 16 – Croqui ilustrativo do circuito de educação museal.....	84

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultado do ensino de educação sobre patrimônio no conteúdo curricular.....	43
Gráfico 2 – Resultado de aplicação do questionário por faixa etária.....	58
Gráfico 3 – Resultado da aplicação do questionário por sexo.....	59
Gráfico 4 – Resultado de aplicação do questionário número de alunos por turma.....	59
Gráfico 5 – Resultado de aplicação dos entrevistados por turno.....	60
Gráfico 6 – Resultado sobre o grau de ensino ingresso no Colégio Gentil.....	61
Gráfico 7 – Resultado da pesquisa sobre patrimônio.....	62
Gráfico 8 – Resultado sobre valor atribuído ao patrimônio.....	63
Gráfico 9 – Resultado de pesquisa sobre os elementos de destaque.....	64
Gráfico 10 – Resultado sobre contribuição do ensino para entendimento de patrimônio.....	66

## INTRODUÇÃO

O estudo desta pesquisa está voltado para os elementos arquitetônicos constituídos de ferro nas fachadas e áreas internas do prédio edificado e as relações sociais estabelecidas entre objeto e o homem, dentro de um cenário em que os gradis e ornamentos de ferro são parte integrante de uma realidade construída pelo homem, em que este tem ação sobre o objeto, intervindo e por meio deste, se construindo e reconstruindo na sua própria identidade. Pensar nesta relação homem e o artefato no mais amplo sentido e significado para além do bem material, é compreender a realidade deste no contexto imaterial. O fato museológico se estabelece nas tramas que se constrói nestas relações homem, objeto e cenário. Segundo Guarnieri (1989, p.180), define o fato museológico como: “... A relação profunda entre o homem e o bem cultural, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, e sobre o qual tem o poder de agir.”

O Colégio Gentil Bittencourt é onde está o objeto de estudo desta pesquisa, uma instituição educativa que, historicamente, desde o início, em 1804, denominado de Recolhimento das Educandas e inaugurado pelo 7º pastor da diocese paraense, D. Manoel de Almeida Carvalho, esteve voltado para abrigar e instruir meninas órfãs de Belém e do interior do Estado, atravessou ao longo do tempo por diversas etapas de desenvolvimento, passando por várias reformas tanto no campo administrativo como na mudança de espaço físico, por meio de locação de aluguéis até obter espaço próprio, o que resultou na construção do prédio apropriado para os devidos fins ao qual estava destinado desde o início.

No projeto de construção do novo prédio fazia-se necessário atender às necessidades para o fim a qual a instituição estava destinada e de acordo com a ordenação do Dr. Antônio Lemos, Intendente de Belém, ao cumprimento da lei de nº 86, de 25 de fevereiro de 1891, o prédio deveria ser construído num terreno amplo com espaço para atender um número significativo de educandas, que fosse funcional e não estivesse localizado longe do centro urbano. Além de todos os requisitos solicitados, o prédio deveria apresentar um projeto arquitetural moderno. Como descrito pelo arquiteto Filinto Santoro, a ideia era construir uma escola monumental, com alguns elementos com características do estilo neoclássico, como a escadaria principal e a fachada do edifício.

Dentre os elementos construtivos, os materiais estruturais e de ornamentação em ferro fizeram parte do embelezamento do novo prédio, permanecendo até os dias atuais. E ao se destacar no espaço construtivo, pela beleza e estética, tornou-se objeto deste estudo por apresentar um potencial histórico e cultural. Como parte integrante da construção do prédio do

Colégio Gentil Bittencourt, considerou-se como bem patrimonial que se encontra no tempo e no espaço em constante relação com as pessoas que o habitam.

O patrimônio estabelece uma ligação de identidade com algo, pessoas ou grupo de pessoas. A atribuição de valor dado por alguém a um determinado objeto poderá considerar um bem patrimonial em si mesmo, no entanto, vale considerar que a valoração do bem cultural possui uma relação com o contexto cultural ao qual o homem está inserido e se possa construir a ideia de preservação pelo viés da educação, como nos mostra Bezerra (2006,p.84), de que: “Educação, cultura e patrimônio estão amalgamadas, e que, portanto, não seria possível conceber uma educação dissociada de ideia de cultura e patrimônio. À escola cabe o papel de formar cidadãos a partir deste amalgama.”

Na construção do entendimento do que venha a ser patrimônio deve-se considerar o que o outro pensa a partir de sua história e vivências, neste contexto, que se debruça os estudos sobre a cultura material, em específico, o gradis e ornamentos de metal do Colégio Gentil Bittencourt como objeto relevante para se pensar como patrimônio.

Que este entendimento não se construa apenas dentro do universo de educação formal, dentro de um processo de verticalização, mas que se apresente a partir do que o outro entende sobre patrimônio. A construção deste conhecimento não deve estar desarticulada da experiência e do conhecimento do outro. A educação não caminha numa única via, de transmissão do conhecimento, desarticulada do seu contexto, ter um caráter de depositário de saber, enquanto o aluno um agente receptor passivo do saber. Configurando, assim como educação bancária (FREIRE,1987).

Frente a este quadro que se configura em relação ao patrimônio, educação e os elementos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt como cultura material é que se objetiva com este trabalho compreender como se estabelece a relação do patrimônio do Colégio Gentil Bittencourt e espaço de educação, investigando o entendimento da comunidade estudantil sobre este patrimônio e possibilitar a valoração deste bem patrimonial por meio de estratégia pedagógica de construção de conhecimento coletivo.

Os propósitos a serem alcançados neste trabalho de pesquisa surgem a partir da problemática ao perceber que o Colégio Gentil Bittencourt apresenta uma estrutura arquitetônica com integração de gradis e ornamentos de ferro fundido, elementos que passaram a fazer parte nas construções, durante o período do ciclo da borracha, na cidade de Belém no período do século XIX, além de garantir as estruturas nas construções, mas também, como objeto de decoração de fachadas dos prédios, incentivados pelas empresas estrangeiras, responsáveis em enviar modelos através de catálogos para conquistar o mercado no Brasil.

Segundo Silva (1986), as empresas apresentavam linha de produção bastante variada e que proporcionava uma grande atividade de comercialização no Brasil com o propósito de embelezar as cidades.

Os ferros fundidos que se fizeram presentes na construção do Colégio Gentil Bittencourt estão visíveis pela beleza e exuberância, porém, durante uma visita ao Colégio, anteriormente ao início desta pesquisa, se pode observar, na área do recreio, a falta de percepção dos alunos, mesmo diante de tanta beleza, ao conjunto arquitetônico que se pareceu indiferente diante dos olhos dos educandos. Portanto, levantou-se a questão de qual o entendimento que os alunos possuem sobre esses materiais de ferro, como tem se relacionado com esse patrimônio e se o conhecimento sobre patrimônio tem contribuído para a compreensão da valorização do patrimônio edificado do Colégio Gentil Bittencourt.

Diante dos questionamentos apresentados, pretende-se com este estudo auxiliar para que os gradis e ornamentos de ferro fundido do Colégio Gentil Bittencourt sejam reconhecidos pela comunidade estudantil como patrimônio, que o conhecimento sobre o patrimônio se torne o caminho facilitador para sensibilizar e despertar o sentimento de pertencimento frente a valorização e preservação do patrimônio. Que os estudos apresentados possam fomentar discussões e novas propostas de ações para conservação e preservação do patrimônio de maneira ativa e coletiva.

Os caminhos metodológicos para realização desta pesquisa foram para compreender as múltiplas formas de relação entre o educando e objeto cultural e foram desenvolvidos neste trabalho. O corpo do trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro, discorrerá sobre a história do Colégio Gentil Bittencourt e da história do ferro no Pará e no Gentil Bittencourt. No segundo capítulo, discorre sobre o patrimônio, a relação social e o objeto e discutir sobre o papel da educação como instrumento pedagógico para preservação do bem patrimonial no espaço museu escola. No terceiro capítulo, trata sobre o público escolar, a escola, Museu e o patrimônio, com estudo de público para compreender a relação de pertencimento ou distanciamento deste público com o espaço e o patrimônio

Durante o desenvolvimento dos capítulos é apresentado pesquisa bibliográfica que levanta estudos sobre a temática. Em seguida é feita pesquisa de avaliação para levantar dados, por meio do estudo de público, com aplicação de questionários para alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Gentil Bittencourt. A próxima fase da pesquisa foi a análise dos dados obtidos por meio dos questionários para obter respostas para as questões levantadas e produzir textos para subsidiar as propostas de ações educativas, com a produção de novas ações pedagógicas para o ensino sobre o patrimônio no espaço escolar sobre olhar de pertencimento.

Os estudos sobre os gradis e ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt estarão alinhados a alguns teóricos, como Freire (1987), por entender educação não apenas como transmissor de conhecimento, mas o receptor deste conhecimento ser o agente ativo de participação no processo de construção de conhecimento. Que o receptor não se torne fruto de uma educação bancária, mas promotor do conhecimento com autonomia.

Para compreender o conceito de patrimônio apórtos estes estudos sobre os pensamentos e teorias de Gonçalves (2009), ao entender que antes de pensar em uma estratégia de ensino para o patrimônio, deve-se entender com as diversas interpretações que traz as diferentes categorias do pensamento sobre o patrimônio presente entre as pessoas e o espaço. Investigar se o entendimento de cada indivíduo aproxima -se ou distância -se do pensamento, historicamente, construído ao longo do tempo.

Com Choay (2006), pensar como, historicamente, o pensamento sobre patrimônio se construiu ao longo dos anos e dos diferentes olhares e relações estabelecidas com o objeto da cultura material.

A cultura material considerado patrimônio quando permeada de sentidos e significados, estabelecidos pela trama social e o objeto, neste pensamento me apoio em Horta (2006) ao tratar da alfabetização cultural, como passo inicial para construção de uma estratégia de ensino sobre o patrimônio.

De Varine (2013) contribui para a discussão sobre o papel da escola frente ao fomento de diferentes olhares que se volta sobre o patrimônio considerando o conhecimento oral e escrito, respeitando o saber dos mais antigos sobre o que se entende e conhece sobre o patrimônio.

Para melhor conhecer a história do ferro, constituição e tanto o valor extrínseco como intrínseco das construções de ferro no Pará e no Colégio Gentil Bittencourt alinho-me ao conhecimento de Costa (1994) e Silva (1986).

Estes autores serviram de aporte teórico para o desenvolvimento desta pesquisa, porém outros serão citados como referências nas linhas de pensamentos para afirmação do conceito sobre o patrimônio, educação e ensino para o pensamento sobre patrimônio no espaço do Colégio Gentil Bittencourt.

## 1 – CONTEXTO HISTÓRICO

### 1.1 – HISTÓRIA DO FERRO NO PARÁ

O Século XIX foi o período que marcou a expansão da produção do ferro e de sua comercialização. A Inglaterra partiu na frente dos demais países europeus na exportação de seus produtos, em especial, rumo aos países subdesenvolvidos, como nos afirma Silva (1986, p.14): “[...] foi o primeiro a produzi-lo em escala considerável e se beneficiou do monopólio das relações comerciais com o mundo subdesenvolvido”.

Por diversas razões, os países em desenvolvimento sentiram, com o seu crescimento, a necessidade de melhoramento da produção e o escoamento de seus produtos agrícolas, impulsionando a adquirir máquinas e a realizar construções de ferrovias, o que contribuiu para a importação do ferro. A Grã-Bretanha se beneficiou e ampliou sua produção de ferro para atender a demanda com construção de ferrovias. Porém, com a concorrência de outros países europeus, os ingleses sentiram a necessidade de diversificar sua produção de ferro para exportação aos países subdesenvolvidos.

A relação comercial dos ingleses com o exterior, em especial com o Brasil, foi relevante para as transformações socioeconômicas do país. Este momento foi marcado com a vinda da coroa portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, que atravessava uma crise econômica e política e o Brasil, neste momento, por conta da Revolução industrial, segundo Costa (1994) ficou no papel de fornecedor de matéria-prima e comprador de manufaturados, levando os proprietários rurais e o setor mercantil a despertar para o cultivo ao consumismo, o que acabou por abrir os portos para o comércio, em 1810, em especial para os ingleses, que contribuiu para que se estabelecessem no Brasil e ampliassem seu comércio de exportação, abrindo frente de mercado com instalação de estabelecimentos comerciais.

O resultado na transação comercial com o Brasil trouxe diversos tipos de mercadorias inclusive domésticas como: louças, móveis, vidros, perfumaria entre outros produtos, em especial o ferro para suprir as necessidades nas construções das novas residências.

O aumento gradativo da importação de produtos ingleses de diferente ordem como já se mencionou acima, nas residências foi determinante para inclusão de hábitos ingleses na vida e no cotidiano da cidade, causando mudanças nos hábitos culturais locais.

Em 1850, foi inaugurada a linha regular a vapor entre Liverpool e Rio de Janeiro, o que acabou por estreitar cada vez mais a relação de comércio com a Inglaterra.

Importante perceber que na trama de relação comercial do Brasil com a Inglaterra, o ferro passou a ter um papel fundamental na reestruturação das cidades portuárias do Brasil como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Manaus e em especial com Belém, cidade que

incorporou na sua malha urbana as construções de ferro, expandindo-se pela cidade, mesclando-se com as tradicionais e antigas edificações. Os locais marcados por este novo modelo de construção transformaram-se em ponto de identidade da cidade.

O ferro foi utilizado para diferentes fins, principalmente, na realização de construções de edifícios, ainda que de forma gradual como nos informa Silva (1986, p.24), que passou a ser usado “como material que se prestava à execução de peças de ligação como cravo, dobradiças, fechaduras, grampos para união de alvenaria de pedras, etc.”, o que caracteriza a sua utilização com valor utilitário funcional.

A industrialização do ferro fez com que a sua construção ganhasse o mercado externo por sua produção em escala e pela eficácia técnica. A industrialização provocou diminuição na produção artesanal do ferro em forja, o que pode ter refletido na ação produtiva e criativa dos artesãos. A nova técnica de produção foi conquistando espaço na construção dos edifícios, mas pelo potencial técnico, como já se mencionou acima, bem como pelo custo econômico, em razão da grande produção em série, possibilitou a vulgarização do mesmo levando a baixo custo.

O interesse pelo consumo da construção em ferro surge pela razão econômica e técnica, mesmo que tenha provocado mudança estética na arquitetura de ferro. No caso da cidade de Belém que acabou por modificar seu estilo arquitetônico ao aderir ao uso do ferro nas construções, que segundo Silva (1986, p. 26), “essencialmente foram as razões econômicas que determinaram a coexistência da arquitetura do ferro com a arquitetura de estilo”.

As inovações que a arquitetura de ferro trouxe eram pouco percebidas no que se refere a estética apresentada, como a produção em ferro fundido, que possibilitou a reprodução de modelos em séries por meio de moldes, trazendo em si beleza, favorecendo a produção de peças ornamentais com diferentes estilos e incorporando elementos decorativos nas peças estruturais da construção. O que muito se evidenciou na arquitetura de ferro nas cidades brasileiras, principalmente em Belém.

Com o interesse de seguir as transformações ocorridas nos países europeus, Belém buscou acelerar as reformas urbanas, em especial nas estruturas arquitetônicas, lançando-se à adesão de novos métodos construtivos e aquisição de materiais industrializados, principalmente com peças produzidas pela empresa Mac Farlane, da qual falaremos mais a frente neste trabalho.

Pode-se perceber que as maiores e importantes transformações ocorridas na cidade de Belém aconteceram no período áureo do ciclo da borracha, com o avanço do desenvolvimento econômico na região, por meio da exportação do látex, matéria prima extraída

na região amazônica e que pouco a pouco foi adquirindo outras utilidades dentro do mercado interno. Mas foi na conquista do mercado externo que teve maior valorização do seu produto, contribuindo para o crescimento econômico das classes dominantes e dos comerciantes.

Dentro deste contexto de desenvolvimento econômico e de progresso, a cidade de Belém passou por mudanças tanto no espaço urbano, como no estilo de vida de seus habitantes, impactando tanto no aspecto econômico, como também no social e conseqüentemente na estrutura da cidade como mencionado, anteriormente. As mudanças encontravam-se expressas na malha do espaço urbano, presente nos prédios públicos, nas casas, nos calçamentos, ruas e no modo de se vestir das classes mais abastardas. Aos poucos a cidade vai se transformando, ganhando novas configurações estéticas e costumes trazidos pelas influências europeias, embalados pelo discurso do progresso e da modernidade. Ao mesmo tempo que traz o embelezamento por novos estilos arquitetônico, acaba por nos distanciar dos nossos hábitos e estilo originais e regionais.

A cidade ganha um ritmo mais acelerado pelo aquecimento da economia promovido pelo comércio da borracha. No desejo de se tornar símbolo do progresso e modernização, Belém ganha imagem de cidade europeia. Para alcançar tal nível de civilização, medidas foram tomadas dentro deste processo, com construções modernas, que acompanhavam os modelos europeus.

A concretização desta transformação estética urbana, social e cultural se deve ao empenho do poder público ao incentivar e investir nas mudanças necessárias para inserir a cidade de Belém no cenário internacional, traçando um modelo de cidade próspera e próxima do estilo europeu, pois com essa intenção, o espaço de maior concentração comercial, recebe mudanças significativas com instalações de prédios públicos, bancos e casas comerciais, modelando um novo perfil, com novas fachadas, projetando obras de saneamento e de higienização para atender às necessidades do comércio, segundo Lemos<sup>1</sup> se expressa em seu relatório anual dizendo que:

Cuidar da bela, atraente aparência das fachadas dos prédios é, certo, uma preocupação merecedora de encômios denota um bom gosto evidente que merece louvado, mas determinar quantas medidas tendam ao bem-estar, à saúde e à vida dos habitantes, é dever urgente que nos incube a todos nós, investido de responsabilidades oficiais. LEMOS (1908, p.91).

---

<sup>1</sup> LEMOS, Antônio. Segundo relatório de Antonio Lemos referente ao ano de 1907. Disponível em < <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/02/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1907/> > Acesso em: 26 nov. 2018

A concentração de grupos sociais elitizados nesta área resultou na fragmentação do corpo social, o que afastou as camadas da população menos favorecidas para áreas periféricas da cidade. Este foi um dos impactos sociais resultantes das transformações por conta da modernização.

Os tempos áureos da economia e o desejo de modernidade, além das mudanças urbanas mencionadas, também provocaram a aquisição de novos hábitos, acelerando o crescimento pelo consumo aos produtos importados, em especial no setor construtivo, incorporando materiais e técnicas de construção nas produções locais. Os prédios monumentais com estruturas e decorações em materiais pré-fabricado em ferro marca uma nova era na arquitetura de Belém. Com o desenvolvimento industrial, o metal, símbolo do progresso e da modernidade, se compõe nas decorações, oferecendo certo refinamento e embelezamento nas fachadas dos prédios.

No processo de modernização e de prosperidade, a burguesia cultivava o progresso adquirindo materiais importados para assegurar o conforto, higienização e maior comodidade no ambiente físico, assim como o status de riqueza e progresso. O culto à aquisição de matérias em ferro tornava-se um reforço às aspirações de se assemelhar aos países europeus, como nos reforça Costa (1994, p.14) ao dizer que:

[...] se a substituição dos dispendiosos trabalhos em pedra por peças de ferro era empreendida na Europa, principalmente por razões práticas e econômicas, entre nós este objetivo tornava-se ambíguo, pois, em contexto tão diverso, quando se decidia pela compra dos edifícios de ferro, o sentido era muito mais a aspiração de se igualar à Europa, poder frequentar, em pensamento, os salões de Paris, possuir os mesmos equipamentos urbanos e, de alguma maneira, colocar-se a par com as mais civilizadas e sofisticadas cidades da época.

Belém buscava fortemente se inserir no contexto de modernidade, que se fazia representar por belíssimos edifícios construídos no final do século XIX e começo do XX, quando o Intendente Antônio Lemos, com o desejo de cultivar em Belém o sentido de modernidade e de progresso como signo de embelezamento da cidade com o pretexto de transformar em espaço com ares europeus, como ressalta Lemos em seu relatório<sup>2</sup> de 1906 publicado em 1907 (p.148) dizendo:

[...] ainda d'esta vez tenho a satisfação de registrar a acentuação da tendência para uma feliz adoção de planos e plantas de prédios racionais de acordo com os preceitos de higiene, das exigências do clima e as imposições da estética.

---

<sup>2</sup> LEMOS, Antônio. Segundo relatório de Antonio Lemos referente ao ano de 1906. Disponível em <<https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/02/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1906/>> Acesso em: 26 nov. 2018

No culto pelo embelezamento das estruturas dos prédios, o ferro fundido foi utilizado em grande proporção nas edificações dos prédios públicos não apenas pelas vantagens técnicas e funcionais que dele se poderia extrair, mas como facilidade de montagem e desmontagem das peças e pela estética que poderia proporcionar através dos adornos decorativos atribuídos sobre as paredes de alvenaria, realçando as estruturas arquitetônicas. Neste contexto, o ferro ganha espaço na reestruturação da cidade, utilizado em grande escala pela força do consumo e do ideal de ser objeto da expressão de modernidade pela burguesia, que buscou consumir produtos importados e industrializados.

Os valores que o metal ganhou junto aos consumidores, no aspecto técnico e funcional, se estabelece, paralelamente, ao valor estético. Para reafirmação de status social, as grandes construções dão o testemunho do rompimento com os estilos tradicionais de construção, apoiados no desejo da busca pelo belo e de poder econômico, importando peças de ferro fundido. O valor atribuído aos artefatos metálicos neste momento da história está impregnado, por uma minoria da sociedade, que deslumbra o belo, se distanciando de um valor social, segundo Guarnieri (2010, p.121), nasce de uma ação “Consciente que dele se tem como fator fundamental, como condição absoluta de ser e existir. E essa consciência só podem derivar de uma historicidade da qual significativa parcelas do povo estejam cônscias”.

O ferro, durante o período do século XIX e XX, foi bastante requisitado nas novas construções, pois muitas dessas obras eram planejadas por arquitetos estrangeiros, solicitados e contratados pelo governo, assim como pelos comerciantes ricos da cidade.

Com o pensamento de romper com o velho modo e incorporar nas técnicas construtivas, outros produtos que reforçaram a condição social que o progresso econômico tinha promovido para sociedade, iluminando os dotes financeiros e expondo a cidade para o estilo de vida europeu que, como anteriormente mencionado neste texto, está atrelado à necessidade de se firmar perante aos europeus e de adotar um estilo mais moderno, negando sua própria identidade.

É neste contexto que o ferro surge como um dos principais materiais empregados nas construções urbanas.

No Brasil, mesmo não tendo avançado no processo de industrialização, buscava no mercado externo produção de ferro importado direto da Europa que, segundo Costa (1994, p.11) “[...] recebia objetos modernos, fruto de uma tecnologia de ponta na época, sem que o país tivesse vivido a industrialização e modernização.”

No Brasil, os produtos eram absorvidos por uma elite socio econômica dominante que alimentavam o culto pelo progresso e buscavam nos modelos Europeus novos estilos. Mudavam hábitos e costumes, importando produções de diferentes tipologias de objetos, mas o que atraía eram materiais de construção em ferro para embelezamento de casas e prédios públicos (COSTA,1994).

A cidade de Belém se inspirou deste ar de progresso, durante o período áureo do ciclo econômico da produção de borracha como mencionado anteriormente, resolveu importar da Europa produtos da melhor qualidade para o embelezamento e higienização dos espaços urbanos, bem como restauração e construção de novos prédios, como mercados, praças e outros espaços, a fim de revestir a cidade de uma arquitetura moderna, inserindo outros estilos como o *Art and Craft e Art Nouveau*.

Nos Estados Unidos, segundo Proença (2012, p. 278) toma um novo rumo com os trabalhos realizados por Luis Sullivan “que propôs o princípio fundamental da arquitetura segundo o qual a forma segue a função”. Assim para ele, os edifícios devem ser projetados de modo a realizar uma perfeita adequação do espaço à função a que se destina.”. Em suas obras adquiriu o uso da ornamentação semelhante ao Art Nouveau, movimento artístico que surgiu no século XIX, cujo propósito era de romper com as formas tradicionais de construção e que resultasse em se transformar num estilo com a presença excessiva de ornamentos.

O movimento modernista trouxe no período muitas prosperidades, o que ficou visível na arquitetura. Diante deste novo estilo arquitetônico que se configurou neste século, o ferro se apresenta como uma opção, mas na Inglaterra, segundo Gombrich (2012) aponta para o descontentamento dos críticos e artistas, que por conta do declínio do artesanato causado pela Revolução Industrial, opondo-se às imitações baratas e pretenciosas produzidas pelas máquinas. Diante desta posição crítica, John Ruskin e William Morris desejavam uma reforma total das artes e ofícios em substituição da produção em massa pelo artesanato. Seu desejo de mudanças, estavam longe de abolir as produções industriais. Eis que se busca neste período o equilíbrio entre ambos e frente ao desejo de uma nova arte, almejando uma sensibilidade para o desenho e que fosse de encontro à capacidade a cada material e neste momento, surge, no final do século XIX, o estilo *Art & Craft*, que foi um movimento em oposição ao crescente prestígio do industrialismo, como mencionado, anteriormente, foi liderado por Ruskin e Morris. Na França, movimento denominado *Art Nouveau* surge no final do século XIX e início do Século XX e se apresenta como estilo decorativo em oposição à esterilidade da era industrial, Segundo Strickland e Boswell (2002, p. 91) era baseado em formas torcidas e floridas, que se contrapunham à aparência pouco estética dos produtos fabricados por máquinas.

Neste movimento artístico, a arquitetura de ferro começou a ganhar um novo estilo ornamental, quebrando com as formas estruturais que eram usadas, por exemplo, nas construções das estradas de ferro. Trouxe movimentos mais orgânicos, sinuosos nas formas ornamentais decorativas. Estilo que se fez presente em alguns portões e gradis nos palacetes de Belém, com formas orgânicas e motivos florais remetendo à flora amazônica.

Em 1835, o governo britânico criou as escolas oficiais de desenho com o objetivo de aprimorar os desejos das manufaturas e aproximar a arte com a industrialização.

Nesta ideia de aproximação, a arte e a técnica industrial acabaram por constituir o que se referiu, anteriormente, neste texto, o movimento *Arts & Craft* ou *Art Nouveau*, o que mobilizou os artistas em desenvolver o desenho de objetos para produção industrial em grande escala.

O estilo *Art Nouveau* traduziu-se num conjunto de tendências que segundo Proença (2012, p. 186) define como: “novo movimento artístico que reuniu as mais diversas tendências: as ideias da industrialização, do movimento das artes e ofícios, da arte oriental, das artes decorativas e das medievais.”

Neste contexto, o ferro apresenta-se no mercado, sob novas formas, a partir de uma escala industrial pré-fabricado, com produção em grande escala, que possibilitou ser utilizado na arquitetura de ferro. Certo de que poderia ser utilizado de diferentes formas para diversas atividades construtivas, acabou por conquistar o mercado externo, ganhando, portanto, a adesão e empatia das cidades na Europa, assim como na América do Sul.

Os propósitos de modernização por via de embelezamento da cidade foram evidentes na administração do Intendente Senador Antônio Lemos como descreve em seu relatório<sup>3</sup> (1906, p.174) ao dizer que:

Penso que a execução d’essas leis é um importante serviço prestado à comuna, cuja a capital dentre em pouca se libertará dos velhos e anacrônicos moldes de edificações, tão divorciados do bom gosto e das conquistas do progresso.

Nas obras de restauração dos prédios públicos, Antônio Lemos não hesitou em importar produtos de ferro da melhor qualidade para o melhoramento estético e de higienização como citou alguns elementos construtivos na reforma do mercado municipal em Belém, ao registrar no relatório (LEMOS, 1906, p. 124):

---

<sup>3</sup> LEMOS, Antônio. Segundo relatório de Antonio Lemos referente ao ano de 1905. Disponível em:< <https://ufpadoisponzero.wordpress.com/2013/10/01/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1905/> > Acesso em: 26 nov. 2018

Em volta de toda parte rectangular interna do estabelecimento, construir-se-á uma marquise apoiada sobre consolo de ferro fundido. [...] Os grosseiros portões de madeira das quatro entradas principais do edifício serão substituídos por elegantes portões de ferro batido.

Importante ressaltar que a utilização do ferro batido na obra do mercado municipal de Belém, também, se fez evidente nos portões de ferro do Instituto Gentil Bittencourt. Como serão mostrados a frente neste trabalho.

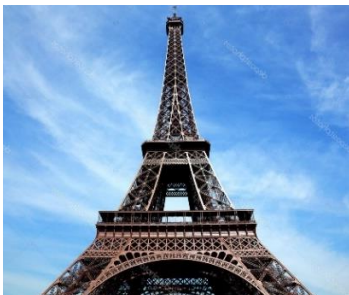
No Século XIX, o ecletismo na arquitetura foi influenciado pela produção em ferro fundido, no qual surgiu nos países europeus como Inglaterra e França, algumas edificações dentro dos novos padrões arquitetônicos como se pode observar, o Crystal Palace, na Inglaterra, obra projetada por Joseph Paxton para exposição de Londres.

Em 1889, a Torre Eiffel (Figura 1), na França, cuja obra arquitetônica foi de responsabilidade de Alexandre Gustave Eiffel, projetada para exposição temporária de Paris, 1889, acabou permanecendo e se tornando o símbolo de modernidade da cidade parisiense.

Assim como na região norte do Brasil, na cidade de Belém, a construção do Mercado de Carne, segundo Costa (1994) foi remodelado pelo engenheiro Francisco Bolonha, no governo do Dr. Augusto Montenegro, que durante a reforma, foi implantado pavilhões de ferro e foi uma das obras que acabou por tornar-se um dos símbolos de progresso e modernidade dentro da cidade (Figuras 2).

Estas obras apresentavam em sua construção, o ferro como material construtivo e tinham na sua concepção empregar material pré-fabricado. Esses prédios em estrutura metálica acabaram por se tornar um ensaio do que seria a arquitetura moderna com o processo de industrialização.

Figura 1: Torre Eiffel, Paris - França



Fonte: Google, 2018

Figura 2: Mercado de Carne, Belém - Brasil



Foto elaborada por: Suzete Fraiha, 2017

A criação de catálogos com inúmeros produtos para todo tipo de materiais como sanitários e arquitetônico com os mais variados modelos, foram os elementos facilitadores para

as novas construções. Ofertavam o que havia de mais moderno e inovador, cujo objetivo era atender aos apelos de gosto do cliente, principalmente no quesito ornamentos.

Foi um verdadeiro meio de divulgação e de abertura para mescla de diferentes estilos e a venda dos produtos metálicos, cujo conteúdo apresentava as qualidades e vantagens que o metal poderia proporcionar como a resistência, leveza, facilidade de montagem e baixo custo.

## 1.2 – UM BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA MAC FARLANE

As peças de ferro fundido, apresentadas nos catálogos da empresa Mac Farlane, expressam com detalhamento os mais variados produtos com ilustrações gráficas. Esse instrumento de divulgação custou à empresa Mac Farlane conquistar o mercado internacional, principalmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil e conseqüentemente, ampliar seu capital financeiro.

A larga produção em escala realizada pela empresa Mac Farlane se deve ao grande trabalho desenvolvido ao longo do tempo, passando de geração a geração, sem perder a tradição, mas sempre inovando na produção em ferro fundido. Para melhor compreender esses feitos adentraremos na história da Saracen Foundry, dos Mac Farlane.

A produção em ferro cresceu, se pulverizou pelo mundo a fora no século XIX e muito se deve às empresas, na Inglaterra, França e Estados Unidos que se dedicaram ao desenvolvimento desta atividade, produzindo o que havia de melhor em metal. Neste trabalho pretende-se iluminar a história de umas das maiores empresas em fundição, o qual exportou para o Brasil em especial para a cidade de Belém, durante o período da borracha.

A empresa, segundo Costa (1994) teve como fundadores Walter Mac Farlane e James Marshall e foi fundada no dia 30 de dezembro de 1850, na cidade Saracen Lane, Glasgow, Escócia. Porém, logo em seguida, a sociedade aumentou com aliança com Thomas Russel.

Saracen Foundry teve seu impulso inicial com os conhecimentos que Walter Mac Farlane obteve por meio de conhecimento adquirido desde sua adolescência, quando foi aprendiz na oficina do joalheiro William Russel, na cidade de Glasgow. Mas sua vontade em crescer no ramo impulsionou a estudar design.

No final da primeira metade do século XIX, criou a primeira fábrica especializada em encanamento de ferro fundido, em Gallowgate. Sua produção se diversificou, produzindo peças sanitárias, mobiliários e peças arquiteturas (COSTA, 1994).

As atribuições entre os sócios se dividiam com a parte técnica e o design das peças, que estava sob a responsabilidade de Walter Mac Farlane, enquanto o setor de finanças ficava no comando do sócio James Marshall.

Mac Farlane era um autêntico empreendedor, sempre buscou diversificar sua produção para se lançar no mercado consumidor. Procurou investir na produção de aparelhos sanitários, o que contribuiu efetivamente no atendimento às necessidades de cidades que incluíam em seus planejamentos, como ocorreu na cidade de Belém, durante a administração do Intendente Antônio Lemos, que priorizou a saúde sanitária, construindo encanamentos de água, banheiros públicos e sistemas de escoamento de esgoto, exportando produtos desta relevante empresa para as obras de urbanização da cidade.

No início do século XX, a Mac Farlane & Co passou a criar equipamento arquitetônico, ofertando, através de seus catálogos, edifícios pré-montados em ferro fundido. Belém se abasteceu deste tipo de arquitetura através de projetos idealizados pelos governantes da cidade como ocorreu na reforma no interior do mercado de carne, com a instalação de pavilhões em ferro fundido importado de empresas estrangeiras, inclusive da Mac Farlane & Co.

A empresa da Mac Farlane & Co foi expandindo seus negócios, o que o levou a buscar espaços maiores para o desenvolvimento da produção e mudaram-se para a cidade de Possilpark, onde permaneceu até 1967.

No final do século XIX, a empresa ficou sob o comando de seu sobrinho Walter Mac Farlane, nascido em 1853, em Glasgow, que manteve a empresa sobre sua direção com o mesmo dinamismo que o fundador deixou. Procurou manter a qualidade dos produtos, aprimorando as técnicas de produção.

O conhecimento adquirido sobre metalurgia ao longo de sua formação profissional o tornou um grande pesquisador com visão empresarial, o que possibilitou aprimorar além da técnica como o design, resultando na produção das mais ousadas peças em ferro fundido. O salto industrial de seus produtos promoveu o desenvolvimento econômico da cidade como nos afirma Costa (1994, p.59) “...contribuiu em larga escala para o emprego de especialista.”

Exemplares encontrados em diversas cidades do Brasil, como em Belém, são o testemunho do quanto seus produtos agradavam o público pela qualidade e beleza das manufaturas produzidas pela empresa de Walter Mac Farlane, motivo pelo qual o deixava orgulhoso.

A Saracen Foundry, ainda que tenha se destacado no mercado externo pelo sua criação e produção de peças em ferro fundido, não deixou de manter vivo a tradição do trabalho em forja, mantendo este trabalho aos cuidados de especialista em ferro forjado.

Os ornamentos de decoração e peças urbanas produzidas em ferro forjado eram o elo que se estabelecia entre o produto industrializado e a tradição. Este mesclado de técnica entre fundição e forjado nas peças resultou numa perfeita combinação. Foi possível visualizar em vários lugares públicos como no Mercado de Ferro em Belém, o que gerou motivo de orgulho para o Intendente Senador Antônio Lemos quando descreve os feitos de suas ações administrativas nas obras de reforma do Mercado de Ferro, em seu relatório:

[...] os grosseiros portões de madeira das quatro entradas principais do edifício serão substituídos por elegantes portões de ferro batido, com aplicação de metal amarelo, tendo nas respectivas bandeiras as armas do município de Belém (LEMOS,1906, P.124).

A terceira geração da Saracen Foundry foi constituída pelo seu filho, também, de nome Mac Farlane, que enfrentou os desafios do declínio da empresa após a II Guerra mundial. A empresa encerrou suas atividades em fundição após o falecimento de Walter Mac Farlane.

A marca Mac Farlane & Co, da Saracen Foundry, foi presença notável nos diversos equipamentos arquitetônicos nas obras dos prédios públicos e particulares em várias partes do Brasil, no qual representou o símbolo de progresso e qualidade. Os produtos de ferro da marca Mac Farlane eram bem representados por meio de catálogos, instrumento de propaganda das peças para comercialização. A qualidade da impressão nos catálogos, impressionavam todos que desejavam adquirir as peças para suas obras.

Os traços refinados dos desenhos e as variedades de modelos eram de entusiasmar a todos pela beleza das peças como nos fala Costa (199, p. 66):

Possuíam grande poder de fascinação que advinha mais da beleza dos desenhos, das finuras das gravações e, da imensa variedade de objetos oferecidos do que das informações precisas que forneciam quanto às dimensões e custos.

As orientações que a empresa fornecia ao consumidor quanto à montagem das peças, eram bem esclarecedoras e objetivas para que o construtor pudesse realizar a montagem se assim desejasse. Era uma espécie de *Self-help Project* (Costa, 1994).

Nos catálogos da Mac Farlane & Co, o cliente tinha livre escolha do tipo de desenho das peças que mais o atraia para compra e até mesmo fazer combinações delas, pois Mac Farlane buscou nos desenhos o melhor do design, inspirado em diferentes estilos e épocas, surgindo o ecletismo na arquitetura do ferro.

A beleza e as combinações de estilos encontradas nas peças foram preponderantes e de forte influência no gosto dos países, em especial, dos subdesenvolvidos, o que permitiu com a divulgação dos produtos abrir as portas de outros estilos a diferentes lugares do mundo, experimentar novos modelos de culturas que não fossem apenas de seu universo cultural.

As produções das peças estruturais eram elaboradas com técnicas que possibilitavam o fácil transporte e montagem no local de construção, permitindo a construção de grandiosos prédios presentes até hoje, em uso, nas diversas cidades do Brasil, como o mercado de ferro, em Belém.

Das estruturas simples se constituía grandes edificações que ganhavam elementos decorativos com acabamento em ferro fundido e por fim, ressaltavam entre tantos outros ao seu entorno. Os detalhes nos acabamentos das peças vazadas adaptavam-se de forma adequada ao clima da região norte do Brasil, possibilitando a ventilação e as trocas de ar.

Ao longo do tempo, o uso de ferro fundido foi se distanciando da preferência dos construtores que passaram a buscar novos materiais construtivos. Foi fortemente negado pelas gerações vindouras, principalmente pelos arquitetos modernistas.

Mac Farlane procurou atender aos desejos e às diferentes necessidades de cada cidade por onde se fez conhecido, através da divulgação e comercialização dos produtos em ferro fundido. Independente do estilo adotado pelos compradores, o objetivo não era a priori, criar um novo estilo arquitetural, mas adotar e mesclar todo e qualquer estilos anteriores constituídos e aplicar nos modelos que construía, podendo montar prédios que fossem funcionais para atender aos problemas urbanos e satisfazer a preferência do público através da beleza e a leveza que a arquitetura de ferro possui. A liberdade de escolha pelos consumidores e a facilidade em atender a demanda por parte do fornecedor impulsionou ao ecletismo nas construções, pois o que importava era manter a comercialização dos produtos sem se preocupar com as mudanças no estilo arquitetônico local.

O interesse era meramente comercial, de lucro. Não havia intenção, de fato, em criar qualquer novo estilo, mas atender ao desejo do comprador e se manter no mercado, deixando sua marca no cenário urbano e reforçando de forma equivocada, no entendimento da clientela local, de que o consumo de seu produto era sinônimo de progresso e inovação para região.

A partir deste entendimento sobre a função do ferro fundido nas construções e decoração de fachadas dos prédios que me debruço sobre este objeto de estudo que se faz presente no Colégio Gentil Bittencourt, com diversidade de ornamentos e peças estruturais

como colunas para sustentação de pavilhões, calhas, grades, óculos e tantas outras peças que compõem o conjunto arquitetônico do Colégio Gentil Bittencourt.

### 1.3 – HISTÓRICO DO INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT

Uma ideia, uma semente foi plantada, o que deu início à história do Instituto Gentil Bittencourt que segundo Vianna (1906) surgiu a partir do pensamento de se criar um asilo, estabelecimento para acolhimento, educação das meninas órfãs e desvalidas da cidade de Belém do Pará, tomando como modelo o Seminário de Ursullinas de Pedreira, em Portugal. Graças ao 6º Bispo do Pará D. Frei Caetano Brandão que no final do século XVIII tomou para si o compromisso e missão de tornar essa ideia em realidade. Por meio de esmolas e doações, adquiriu com as arrecadações, o valor de 6.000 cruzados, recurso que possibilitou a compra de um terreno no Arsenal da Marinha para construção do asilo.

Com a partida do D. Caetano Brandão, o 7º bispo D. Manoel de Almeida Carvalho funda a casa das educandas e as primeiras meninas abrigadas vieram do interior do Estado, as meninas índias, trazidas por D. Manoel Almeida Carvalho, com o objetivo de dar-lhes abrigo e educação.

Para abrigar as meninas desvalidas, buscou recursos, por meio de esmolas e doações para conseguir um asilo, mas os recursos adquiridos não eram suficientes e resumiu na aquisição de uma casa de aluguel, situada na rua do açougue. Os recursos adquiridos não eram suficientes para manter o asilo.

D. Pedro I foi o primeiro a conceder auxílio financeiro para o abrigo, no valor de 200 mil reis (VIANNA, 1906, p. 6). Porém, não foi suficiente para resolver os problemas financeiros do abrigo.

Neste período, o asilo era composto por uma regente e mestras, seis educandas e sete pensionistas, três serventes e três escravas.

Por decisão da Assembleia Legislativa da Província, em 1838, o Recolhimento das Educandas foi incluído na lei orçamentária. Porém, o valor destinado não era suficiente para atender às necessidades do asilo, o que levou o governo da província a despender o valor de um para dois contos de reis, possibilitando, assim, atender 25 educandas. As condições de funcionamento ainda eram muito precárias, o que levou o presidente da província Dr. João Antônio de Miranda a despender mais recursos para melhoria do asilo. Resolveu alugar uma nova casa com melhores condições de acomodação para as educandas, fez os melhoramentos necessários, trazendo serviços gratuitos de capelão, médico e enfermeiro. Neste período foi baixado por meio de portaria. Em 30 de maio de 1840, o primeiro regulamento, no qual a

regência do recolhimento das educandas era feita por um administrador e uma regente, nomeado pelo governo. O regulamento garantia a subsistência do asilo, educação e instrução das meninas órfãs e desvalidas.

Em 1851, segundo Vianna (1906, p.10), o Recolhimento das Educandas passa por uma nova reforma, pode-se considerar uma das mais importante, pois neste momento ocorre a promulgação da lei de nº 205, de 2 de novembro que foi sancionada pelo presidente Fausto Augusto de Aguiar, dando ao governo provincial a responsabilidade de manter o asilo. Por fim, o Recolhimento das Educandas foi criado, definitivamente e com o nome de Colégio de Nossa Senhora do Amparo.

A idade para admissão no Colégio Nossa Senhora do Amparo era entre 7 a 12 anos, permitia ficar até completar 18 anos de idade, de onde saíam por meio de casamento, adoção ou retorno à casa de parentes, o que era mais difícil, pois os parentes, quando existiam eram muito pobres sem condições de manter.

A educação das meninas órfãs estava voltada para doutrina cristã, deveres morais e religiosos, leitura, estudos aritméticos, desenho, música, canto, piano e dança.

O crescimento do número de educandas provocou a necessidade de se deslocar para outro lugar mais espaçoso, porém, logo houve a necessidade de mudar-se para duas casas juntas, não sendo suficiente para atender a demanda de educandas órfãs e desvalidas que eram acolhidas pelo Colégio.

Durante longo tempo, desde a fundação, as medidas tomadas de constantes mudanças para outras casas de aluguéis e reformas não pareceram suficientes, pois havia o problema de organização interna que era precária e se mantinha, mesmo após as reformas. Os recursos adquiridos pelo próprio Colégio para manter as despesas se tornavam em desequilíbrio com a receita, como nos afirma Vianna (1906, p.16):

[...] conservavam-se os grandes defeitos anteriores, avultando entre eles a insuficiência do pessoal administrativo. A péssima locação interna e a impropriedade do prédio onde funcionava o colégio.

Tantas investidas para o melhoramento do colégio, como reformas, locação de aluguéis, não foram suficientes, o que acabou não atendendo às necessidades primárias para acomodação das educandas. Razão pelo qual se fez necessário o pedido de aquisição de um lugar adequado e próprio para o Acolhimento das Educandas. Fez com que houvesse intervenção do presidente Dr. José Vieira Couto de Magalhães na compra de um prédio que

segundo Vianna (1906, p.17), era grande situado na rua Santo Antônio, pertencia ao Barão de Jaguari. Compra do prédio se efetuou pelo valor de 40 mil reis, realizado no ano de 1866.

Juntamente com a compra do novo prédio, novas medidas de reformas foram realizadas, reformulando o regulamento de 1862, assinado em portaria de 16 de outubro de 1868 pelo vice- presidente da Província, Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, no qual consta, entre as mudanças, a extinção da comissão de senhoras e aumento do número de educandas, passou a ser de 150. Logo depois uma nova portaria, de 9 de abril de 1869, retoma a comissão de senhoras e acabou por revogar a maioria das alterações da portaria anterior, mesmo diante de sucessivas reformas, as modificações não trouxeram resultados para as soluções dos problemas pertinentes do colégio, ao qual se refere aos custos para manter o asilo.

O aumento de vagas ofertadas possibilitou atender mais meninas órfãs, porém um novo problema se criou: o destino das mesmas para outro lugar, após completarem a idade de 18 anos. Limite máxima para permanência, no colégio.

Muitos obstáculos se apresentavam, dificultando o destino das educandas maiores de 18 anos. A desvinculação das educandas do colégio passou a ser um entrave, pois para servir a educação pública necessitavam atingir a idade de 21 anos e voltar para o convívio com os parentes era quase impossível, pois estes não estavam providos de condições para mantê-las e nem mesmo educá-las.

Com a permanência das educandas maiores de 18 anos no colégio, foi baixada uma portaria de 9 de junho de 1874, através do qual criou-se o curso normal, que serviu de alternativa para ocupar as educandas na formação para o magistério.

Com as constantes medidas de alterações no estatuto e, com este, o aumento do número de educandas chegando a 200, foi paralelamente aumentando os problemas de acomodação, surgiu a necessidade de ampliação do prédio, ocorrido em 1882, mas anos depois constatou-se que o prédio estava mal instalado, em local inapropriado para os devidos fins.

No conteúdo apresentado no relatório do diretor geral da instrução pública, referente ao colégio e a real função exercida, ao questionar a instituição quanto estar educando e instruindo, desenvolvendo a missão de apenas hospedagem das meninas órfãs e desvalidas.

As reais necessidades apresentadas pelo diretor Dr. José Verissimo quanto às precariedades que se instava no prédio do colégio foram suficientes para que novas medidas fossem providenciadas.

Em 1891, o congresso legislativo cria a lei de nº 86, de 25 de fevereiro e autoriza a construção de um prédio adequado, amplo e que fosse escolhido um terreno apropriado e amplo para atender a condições de higiene e de acomodação para mais de 200 educandas. Diante do

autorizado, o governo do Estado, na gerência do Dr. Lauro Sodré decidiu construir o novo edifício na estrada da independência, atualmente, denominada de avenida Magalhães Barata, e ordena a construção da planta, sob a responsabilidade do engenheiro civil Victor Maria da Silva. Dado início às obras, porém mais tarde as obras foram suspensas, por ordem do Dr. Paes de Carvalho. Em 1897, por decreto, o colégio Nossa Senhora do Amparo passa a ser denominado de Instituto Gentil Bittencourt. Posteriormente, a obra é retomada no governo do Dr. Augusto Montenegro e o italiano Filinto Santoro, arquiteto, assume a conclusão do prédio.

#### 1.4 – FILINTO SANTORO E O INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT

A obra do prédio, onde se instalaria por definitivo o Instituto Gentil Bittencourt, foi retomada, estando à frente do trabalho de conclusão o engenheiro Dr. Augusto Octaviano e o arquiteto Amadeu Vitor Derbés, mas desistiram e acabaram por reincidir o contrato, ficando responsável pela obra o engenheiro italiano Filinto Santoro, que segundo Derenji (1998, p. 143) foi formado pela Real Academia de Nápoles, sua origem é da cidade de Fuscaldo, na província de Coenza. Foi engenheiro chefe na companhia Evoneas Fluminense, no Rio de Janeiro. Depois que empresa foi extinta, Santoro manteve-se no Rio de Janeiro, onde realizou um projeto de construção da estação central de uma Estrada de ferro. Durante sua permanência no Espírito Santo foi diretor de obras públicas, mas foi no início do século XX que, por mais de 15 anos, na sua permanência na Amazônia que realizou obras que são marco nos Estados do Amazonas e Pará.

Filinto Santoro prioriza na composição de sua equipe, operários italianos e a utilização de materiais italiano, com isso pode se observar no trabalho de Santoro como nos afirma Derenji (1998, p. 145) que:

[...] perseguir as grandes obras era uma delas, assim como utilizar técnicas de impacto enfatizando a atualização e a rapidez, embora isso não condicione a novas formas arquitetônicas, e, finalmente, o emprego maciço de mão de obra e materiais italianos em detrimento dos recursos locais.

Na cidade de Belém, onde permaneceu por dez anos, realizou grandes obras em prédios públicos como a residência do governador, sede do jornal “A Província do Pará” de propriedade do político Antônio Lemos, Mercado de São Brás e o Instituto Gentil Bittencourt.

Na construção do Instituto Gentil Bittencourt, as descrições do projeto feitas por Santoro trazem alguns pontos pouco esclarecidos como nos fala Derenji (1998, p. 178) que a inclusão de quatro pavilhões em ferro, no pátio do recreio se teriam sido encomendados por Santoro ao Instituto Lauro Sodré, cujo setor de serralheria foi responsável pelas grades de

fechamento, ou tratam-se de pavilhões pré-fabricados, escolhidos em catálogos por ele ou por algum dos mestres de obra? A questão deixa espaço para dúvidas referente a aquisição do material e sua procedência, porém pode-se perceber que o pavilhão situado no pátio do recreio do Colégio Gentil Bittencourt apresenta nos pilares estruturais a marca de fabricação Mac Farlane & Co, segundo Mac Farlane's Casting, com a numeração do código 134 (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Coluna do pavilhão do Colégio Gentil Bittencourt com marca Mac Farlane.

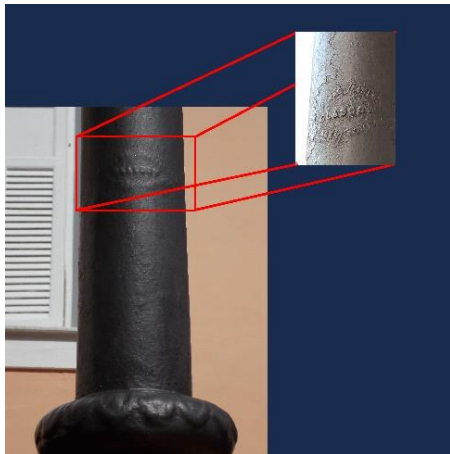


Foto: Suzete Fraiha, 2018

Figura 4: Pátio interno do Colégio Gentil Bittencourt



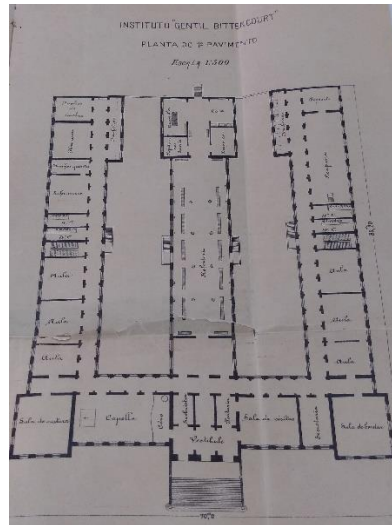
Foto: Suzete Fraiha, 2018

Na ideia central de concepção do projeto de construção do Instituto, Filinto Santoro traz uma arquitetura em que o entendimento de estilo clássico como o renascimento italiano e os detalhes mais clássicos sejam reduzidos por elementos modernizadoras.

Para Santoro a ideia era de uma escola monumental, no qual as fachadas, escadarias tinham um peristilo clássico (DERENJI, 1998).

A planta baixa do Instituto Gentil Bittencourt (Figura 5) apresenta no conjunto arquitetônico um corpo central com dois pavimentos, duas alas, além de um corpo central de um pavimento constituído de refeitório. O edifício possuía porões com paredes medido largura de 2,60m, com áreas construídas de 3940m<sup>2</sup>.

Figura 5- Plana baixa do 1º Pavimento do Instituto Gentil Bittencourt



Fonte: VIANNA, 1906 Foto: Suzete Fraiha, 2018

A planta baixa arquitetônica do prédio foi construída para favorecer boa ventilação e iluminação natural. A planta baixa do edifício é em forma de E oblongo, segundo Vianna (1906, p. 59).

A parte principal do edifício se encontra localizada logo após a escadaria e o térreo. Esta primeira área está ligada a outros dois espaços, à direita, com a portaria e à esquerda, com a capela.

O prédio é constituído por duas alas, uma à direita e outra à esquerda, sendo que a ala direita foi dividida em vários cômodos para salas de aula, logo após as salas, segue uma escadaria, depois um salão para rouparia e outra área para banheiros, composto de 30 salas de banhos destinados para as educandas.

No lado esquerdo do prédio, havia três salas, bastante arejadas e com iluminação natural, em seguida possuía uma escadaria, logo depois existia dois cômodos para sentinas, uma sala para enfermaria, outro cômodo para banhos quentes, farmácia, sala de banho à ducha e outra de banho comum.

A parte central do prédio apresenta conexão com as duas alas. Este espaço foi construído para ser o refeitório (Figura 6), no qual o espaço possuía uma sala principal antes deste espaço, seguido de uma sala ampla destinado para ser local de refeição das educandas. Neste espaço, havia aberturas laterais composto de 16 janelas, sendo 8 janelas de cada lado.

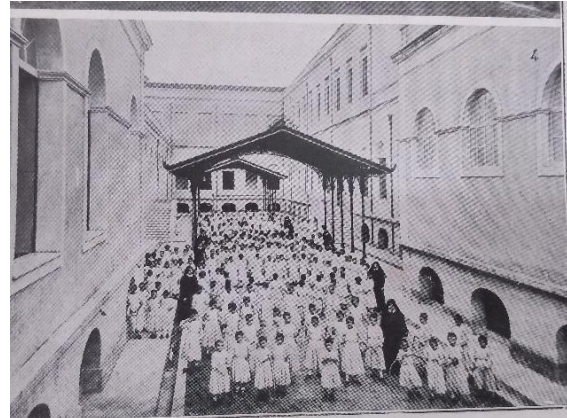
Na parte posterior, após o salão principal, havia o refeitório das irmãs, além da sala de dispensa, a cozinha e a copa.

O corpo central, apresenta escada lateral que estabelece conexão com os dois pátios de recreio, onde havia sido instalado quatro pavilhões em ferro (Figura 7), sendo dois em cada pátio.

Figura 6: Refeitório do Instituto Gentil Bittencourt



Figura 7: Pavilhões do pátio do recreio do Instituto



Fonte: imagem 6 e 7 extraídas do Album do Estado do Pará, 1908, reproduzidas por Suzete Fraiha, 2018

No 2º pavimento, encontravam-se os aposentos das irmãs, que está localizado no corpo central e quatro dormitórios, dois para cada lado do aposento das religiosas destinados para acomodar as educandas, além de quatro cômodos menores, divididos dois para cada ala, sendo um depósito e rouparia e duas privadas. Este pavimento se conecta entre si e pela escadaria.

A capela, espaço de grande relevância para o instituto, pois configura a área de encontro para oração e apresenta um rico espaço artístico com decoração no interior em pinturas no forro e murais no teto principal do altar, obra do artista francês Joseph Cassé, (DERENJI, 1998, p.178). A capela apresenta uma área bastante iluminada e ventilada por razão da abertura de seis janelas dispostas na parte lateral da capela com abertura para fachada principal e no jardim existente na frente do prédio. O pavimento é constituído de mármore de cor vermelho de verona, e bardillo de Seravezza (DERENJI, 1998).

O altar da capela possui três degraus maciços de mármore branco de Carrara, apresenta pequena colunata arqueada, colunas em forma poligonal na parte do pequeno templo abobadado com quatro colunas de mármore vermelho e em cima o altar.

O edifício possui na pavimentação dois tipos de material: madeira e mosaico com exceção da capela. Mosaico aplicado nas áreas do 1º pavimento, incluindo refeitório, áreas de banho, sentinas (1º e 2º pavimento) e farmácia. As demais áreas se encontram assoalhadas com madeira de acapu e pau amarelo. Os banheiros, cozinhas sentinas e farmácias, que exigem maior higienização, apresentam revestimentos de azulejos nas paredes.

## 1.5 – DE INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT PARA COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT

O Instituto Gentil Bittencourt ao ser inaugurado em 26 de junho de 1906 pelo governador Dr. Augusto Montenegro conquistou um espaço digno e adequado para os fins ao qual se destinou. Houve mudanças ao longo das décadas, não apenas no que refere ao espaço que no início eram em casa de aluguel, mas na estrutura organizacional, no qual a gerência se limitava a ficar, muitas vezes na mão de uma única pessoa.

As dificuldades econômicas tornaram-se um dos maiores entraves para acomodar as meninas órfãs e desvalidas, de forma adequada e mesmo saudável, que eram acolhidas pelas religiosas, que tinham a missão de dar-lhes instrução.

A mudança para o novo prédio implicou em outras mudanças, em especial, na reorganização administrativa, a pedido do governador do Pará, Dr. Augusto Montenegro, ao entender que a reforma por ele ordenada não estaria apenas no âmbito arquitetônico, estrutural, físico, mas também no campo administrativo e, por assim entender, que as mudanças deveriam ser radicais: entregar nas mãos das religiosas a responsabilidade de administrar o Instituto, por compreender a necessidade de melhorias na vida interna do instituto que se mostrava insuficiente quanto à organização institucional. Fica o Instituto sob o comando das religiosas, mas não perdeu o caráter de instituição pública, ficando esclarecido as atribuições as quais as religiosas deveriam cumprir

Dr. Augusto Montenegro sancionou a lei n° 946, de 9 de outubro de 1905, em que autoriza dar nova organização administrativa e técnica ao Instituto Gentil Bittencourt. Fica assim determinado atribuição e cargo de responsabilidade administrativa interno, segundo Vianna (1906, p. 90), no capítulo I, artigo 1º: O Instituto Gentil Bittencourt tem por fim dar instrução primária e educação moral e doméstica a órfãs desvalidas. E no artigo 4º fica definido que: A administração interna do Instituto fica a cargo da congregação das religiosas das Filhas de Sant'Anna, para isso contratada pelo governo.

Quanto ao ensino, cabe ao Instituto Gentil Bittencourt, segundo Vianna (1906, p.100) o que rege o capítulo IV, no artigo 28: O ensino ministrado no Instituto constará de um curso primário e de cursos de prendas e de serviços domésticos.

Diante das normativas administrativas apresentadas reafirma a missão ao qual o Instituição educativa possui frente às meninas órfãs e desvalidas: de abrigar, instruir e dar-lhe educação doméstica até que complete a idade de 18 anos. Porém o ensino às educandas ampliou-se na direção da irmã Ana Maria Tereza Sanches concretizou o funcionamento do curso secundário oficial.

Em 1952, implantou-se curso científico, segundo Filhas de Sant'Ana (1963, p.7) constata que: “Entusiasmada com esse alentador progresso, resolveu dar maior amplitude às atividades escolares, estendendo-se ao 2º ciclo, com a criação do curso científico”. Outra mudança ocorrida neste período foi a mudança de Instituto Gentil Bittencourt para Colégio Gentil Bittencourt. Quatro anos depois o colégio deixa de ser mantido pelo governo do Estado. As educandas foram transferidas para o orfanato em Santa Izabel, município do Pará.

Neste contexto, o colégio tomou novos rumos, com mudanças na organização financeira como no ensino, configurando cada vez mais uma instituição de ensino e menos de abrigo.

Atualmente, o Colégio se estabelece como uma instituição de ensino privado para crianças e jovens, nos ensinos de educação infantil ao ensino médio. Gerenciado pelas irmãs da congregação Filhas de Sant'Ana, ele tem como missão educar e evangelizar a partir do carisma e espiritualidade de Madre Rosa Gattorno para formação plena do ser comprometido às ideias de cidadania em defesa da vida.

Desde que passou de Instituto para Colégio Gentil Bittencourt, muitas mudanças ocorreram no âmbito do ensino, como mencionado, anteriormente, em 1952, foi criado o curso científico e não parou mais em inovar. Na década de 1960 a 1970, segundo a revista Papiro da Memória (2009, p.99) foram ofertados os seguintes cursos: “Jardim de Infância, Primário, Ginásial, Científico e formação de professores, ou seja, o curso normal”.

No período da década de 1970 a 1990, assume nova diretoria composto pela Ir. A. Maria Custódia Ferreira, Ir. A. Clemens Melo, Ir. A. Cecília Cortez Moreira e Ir. A. Oneide Nepomuceno. Durante a nova gestão, o Colégio passa a regime de Colégio Misto, atendendo meninas e meninos.

Em 1994, a Instituição educativa passa a atender à nova resolução do Conselho Estadual de educação para reformulação do currículo do magistério, o que possibilitou avançar mais ainda, incluindo no ensino, o curso de informática. Entra por definitivo na era da tecnologia educacional.

O crescimento no aprimoramento do ensino concedeu ao Colégio Gentil Bittencourt o Prêmio Qualidade Brasil, em 2002-2003. Neste mesmo período, a instituição adota a tecnologia “Conecte Educação”.

No final da década de 1990, o ensino passa por uma nova reformulação, com adoção do ensino integral, incluindo a educação infantil, ensino fundamental, médio e preparatório para escolas militares.

O final do século XX foi marcado por grandes mudanças no ensino do Colégio Gentil Bittencourt. Porém, foi no Século XXI que a Instituição buscou inovar cada vez mais.

O Colégio Gentil Bittencourt, mantida pela congregação Filhas de Sant'Ana, católica, possui como objetivo dar aos jovens uma educação integral, fomentar ao ser humano sua integração com o meio, com seu próximo e com Deus, de forma crítica e voltada para os valores humanos.

Como missão tem o propósito de educar e evangelizar com princípios cristãos para a formação da cidadania em defesa da vida priorizando o ser, o saber e o fazer à luz do Carisma de Madre Rosa Gattorno. Como visionário, o Colégio Gentil Bittencourt tem como meta ser referência em educação no Brasil garantindo um ensino de qualidade, assegurando uma formação humana-cristã, participativa e de excelência.

A Instituição educativa está pautada nos valores da ética, verdade, justiça, comprometimento, conhecimento, fraternidade, paz, honestidade e cidadania, assim como os pilares que formam a educação do Colégio Gentil Bittencourt se constituem na formação educativa, mas, fundamentalmente, nos valores cristãos. Atualmente, o ensino no Colégio Gentil Bittencourt está vinculado a Plataforma de Ensino Ari de Sá, (SAS).

Em 2018, a Instituição completou 214 anos e com mais de dois séculos continua inovando no âmbito educacional, sem se distanciar da sua história, procurando manter vivo na memória da sociedade. Cada espaço constituído do Colégio Gentil Bittencourt se configura um campo de memória, composto por elementos e objetos que muito nos tem a dizer e ensinar, onde o passado se mantém vivo no presente, com olhar para o futuro. A preservação da memória se faz presente em cada conto, em cada canto, como no Museu existente no Colégio.

A criação do Museu dentro do espaço escolar aponta para preocupação de iniciar processo de musealização dos acervos que se mantinham na escola com a intenção de salvaguardar objetos testemunhos da história da instituição, assim como o Memorial do Colégio Gentil Bittencourt, localizado na Sala nobre. Porém, importante refletir que esses espaços de memória não se fechem em si mesmo, mas que sejam bons para provocar questionamentos quanto a construção da história local, assim como o Museu existente no Colégio deve estar aberto para comunicar e possibilitar novos olhares para interpretação da história construída ao longo do tempo e do espaço.

## 2 – PATRIMÔNIO, OBJETO DE FERRO E EDUCAÇÃO

O pensamento sobre patrimônio se construiu ao longo do tempo à medida que valores foram sendo atribuídos a ele de maneira diversa. O sentimento de pertencimento se faz presente nas estreitas relações que se estabelecem entre o homem e objeto no tempo e no espaço e o reconhecimento requer a compreensão que se tem sobre ele, possibilitando realizar escolhas a partir do que o representa. A preservação dos bens culturais acontecem, quando estes, possuem valores para quem os detêm, na tomada de consciência do real valor do objeto, do sentido e significado que se constrói da própria história, trazendo do passado e reconstruindo no presente sob um novo olhar.

A relação entre o homem e o patrimônio requerem conhecimento e apropriação do indivíduo sobre a cultura material e imaterial e neste sentido que o papel, tanto dos Museus como no espaço de educação é criar possibilidades de reconhecimento, mediadas por ações educativas dialógica para formação de identidade a partir do patrimônio conhecido e valorizado, possibilitando a interação entre eles.

Os bens culturais são revestidos de história, bons para compreensão do passado e contribui no entendimento sobre o presente para que o indivíduo possa intervir. Neste sentido, busca-se pensar no patrimônio como instrumento de fortalecimento da identidade cultural de um grupo social a partir do seu reconhecimento.

### 2.1 – OS GRADIS E ORNAMENTOS DE FERRO DO INSTITUTO GENTIL

#### BITTENCOURT: A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO ESTUDANTIL E O PATRIMÔNIO.

A relação do patrimônio com grupo social se constrói na perspectiva do conhecimento e reconhecimento de si mesmo, do outro e com o bem cultural que nos representa, despertando sentimento de pertencimento, delimitando território de um determinado grupo social que busca preservar o seu patrimônio para reforçar a própria identidade (GUARNIERI,1989).

Neste sentido, nasce a preocupação de preservar a cultura do povo para assegurar a sua identidade. Historicamente, as ações de preservação iniciam-se em 1937, por iniciativa do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, no projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que tinha como propósito de promover um pensamento de unidade nacional. Saindo do âmbito individual para o público ou do que seria de bem comum.

Neste trabalho de criação da nação, outros intelectuais como Lucio Costa, Mario de Andrade e Carlos Drummond de Andrade fizeram parte e contribuíram segundo Chuva (2003,

p. 315) para consolidação de um pensamento sobre o patrimônio nacional e artístico brasileiro, ancorados na crença comum a respeito da universalidade cultural da nação e a partir desta crença formularam teses sobre o patrimônio cultural brasileiro que resultou na inserção do Brasil no cenário mundial.

Os pensamentos que permeavam em torno da criação da nação na era modernista acabaram por provocar pensamentos contrários, por outros grupos que se opunha ao projeto de construção da nação. Entre os motivos que provocaram pensamentos contrário foi sobre a identidade nacional, gerando discursão em torno do que realmente seria, partindo do entendimento da diversidade cultural regional e de sua valorização.

A respeito das questões levantadas sobre identidade nacional provocou divisões de pensamento, no qual alguns defendiam que considerar a cultura regional seria um empecilho para a construção da cultura brasileira diante do mundo e outros, que acreditavam no potencial cultural regional como elemento da autêntica identidade brasileira.

Por algum tempo, o pensamento que se formou durante a criação do SPHAN foi de traçar um perfil do Brasil negando o regionalismo com a objetivo de ser aceito no cenário cultural mundial permaneceu, até que novas frentes de pensamento foram surgindo e procurando trazer a luz a produção cultural regional, sem deixar de inserir o Brasil na universalidade cultural diante do mundo. Começa a surgir preocupações em construir uma arte brasileira dentro dos padrões universais.

As particularidades da cultura brasileira se faziam lembrar e ser valorizada e para isso voltou-se para as raízes. Acreditava-se que o Brasil, através de suas originalidades poderia se inserir no mundo moderno. A arquitetura brasileira foi um dos pontos marcadores na construção da identidade brasileira, buscando no barroco, o princípio para renovação e construção do novo. Como nos afirma Chuva (2003, p. 327):

Para recuperar a nação, a posse ou o domínio de suas origens, o patrimônio deveria manter-se e / ou voltar ao seu estado primitivo, devolvendo à nacionalidade um vigor perdido. Para tanto, os vestígios materiais devem também ser identificados, revelando à nação a sua origem barroca, o que se daria através das práticas de restauração.

Na busca por definir a identidade brasileira, os intelectuais responsáveis em preservar o patrimônio cultural tentavam identificar aspectos e elementos que fizesse representar a cultura brasileira. Neste contexto, em 1936 surge a criação do Instituto Preservacionista e Diretrizes para Preservação do Patrimônio Artístico, o que culminou com a promulgação do decreto-lei de nº 25/37 que teve o propósito de preservar o patrimônio material móvel e imóvel. Este decreto tem como intenção dar ênfase ao patrimônio de pedra e cal, atribuindo valor histórico a este em detrimento de outros bens de grande importância.

Neste sentido, entende-se que as escolhas e a preservação do patrimônio deve nascer de uma iniciativa coletiva e compartilhada, de um grupo social que elege e realiza suas produções, conservação e a transmissão do conhecimento de geração e geração, gerenciada por membros da comunidade local, para que se constitua a base de um corpus patrimonial (VARINE, 2013), porém o patrimônio que nasce de uma política de estado se apresentam de forma distinta em relação das que emanam da população. Esta nasce das escolhas dos quais os valores atribuídos surgem de um grupo pequeno e da esfera do estado. O que, dentro das escolhas e de atribuições de valores, acaba por representar um grupo social minoritário.

Os parâmetros de valorização do patrimônio cultural constituídos pelas vias institucionais são construídos pelo entendimento técnico e por convenções. O que acaba por representar a classe elitizada e por fim iluminar a história deste seletivo grupo.

A preservação do patrimônio pelo âmbito institucional não garante por definitivo a sua proteção, pois este pode sofrer, por parte dos grupos sociais novas leituras de representações, podem ganhar novos significados que segundo Arantes (2006, p.3) lembra que: “A dialética de afirmação e contestação de hegemonia constantemente modifica, refaz e desloca as identidades; além disso, as coletividades reinventam criativa e incessante o social.” O patrimônio está em constante mudança, de acordo com os sentidos e significados que a ele se atribui. Criar leis de proteção não são sinônimo de imutabilidade, mas de que estarão imunes de qualquer mudança dentro do contexto social. São suscetíveis de transformações moldadas pelas relações sociais locais.

Mesmo compreendendo que o patrimônio é passível de modificações, ainda assim a legislação priorizava a escolha de monumentos e bens de maior valor histórico e mais valioso, o que acabava por apresentar uma identidade nacional elitista. Ela não considerava as particularidades e diferenças culturais existentes no país o que implicava no estranhamento e distanciamento dos grupos sociais frente ao patrimônio. Esta negação implica na não preservação por não ter sido agregado valor oriundo das relações sociais. Como nos afirma:

[...] os bens se preservam quando se constituem em valor. Não em valor para uma minoria, ainda que seja uma “inteligência” atuante: mas um valor social, derivado de uma consciência que dele se tem como fator fundamental, como condição absoluta de ser e existir. (GUARNIERI, 2010, p. 121)

Neste sentido, acredita-se na participação da comunidade como sendo mais efetiva à medida que as políticas de preservação vão se ampliando e cada vez a política de escolhas dos bens patrimoniais ganham a participação direta da comunidade local, nas identificações destes bens e ganha papel importante na formação do patrimônio. Seus pontos de vista sobre

patrimônio são valorizados e considerados. As legislações do Brasil aderiram a novos referenciais culturais, que possibilitou maior ação da comunidade nas políticas de preservação e de poder se lançar nas candidaturas ao tombamento do patrimônio cultural.

Essas mudanças acabaram por adotar o nome de patrimônio cultural, segundo rege a lei nº 216, seção II – Da Cultura:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar e de fazer;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, os objetos, os documentos, os edifícios e demais espaços destinados à modificação;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, paleontológicos, ecológicos e científicos. (BRASIL, 1988)

A legislação abre espaço para o reconhecimento de novas formas culturais, como o imaterial, que valoriza os saberes e fazeres e diferentes manifestações culturais de uma determinada comunidade, porém nas práticas de ações para requerimento destes valores culturais travam nos processos burocráticos de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural.

## 2.2 – O FERRO COMO CULTURA MATERIAL

O movimento que a cidade de Belém costura ao longo do período de progresso e crescimento econômico do ciclo da borracha cria uma cultura de uso do ferro voltado para o consumo no sentido de expressar o seu poderio financeiro e social. Se tornando um marcador dessa nova era na história do metal na arquitetura da cidade.

Este novo olhar lançado sobre a cidade, quanto às mudanças estruturais, trouxe novos hábitos, mudanças comportamentais, regidos por medidas de atitudes influenciados pelos modelos europeus e as marcas dessas mudanças se encontram pela cidade, nos produtos que embelezam os espaços públicos e privados. Dentre estes elementos marcadores do progresso, o ferro se apresenta como cultura material que acaba por se relacionar com o indivíduo no dia a dia de maneira diferente em relação aos europeus que o adotaram com a função mais utilitária e econômica, mas logo se tornou menos relevante, contrário do ocorrido no Brasil e na região amazônica, que foi incorporado, já mencionado, anteriormente, com um signo de representação do crescimento e do progresso.

O uso do metal como cultura material vai além do objeto e de suas propriedades físicas específicas e passa a ganhar um sentido novo para outras pessoas. Neste caso, busca-se compreender a sua função não apenas como componente construtivo nas fachadas dos prédios de Belém, mas também como representação do que pode falar sobre a população que o adotou nas construções, estampado, como elemento decorativo, mas que tem muito mais a representar sobre aquele local e as pessoas. Miller (2013, p. 70) nos fala que “a função ainda é nosso equipamento-padrão quando avançamos rumo a qualquer explicação acerca de por que temos o que temos.”

O ferro não está na materialidade da coisa, mas na função que exerce sobre as atitudes que nos fazem representar. Não são mais importantes por estarem presentes nas fachadas dos prédios como elementos decorativos, mas pela influência que exerce sobre o modo de viver, no comportamento. Os objetos nos fazem revestir de uma capa que distância do que venha ser real. Neste contexto no qual o ferro se insere, deixa evidente que maior for a percepção que se tem deste objeto, de sua historicidade, mais nos traz para perto de nós mesmo ou nos impõe seu poder de nos moldar, portanto a cultura material pode revelar quem somos, a identidade.

Como cultura material está para além do objeto e se reveste de signos que se faz representar pelos valores que a ele se atribui dentro de uma leitura cultural que se impõe diante do objeto em evidência e que se entrelaça com as relações sociais. À medida que se toma conhecimento do discurso que paira sobre o objeto e da função que este exerce sobre o espaço e nas pessoas, mais se torna consciente de suas ações no meio que está inserido.

O culto ao objeto é a forma de se expressar, constituir ou desconstruir um discurso que no tempo e no espaço, estabelecido e cristalizado por uma ordem social e cultural e como um bem cultural que, no presente, se faz representar como patrimônio cultural e tangível, mas que está revestido de saberes que se deve conhecer e considerar, no sentido de interpretar e de ganhar novos sentidos e ressignificações, pois a cultura material pode apresentar funções e significados em diferentes culturas, como nos fala Horta (1985, p.3) ao considerar que:

[...] os objetos culturais tomados como ‘patrimônio’ ou ‘memória’ coletivos tem a força e a função de ‘signos’ no processo de comunicação social, como suportes de sentidos e significados, determinados e produzidos de acordo diferentes códigos culturais, seus diferentes léxicos, subcódigos e gramáticas.

Com a função de representar, simbolicamente, os ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt presentes na estrutura arquitetônica do prédio fazem parte de uma produção histórica que se desenvolveu ao longo do tempo permeado de saberes e fazeres, materializado

nos objetos que se apresentam como bem cultural. Considerado como um bem patrimonial apoiado sob valores que emergem da própria história que o constituiu, sob um determinado discurso que ainda pode se perdurar ou modificar a partir de um novo olhar sobre o objeto edificado. E é nesta perspectiva que este estudo busca compreender as relações que se estabelece entre a cultura material e o indivíduo no cerne deste espaço. Como fator museológico, onde se possa aqui apresentar a complexidade desta relação, nas experiências vividas no imaterial.

A compreensão da valoração sobre o bem patrimonial constituído no Colégio Gentil Bittencourt se configura a partir de seu pedido de tombamento, segundo a Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo diante do processo de nº 0793/81 e que de acordo com o artigo 4º da lei Estadual de nº 4.855/79 tomba o prédio do Instituto Colégio Gentil Bittencourt e seu entorno, em 06/05/1981, transcrito no livro de tombo de nº 3, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 01/11/1982 (Anexo 1).

Este reconhecimento nos remete ao entendimento sobre o patrimônio material e imaterial. Porém, importante pensar que a ideia primeira que se possui sobre o definição de patrimônio nasce, inicialmente, no cerne da cadeia familiar, que se contrai de geração em geração como um bem maior, mas que em outro contexto se atribui a todos os bens móveis e imóveis que estejam relacionados as questões econômicas ou pode-se ir mais a frente e classificar o patrimônio em uma nova categoria que vai além da materialidade e perpassa pelo intangível. Sai do universo do mundo privado para o universal, como um bem comum a todos. Nasce a ideia de um grupo de bens considerado como bem maior de riqueza não apenas material, mas moral de uma sociedade (ABREU, 2009).

Ao longo do tempo, inúmeras concepções sobre patrimônio foram se constituindo, atribuindo diferentes categorias de pensamento (GONÇALVES, 2009) e entre diferentes culturas, entender os significados que a categoria patrimônio alcança em cada universo cultural pode nos trazer melhor compreensão do que possa representar para uma comunidade a concepção de patrimônio. Não apenas o que se inscreve no senso comum, construído historicamente, mas como indicador de sua própria identidade. Outro fator relevante para construção do que vem a ser patrimônio está na prática de coleção dos objetos.

Os bens patrimoniais são passíveis de reconhecimento por um grupo social quando estes se sentem representados, quando há existência de elementos em comum. Esta identificação com o patrimônio se estabelece de forma dinâmica e contínua. Não se constitui de maneira inerte, estática, está sempre em modificação, e é neste constante processo de mudanças que o valor atribuído ao bem cultural, podendo, assim, ganhar ou perder o seu valor.

Pensar o patrimônio para além do que foi construído, historicamente, no tempo e no espaço, o que foi conservado como signo do que representa como era de mudanças, de conquistas materiais que refletiram no comportamento social, possa ser olhado a partir de um novo pensamento do que venha a ser patrimônio. Expandir o olhar adiante do que estar materialmente representado, como segundo nos fala Abreu (2009) em que antes o patrimônio estava pautado numa base nacional, num passado que necessitava ser protegido do esquecimento, mas que no presente este patrimônio deve-se manter numa prospecção para o futuro.

Neste entendimento sobre o que venha ser patrimônio, que no passado estava voltado para os monumentos históricos e conseqüentemente, para conservação deste bem material, distanciando muitas vezes da noção dos significados que possam ser atribuídos no decorrer do tempo e fazendo uma releitura deste passado que se estabelece nas relações que são construídas entre o objeto e o ser social, no tempo presente com olhar para o futuro.

Voltemos um pouco mais atrás para entender o início do surgimento da ideia construída sobre patrimônio, no qual esteve atrelada ao que se denominava de monumentos, que segundo Choay (2006, p.17) tem por definição: “Do latim monumentum, que por sua vez deriva de monere (Advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança alguma coisa.” Que tem como propósito não apenas de informar ou comunicar algo, ou um acontecimento histórico, mas de provocar uma emoção. Portanto, monumento passa a ser tudo que foi construído para rememorar e fazer outras gerações rememorarem em fatos históricos ocorridos naquele espaço edificado, como garantia de reviver um passado no tempo presente.

O Colégio Gentil Bittencourt ao iniciar sua construção, em 1894, durante a elaboração do projeto de construção ganhou ares de escola monumento, com seu estilo arquitetônico exuberante e imponente, segundo Vianna (1906, p.84) julga que:

Ele recorda flagrantemente a arquitetura do século VI. e, para nós entendermos sobre o que significa nestas linhas a expressão- a arquitetura do século VI- direi que por ella se procura dar ideia da que se affasta um tanto ao classicismo, embora guarde as proporções exigidas pela esthetica arquitetural. Seria hoje um erro construir à maneira singelamente antiga ou mesmo manter as normas rigorosas do século V, que foi a renascença nas artes.

Para marcar sua história na memória coletiva das gerações seguintes, não apenas com sua beleza, como monumento, mas também na técnica construtiva com utilização de materiais importados, como os ferros fundidos que compõem suas fachadas externas e interna. E com o passar do tempo, fatos históricos políticos e sociais foram agregados para reforçar a condição de monumento.

O Colégio Gentil Bittencourt, durante a obra de conclusão do prédio, ganha características de escola monumento para marcar um tempo político, na gestão do governador Dr. Augusto Montenegro, no qual elegeram grandes obras e deixar como patrimônio histórico na memória coletiva, período de grandes avanços econômicos e progresso.

Com o advento da era industrial, os monumentos ganham novos valores. Para alguns países, como a Inglaterra, mantem-se a tradição, mesmo que imbuídos do sentido de progresso e modernidade, os monumentos ganham outros significados e enquanto na França, segundo Choay (2006) o interesse é exclusivamente pelo valor histórico e nacional do edifício.

Em meio a toda transformação urbana impactada pela era industrial, parece que os monumentos históricos, tornaram obsoleto, peças raras, relíquias, consideradas sem vida, perdem seu valor de uso e função primeira, perdendo sua historicidade (CHOAY,2006).

Os valores atribuídos aos monumentos e ao patrimônio arquitetônico foram se constituindo a partir do momento em que as sociedades passaram a lidar com o tempo passado no presente, construindo, assim sua identidade.

O patrimônio representado ou escolhido pela sociedade sinaliza o que vem a ser sua identidade. Que o patrimônio possa ser reconhecido não apenas como um templo, monumento histórico, mas que faça parte do viver cotidiano da comunidade, que seu peso histórico estabeleça um diálogo com o presente vivo e dinâmico da sociedade contemporânea. Este patrimônio se torne vivo, acessível, possibilidade de transformação, de firmação identitária de uma sociedade.

Que a sociedade busque no patrimônio, leituras e releituras que lhe permitam fazer sobre o que nele está representado e extrair os pormenores do que está por trás e além do discurso nele estabelecido por uma ordem maior e de força política, e que se possa extrair elementos que construa a identidade da comunidade.

Trago nesta reflexão para pensar o Colégio Gentil Bittencourt como patrimônio edificado que se encontra em meio a malha urbana modernizada e que se destaca pela sua beleza arquitetônica e valor histórico. O quanto representativo ele se faz para comunidade e seja considerado tudo que o envolve enquanto significativo, além do prédio em si, mas os elementos que fazem parte e que estão agregado, fazem parte do entorno como nos mostra o Termo do Aditamento e Ratificação do Tombamento emitido pela Secretaria Executiva de Cultura, através do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Pará (anexo 2), que resolve editar e ratificar o ato de Tombamento segundo o artigo 1º sobre a área do entorno do conjunto arquitetônico e Paisagístico do Colégio Gentil Bittencourt – Edifício, Jardins e grades. Isso reforça que não seja considerado a condição de patrimônio por si só, no

caso do edifício somente, mas pelos que o fazem ser patrimônio, pelas múltiplas representações, como o seu entorno, que possam ser considerados relevante para identidade da comunidade.

Como mencionado anteriormente neste texto, reforço dizer que o patrimônio pode representar a identidade de uma comunidade, que as representações eleitas tracem o perfil identitário deste grupo social, numa constante relação de fluidez e dinamismo e reformulação desta representatividade. Varine (2013, p. 45) associa o patrimônio com DNA e afirma que “o patrimônio é a carteira de identidade da comunidade atual ligada a uma continuidade sem limites.”

Volto ao Colégio Gentil Bittencourt para pensar no patrimônio e nas relações que se estabelece com a comunidade e quais elementos deste patrimônio se elegeu para representá-los. As escolhas, seleções possam nascer de forma compartilhada, pensadas. Quando me refiro a uma escolha feita como reflexão quero aqui mencionar numa seleção não circunscrita ao valor estético, pela antiguidade, pela imponência arquitetônica e histórica, ainda que esses valores sejam importantes neste processo de escolha enquanto representativo, mas ir além destes aspectos estéticos que paira sobre seu criador, do poder instituído enquanto Estado e seu discurso hegemônico sobre entendimento de patrimônio e, portanto, neste sentido, poder pensar se o que se escolhe como representação possa despertar nesta comunidade o sentimento de pertencimento e de compromisso em preservar.

Tomar algo para si como patrimônio e chamar para a responsabilidade de conhecer melhor este patrimônio, para poder agir sobre ele de forma comprometida com seu potencial de valorização histórico e cultural, mas também de transformação, de promover na comunidade, o sentimento de pertencimento e de afeto. A maneira como se refere ao patrimônio, a determinado ponto ou cada canto deste edifício e com qual grau de valor que atribuem, já se está falando e elegendo o como tal. Esta trama de relação entre o homem e o bem cultural reflete a maneira salutar com que convivem. Tornando este espaço coberto de vida.

Faz-se necessário que as relações estabelecidas sejam estreitas, caso contrário, o patrimônio acaba por se tornar um objeto morto. (VARINE, 2013).

O prédio do Colégio Gentil Bittencourt e os ornamentos de ferro sejam vivos aos olhos da comunidade que se encontra neste espaço. Os pavilhões do pátio do recreio não se tornem, unicamente, espaço cuja função esteja para abrigar, mas que se constitua como local de verdadeira convivência e de relação de pertença pelo que se representa pela comunidade<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Segundo Siqueira, 2018, p. 62. Entende-se por comunidade o sujeito social coletivo que está situado, historicamente ou simbolicamente, num espaço, com austeridade que se identifica como tal.

A relação de pertença que venha a se constituir entre a comunidade e o patrimônio, envolve o conhecimento que este possui sobre o bem cultural, compreender sua importância e agir sobre ele. No estudo de público que se realizou com a comunidade estudantil, em específico com os alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Gentil Bittencourt, pode perceber que no entendimento construído sobre este patrimônio se reflete no que se descreve segundo a fala do aluno de que “É o conjunto de bens, reconhecido pela importância cultural e histórica”, “É algo histórico que possui valor inestimável para o povo, sociedade etc.”, “ algo que faz parte de um lugar e possuindo grande participação nela”. O que se pode perceber nas falas acima descritas é que o reconhecimento do patrimônio evidencia sentimentos de pertença a alguém e ao território local.

O patrimônio que está imerso num espaço de educação , como é o caso do Colégio Gentil Bitencourt, torna-se fácil de proteção e preservação, considerando a educação como instrumento promoção de conhecimento, de libertação e que tem como propósito treinar o olhar da comunidade estudantil para além do objeto material, mas dar vida e movimento, impedindo que o bem patrimonial que ali se estabelece possa estar dialogando, frequentemente com a sociedade.

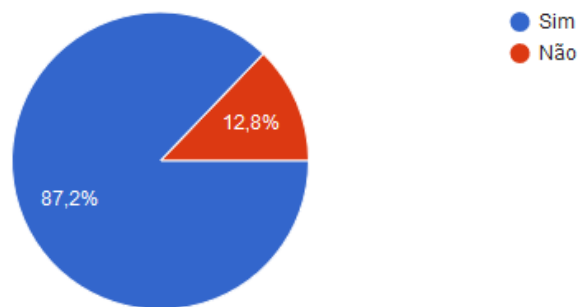
Este aspecto pode ser percebido a partir da pesquisa de público realizada com os educandos do 1º ano do ensino médio do turno da manhã e da tarde, utilizando-se de uma abordagem metodológica quantitativa com aplicação de questionário (Apêndice A) com questões fechadas e abertas a fim de conhecer o entendimento que os alunos possuem sobre patrimônio e os ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt como bem patrimonial. A partir desta investigação alcançou-se alguns resultados sobre o objeto desta pesquisa.

Neste sentido, as pesquisas mostram que a importância do ensino sobre patrimônio para compreensão e a relação entre a comunidade estudantil e o patrimônio, desenvolvido no conteúdo curricular, foi considerado positivo por 87,2% dos alunos entrevistado conforme o Gráfico 1. Este resultado aponta para indicativo da importância de se dialogar sobre patrimônio no ensino formal.

Gráfico 1: Resultado do ensino de educação sobre patrimônio no conteúdo curricular

### 9- O ensino sobre educação patrimonial presente no conteúdo curricular contribuiu para sua melhor compreensão e relação com o patrimônio do Colégio Gentil Bittencourt?

86 respostas



O Colégio Gentil Bittencourt enquanto potencial histórico, a medida que é reconhecido pelas pessoas ao qual está relacionado, pode torná-lo patrimônio. Neste contexto, a educação se sobressai como mediadora do diálogo que se tece entre a comunidade e o espaço escolar.

Para compreender este vínculo entre os personagens deste patrimônio, das relações estabelecidas, debruçemos sobre o papel da escola, da educação formal para o entendimento de patrimônio dentro e fora da escola.

Pensar o papel da educação numa perspectiva do repertório cultural dos alunos que fazem do espaço escola seu patrimônio. No processo de ensino aprendizagem, o reconhecimento identitário do aluno se faz necessário, pois o conhecimento e reconhecimento do seu espaço e de sua cultura legitimar o patrimônio constituído.

A escola se configura mediadora entre o aluno e o patrimônio, dialogando o conhecimento numa perspectiva da verdade voltada para a realidade ao qual o homem está inserido e com estes para construir a verdadeira palavra como nos fala Freire(1987, p.44) “ A existência, porque humana, não pode ser muda, silêncios, nem tão pouco de nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo”.

O ensino sobre patrimônio, que se estabelece no contexto escolar, deve estar para além do conteúdo curricular, no programa, mas para ações reflexivas sobre este patrimônio, seja dentro ou fora do universo escolar. A construção do entendimento sobre o bem patrimonial se inicia no próprio homem enquanto agente deste mesmo bem cultural.

### 2.3 – EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O patrimônio ganha mais uma nova categoria, do imaterial, que está além dos monumentos, objetos e documentos, ele se inseri nas tramas de relações sociais. É fluído, dinâmico e ativo. Está sempre em constante renovação nos seus significados, agregando novos saberes, num movimento vivo de construção e desconstrução. Neste sentido, pode-se considerar uma cultura dinâmica que permeia entre o meio ambiente e a comunidade nela integrada.

O patrimônio material está revestido do imaterial que se constrói nas relações sociais com o objeto, como pensamos e nos relacionamos com este material, pode delinear o valor que este representa para comunidade local. A identificação com o espaço se constrói no seio da relação, a partir de uma construção cultural dinâmica, que os aproxima do patrimônio com a intenção de fazer parte integrante deste corpo patrimonial.

No caso do Colégio Gentil Bittencourt se buscou entender, através da pesquisa de público, como esta relação vem se construindo. Diremos em geral, inicialmente, pois nos debruçaremos em descrever as análises da pesquisa, a posteriori. Mas para a comunidade estudantil, o patrimônio do Colégio Gentil Bittencourt está atrelado a noção de monumento e de valor histórico, vinculado aos aspectos arquiteturais, como mostrou a pesquisa que 43,7% dos alunos consideram a arquitetura do prédio que mais se destaca e 62,1% atribuiu ao Colégio, quanto a valoração, o potencial histórico.

Associar este patrimônio a vida cotidiana dos educandos, a sua cultura, reconhecer como instrumento de seu desenvolvimento social, mergulhar no passado, sem permanecer apenas na história contada e registrada, que estão nos documentos, nos livros, mas se apropriar desta para entender o momento presente. Reconstruir seu entendimento sobre o patrimônio edificado do Colégio Gentil Bittencourt.

Que o patrimônio edificado e seus elementos construtivos integrados ao Colégio Gentil Bittencourt não se tornem para a comunidade educativa um instrumento, meramente, contemplativo pelo seu valor histórico e estético, mas que esteja associado ao entendimento de patrimônio enquanto instrumento de conhecimento construído pelo viés da educação formal e informal e na própria vivência cotidiana e cultural.

A educação neste contexto tem papel relevante como caminho de ensino aprendizagem. No senso comum, ao se falar de educação, se reporta ao espaço das instituições de ensino, mas a educação se dá em diferentes espaços, em qualquer lugar onde se possa construir um pensamento, um conhecimento, segundo a Lei de Diretrizes e Bases de Educação

Nacional de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no Título I, Da Educação, no Artigo 1º, diz que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Presente em diferentes espaços, onde se construa conhecimento, mas, priorizaremos, neste trabalho, falar de educação no espaço da escola. Lugar de troca de conhecimento, de construção, de partilhas de experiências entre o educando e educador. O papel da escola é ensinar algo a alguém, de forma dialogada. Porém, nem sempre as práticas educativas e constroem pelo viés do diálogo.

Exerce um papel de transmissor de conhecimento, numa forma quase que estanque, parada, morta, petrificada em si mesma, sem estabelecer relação com o mundo exterior. E o educando, quase sempre assume um papel de mero espectador. Nele cabe apenas ouvir e armazenar o conhecimento que lhe é transmitido pelo educador, numa relação de transmissão de via única educador para educando, como um depósito, que armazena, guarda o conhecimento que lhe é transmitido, sem questionar, sem contestar, apenas armazenar, guardar e dele não fazer uso. Nesta visão “bancária” que assume a educação diante do educando, constrói-se uma relação educador-educando, onde o educador como protagonista da ação de informar conhecimento e o educando, de receber conhecimento. Segundo Freire (1987) a escola deve ser lugar de comunicar-se, porém o educador é que faz comunicados e depósitos, enquanto o educando apenas recebe os comunicados de forma passiva, tornando-se meros repetidores, configurando-se uma educação bancária, onde os educandos recebem os depósitos, guardam e arquivam sem questionar.

O que se pretende buscar, na educação de ensino, mais especificamente, para o educando, que este exerça papel de libertação, possibilite que o educando se conheça e se reconheça no outro e seja protagonista de sua própria história. Nesta concepção libertadora da educação, os papéis exercidos pelo educando e educador podem ser invertidos, onde quem ensina aprende e que aprende ensina. Permita uma educação de via dupla.

Na relação de diálogo em que se constrói a educação libertadora, impulsiona o educando para tomada de consciência de si e do seu entorno, deixando de ser passivo, para ser agente de transformação, educar-se com o mundo, ser capaz de entender, decifrando os significados existentes na cultura material. Conhecer a história que reveste os objetos e poder aprender com eles para construir sua própria história. “É preciso aprender a ouvir as coisas, a entender suas lições.” (HORTA, 2006, p. 224).

A leitura das coisas requer a busca do conhecimento deste por meio do diálogo que se estabelece no campo da educação. Tornar o educando apto para observar, refletir sobre sua realidade e interferir de modo consciente e comprometido com o mundo. Respeitando a história que cada objeto carrega consigo.

Pensar o patrimônio como meio de educar e usá-lo como estratégia educativa para formação dos educandos sobre o que se compreende a respeito de patrimônio, para assim poder atuar sobre o bem cultural, como nos faz lembrar Varine (2013) que devem estar revestido de sua herança cultural para poder intervir junto à comunidade e seu patrimônio, conhecendo o e preservando.

Os caminhos educativos para o conhecimento do patrimônio exigem diretrizes para atuarem de maneira sistemática e participativa, no qual pode-se denominar de educação patrimonial que segundo definição de Grunberg, Horta e Monteiro (1999, p. 4): “Processo permanente e sistemático do trabalho educacional centrado no patrimônio cultural e enriquecimento individual e coletivo.”

As estratégias de ações educativas para o patrimônio viabilizam ao educando apreender o conhecimento sobre este apropriando-se de suas matrizes históricas, para que possam valorizar sua herança cultural. Atuar sobre este patrimônio de maneira empoderada, se identificar e fortalecer sua identidade e inserir-se nos demais espaço como reconhecimento a sua própria identidade.

O patrimônio é uma fonte rica de conhecimento e reconhecimento. Os objetos culturais apresentam-se como instrumento para educação sobre patrimônio, que segundo Grunberg, Horta e Monteiro (1999) é a base para alfabetização patrimonial e prepara o educando para uma leitura e releitura do objeto cultural e de seu entorno, capacita a observar, se apropriar e ter atitudes de transformá-lo, se for necessário.

A educação para o reconhecimento de sua herança cultural, expressas nos objetos, monumentos, edifícios, bem como nos saberes e fazeres que se estabelece nas tramas sociais, devem ser construídas num constante caminho do diálogo, nas trocas de conhecimento e de experiências.

Nas relações sociais com o objeto cultural deve-se considerar a cultura deste grupo social, das especificidades de cada um, para o olhar se volte para um patrimônio latente, que pulsa, vivo, que está propenso a modificações, pois a cultura da comunidade está em constante mudanças, adaptações e o patrimônio ganha, dentro desta dinâmica cultural, outros significados.

Importante buscar nos objetos, enquanto cultural material, fonte de informações do nosso passado que se encontram presente no cotidiano da comunidade para conhecer a história deste objeto, em que contexto foi produzido, no tempo e no espaço e quais finalidades foi produzido para que se possa avaliar, interpretar e entender o presente. Segundo Horta (2006, p.224) deve-se:

[...] considerar os objetos culturais, tomados como patrimônio ou memória coletiva, tem a força e a função de signos no processo de comunicação social como suporte de sentidos e significados.

Revisitar o passado por meio dos objetos patrimoniais é mergulhar na essência do que venha a ser o presente vivido. O passado expresso nos objetos, nos monumentos e em todas as coisas não podem se desvincular do cotidiano das pessoas, pois são sinais latentes do que foi no passado, e se reflete no tempo presente. O patrimônio deve estar presente na dinâmica cultural do cotidiano, fazer parte e não ser mais elemento estático, petrificado e apenas símbolo de objeto de contemplação. Varine (2013, p.111) nos fala que “ O patrimônio como recurso do desenvolvimento local, não pode ser visto fora dos ritmos da sociedade local.”

Neste sentido, o patrimônio não deve ser visto a margem do espaço da escola, deve se constituir num elemento integrante dentro do processo de ensino e aprendizagem. Deve-se estar associado a vida cultural dos educandos, no dia a dia do contexto escolar.

Estabelecer o patrimônio na cultura viva dos educandos pode ser um bom começo para o desenvolvimento estratégico das ações educativas sobre o conhecimento deste patrimônio. Os conteúdos curriculares que abordam temas sobre o patrimônio estão vinculados a sua realidade vivida, aos objetos culturais que se apresentam dentro do universo escolar. O ensino sobre o patrimônio, dentro do universo escolar, não se distancie da realidade vivida e que o trato com o conhecimento dos elementos da cultura material inseridos neste espaço seja o objeto de estudo, vinculando ao contexto real.

Considerando que as ações educativas para o patrimônio estão atreladas não apenas ao conhecimento, mas às relações da cultura viva, do dinamismo cultural é que se buscou conhecer como o estudo do bem cultural está inserido no conteúdo programático nos programas curriculares da escola. Segundo os Parâmetros Nacionais Curriculares para o ensino médio tem o propósito de auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Servirão de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e sobretudo ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo ainda para a atualização profissional. Os estudos do patrimônio direto e indiretamente encontram-se referendado nas áreas de

conhecimento da linguagem, código e suas tecnologias e nas ciências humanas e suas tecnologias.

O programa de conteúdo de ensino do Colégio Gentil Bittencourt, vinculado ao SAS- Plataforma de Educação (SAS), nos diferentes níveis de ensino, desde o fundamental II ao ensino médio, elaborado com base as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação infantil (RCNEI), com os parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino fundamental (PCN) e para o ensino médio (PCNEM).

Os temas apresentados no programa dos materiais didático SAS inseriram assuntos importantes referentes aos valores éticos e culturais, bem como valorizam conceitos, causas e consequências de fenômenos em geral. Que privilegia as competências e habilidades caracterizadas pela capacidade de expressão, de compreensão de fenômenos, de resolução de problemas e de construção de argumentos.

Ao referir-se no programa os propósitos do ensino em relação as competências e habilidades, nas capacidades de argumentar e de expressão, volto à pedagogia freireano de buscar a compreensão pelo caminho de uma educação libertadora, pelo viés do diálogo, onde a palavra se faz ação de transformar o mundo que os rodeia. Para Freire (1987), o homem que dialoga, que é crítico, sabe o poder de criar, de transformar o seu entorno, mas que em situações concretas, uma vez alienados, podem ter seu poder prejudicado.

Este diálogo que se inicia entre educador-educando, aquele que é dialógico e problematizador, para o educador, o conteúdo programático, ministrado não é impositivo, tem um caráter de revolução organizada e sistematizado, compartilhado com o educando pelo diálogo. (FREIRE, 1987).

No contexto escolar, a comunicação que se estabelece entre o educando, o objeto e o ensino para o patrimônio, mediada pelo educador deve-se de fazer numa perspectiva dialógica, de participação e compartilhada, portanto, nesta relação dialógica que se estabelece entre o homem, o conhecimento e objeto possa se caracteriza em uma ação aberta, dinâmica, permeada de reflexões que segundo Guarnieri (1987, p.183) “se mantem numa constante renovação entre o homem e objeto em interação recíproca, renovando e revitalizando o fato museológico”.

Os conteúdos desenvolvidos dentro do Programa de ensino do Sistema Ari de Sá (SAS)<sup>5</sup>, na 1ª série do ensino médio, a abordagem sobre patrimônio vem implícito em algumas

---

<sup>5</sup> SAS- Plataforma de Educação é um sistema de ensino elaborado em consonância com as diretrizes Curriculares Nacionais e tem como programa de conteúdo didático temas que abordam valores éticos e culturais. Tem como objetivo contribuir para uma sociedade mais consciente e formar cidadãos críticos e reflexivos.

temáticas, na área de linguagens, códigos e suas tecnologias, na disciplina de arte e na área de Ciências Humanas e suas tecnologias, pode-se observar dentro dos temas trabalhados de algumas temáticas abordadas, nas disciplinas de história, filosofia e na sociologia. Na 2ª série do ensino médio, não está explicitado o tema patrimônio, mas pode-se estar implícito na disciplina de geografia e na 3ª série do ensino médio, se apresenta nas disciplinas de arte e história<sup>1</sup>.

O conhecimento leva ao entendimento do que venha a ser patrimônio e da relação com a comunidade, ao conhecer este patrimônio, cria-se possibilidades de se reconhecer no outro, no seu passado, através de sua herança cultural e se situar no presente vivido, neste sentido, o patrimônio como instrumento de revelação e de descoberta de quem somos e para onde queremos ir, fortalece a identidade de um povo, de uma nação.

O entendimento sobre o patrimônio se evidencia na fala de alguns alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Gentil Bittencourt, ao expressar que é uma “Herança histórica que precisa ser preservada”, a palavra herança salta aos olhos por compreender que o patrimônio reconhecido está atrelado a uma herança, algo que nos apropriamos como pertencimento.

Para os alunos, o prédio do Colégio Gentil Bittencourt é reconhecido com 100% como patrimônio, gerando um sentimento na maioria das falas que vem a ser de “respeito” pelo espaço edificado, como nos mostra nas falas: “Uma coisa que deve ser respeitado e preservado”, “Algo de respeito e carinho com um valor histórico”. Diante destas manifestações é que nos debruçaremos sobre esta pesquisa de público e da relação destes alunos com o patrimônio, mais a frente, no terceiro capítulo deste trabalho.

Portanto, o educando, ao conhecer sua história, seu entorno e relacionar com o passado, a partir deste patrimônio reconhecido, poderá servir de espelho que refletirá em si mesmo, revelando quem somos.

### 3 – ESCOLA, PÚBLICO ESTUDANTIL E PATRIMÔNIO

Considerando a importância do estudo de público, Se pensou, neste trabalho, em desenvolver pesquisa de público para melhor conhecer o entendimento que o aluno possui sobre o patrimônio, em específico, sobre o patrimônio edificado e seus ornamentos em ferro do Colégio Gentil Bittencourt, conhecer sobre a experiência museal que o estudante possui sobre o espaço da escola para compreender a escola como espaço em potencial para educação museal, portanto é importante conhecer, historicamente, como os Museus construíram sua definição e seu papel educativo.

#### 3.1 – PÚBLICO ESCOLAR: MUSEU, ESCOLA E PATRIMÔNIO: DISTANCIAMENTO OU PERTENCIMENTO?

Ao longo do tempo, os museus passaram por diferentes etapas de desenvolvimento no que se refere a sua definição, o qual inicialmente, ao entender que seu termo derivou do grego *mouseion*, que representa o templo das musas, avança para espaço de guarda de objetos de antiguidades de natureza privada. Neste, as coleções se ampliavam com a reunião de diferentes objetos de vários lugares e diferentes culturas. Mais a frente, segundo Pinheiro, 2004, entre a segunda metade do século XVI e o século XIX, iniciou o processo de inventariar, conceituar os objetos, a fim de memorização.

A abertura dos museus ao público estabeleceu um marco na história da definição do conceito de Museus. No século XVIII, cria-se os primeiros Museus de artes como o Louvre, na França e o British Museum, na Inglaterra, com acervo de objetos reais, levando o público à contemplação da arte erudita.

Neste processo de definição do Museu, no caminho da história, a arte popular ganha seu espaço, mas em geral, observou-se que os Museus preservavam o modelo de nação, atrelado à construção de uma identidade nacional, de exercer a cidadania aos modelos do Estado. No século XIX, o estado nacional era reconhecido, segundo Pinheiro (2004, p. 131) como “unidade do poder político”, impondo seu poder sobre os cidadãos, agindo por vários caminhos para homogeneização da sociedade. No entanto, o sentimento de nacionalismo que se pretende, se constrói a partir do reconhecimento das diferenças culturais existentes nas minorias dentro da nação, o que gera o sentimento de pertença de um povo. Porém, os Museus apresentavam seus objetos como bens culturais a fim de alimentar e afirmar a ideia de cultura nacional (PINHEIRO, 2004).

Na década de 1970, do século XX, os Museus eram usados como discursos oficiais, com propósito de efetivar o ideal regime militar, Figueiredo e Vidal (2013, p. 154) que ainda se mantinha na construção da nação, mas ao recuarmos uns anos atrás, na década de 30, a construção de nação, no projeto de modernização, iniciado pelo ministro Gustavo Capanema, no governo Vargas, em que o interesse público deveria prevalecer sobre o individual, ideia que permeou o pensamento de unidade nacional, negando o individual, que fragmentava e ao aderir o senso comum, a universalidade da cultura. Com base na crença da universalidade, que surgiu debates a fim de construir um conceito de nação onde se pudesse considerar as diferenças culturais de cada região, valorizando as diversidades identitária étnicas de cada local, no entanto, o que os museus representavam era uma noção de nação unificada, a partir de um reconhecimento de patrimônio comum a todos.

As mudanças começaram a surgir a partir do encontro organizado pela Unesco em parceria com Conselho Internacional de Museus, ICOM, em Santiago do Chile, 1972, tornando-se conhecida como a Carta de Santiago, momento em que os Museus começam a ganhar uma dimensão social, o que levou maior comprometimento dos Museus e seu público.

O encontro, tinha como prioridade de discussão, deslocar o foco dos estudos direcionado para as coleções e volta-se para a comunicação nos Museus e da realização de estudo de público, priorizando pensar sobre Museu a partir das lentes de quem o visita.

Neste período, novos debates surgem, com novas teorias e conceitos que reescrevem nova definição sobre Museu, surgindo o conceito de museu integral, que defende Scheiner (2012, p. 19) ao dizer que o Museu não está apenas ao desenvolvimento do trabalho comunitário, mas

[...] na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais.

Neste sentido, os Museus ampliam sua atuação, buscando a interação entre o objeto museal, o espaço em que se insere e o homem, abrindo para o social.

Diante das transformações que os Museus sofreram, as suas funções se modificaram, ganharam novos sentidos, pois a medida que se modificam, vão se configurando outras definições sobre Museus que, inicialmente, estavam atrelados a colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor, embora muito voltado para uma categoria social elitizada, para cultura erudita, de uma classe hegemônica. Porém, o espaço museal começa a dar lugar outras culturas, não apenas a cultura erudita, como também a popular.

Considerar o Museu como espaço de comunicação, interação, de construção de conhecimento, de rompimento com pensamentos hegemônicos, estabelecendo espaço de memória. Constitui lugar de inquietação, de questionamentos e provocação para novas significações dos objetos expostos.

Devem estar abertos a novas vivências e experiências, ser dinâmico, estar além dos seus muros, estar, como nos define Chagas e Storino (2004, p.6) “Eles são janelas, portas postais; elos poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu e o outro; elos políticos entre o sim e o não, entre o indivíduo e a sociedade.” Ter a missão de incluir culturas diversificadas, abraçar diferentes públicos, moldar-se às diferenças.

Para Pinheiro (2004, p. 25) o Museu deve ampliar sua missão, significado e seu espaço. Não deve se apresentar como um espaço estável e definido, deve ampliar e transpor as paredes físicas da instituição, suas formas de representar, elevou o olhar para além do passado, voltando-se para ações moldadas aos novos costumes.

O principal papel dos museus é proporcionar ao visitante, a condição de migrar da condição de espectador para participante, não levá-lo a um estado de deslumbramento diante das coisas como espetáculo. O Museu como mero espetáculo contribui para limitação da capacidade do outro, melhor dizendo do visitante de se inserir num mundo irreal sem poder de criticidade do que se estabelece a sua frente como espetáculo.

O Museu deve estar para ser um espaço de vivência e de construção do saber. Algo que ultrapasse as fronteiras do espetáculo alienante, que desperte no outro a curiosidade e o senso de criticidade para os objetos em exposição.

O Museu que busca atrair o público por meio de espetáculo deve permitir a liberdade do visitante de poder agir e não apenas de ser um agente passivo do discurso que se inscreve em meio ao espetáculo apresentado. Quando a espetacularização do exposto no cenário do espaço Museu se torna objeto de isolamento, o diálogo não se estabelece. Atrair o público a participação, mas com consciência e nem sempre acontece dentro destas condições, mas o que se percebe é uma participação alienante.

A interatividade do homem com o Museu está na relação de troca e de até mesmo mudança no discurso que se construiu ao longo do espetáculo. Como nos afirma Pinheiro (2004, p. 228) ao dizer que “interagir é dialogar, ação em que ambas as partes de alguma forma se modificam, mesmo quando as relações são assimétricas”. Neste sentido, pode-se pensar que mesmo havendo divergência de ideias, o diálogo deva estar presente como instrumento de aproximação entre o público e o Museu para a partir das divergências consiga chegar a uma convergência na construção do conhecimento.

Compreende-se o espaço do Museu como local de fala, de afirmação e valorização cada vez mais da cultura local, dos saberes construídos pelos seus espectadores e que eles possam se reconhecer neste espaço como agentes integrantes e construtores de novas histórias a partir do que está presente.

O Museu deve ser o instrumento de motivação para atrair o público a buscar o que deseja, não apenas observar o que já está exposto e proposto como lógica do saber acabado e definido, mas que se possibilite a liberdade de encontrar algo novo nomeio de um discurso comum e hegemônico, construído por um grupo dominante.

O papel de comunicar a que se propõe os Museus deve estar para a difusão dos conhecimentos e desconstruir e reconstruir pensamentos, quebrar a hegemonia do pensamento de um sem detrimento de outros. levar o saber ao público para dar-lhes cada vez mais poder de decidir, fazer suas escolhas e intervir na sociedade, deixando de ser alienado. Absorver o que o Museu nos propõe sem dialogar com o objeto apresentado é permitir-se ao congelamento de sua própria capacidade de criar e de estabelecer novas narrativas para o discurso exposto no espaço museal.

O público ao visitar o Museu deve sair diferente de quando entrou. Tornar-se mais consciente de sua ação diante do mundo que o rodeia, das suas tradições e cultura, fortalecendo sua identidade. Portanto, cabe ao Museu segundo Pinheiro (2004) contribuir na formação da sociedade, sendo mais consciente de sua cultura, com o outro e com seu entorno e com seu futuro.

Que os artefatos expostos nos Museus se transformem para o público visitante um instrumento que não apenas remeta ao passado, mas que o público possa se alimentar da fonte do passado para compreender e rescrever seu presente.

As exposições dos objetos de museus não devem fechar-se às suas informações, mas estar acessível ao que se estabelece no presente, conectando-se com discurso atual. Nos espaços dos Museus, os artefatos falam no passado e no presente, numa constante ressignificação deste objeto museal.

O Museu que desempenha o seu papel social, tende a estar disposto abrir-se como espaço de convivência e experimento, de práticas de cidadania e do convite à maturidade, desenvolver o olhar crítico do visitante sobre todas as coisas e se negar ao papel de contemplação alienante e silenciosa.

As mudanças que se estabeleceram nas definições dos Museus que, gradativamente, se afasta do papel de colecionador, de guardião e expositor de objetos musealizados para condição do papel de educador. Preocupado cada vez mais em atrair o público e aumentar sua

permanência dentro do espaço museológico, tem criado diferentes alternativas voltadas para ações educativas com uma linguagem mais apropriada de estreitar as relações entre o Museu e o público. Mas, também, de potencializar um discurso, através dos objetos, para valorizar a cultura local e com isso atrair cada vez mais o interesse deste sobre as coisas que lhe diz respeito.

Neste sentido, como nos afirma Figueiredo e Vidal (2013, p. 233):

Essa nova postura de renovação dos Museus confere uma importância particular ao planejamento museológico, pois ele também se torna um mediador entre os discursos do Museu e do visitante.

O novo Museu no contexto educativo, deve estar aberto ao público, deve estar além dos seus muros e ir ao encontro do outro, de troca de conhecimento e de criar possibilidades para novas descobertas juntamente com o público, que se firme como espaço de salvaguarda de suas coleções, mas que exerça sua função social, respeitando a multiplicidade das heranças culturais.

Com a chegada das novas tecnologias de comunicação, os Museus passaram a se preocupar mais com a forma de se comunicar, o que impactou em novas ações para construir um caminho mais interessante e interativo com seu público, implicando nas ações educativas como meio de levar o conhecimento de maneira mais criativa.

Os caminhos que os Museus têm traçado, ao longo do tempo, para a educação patrimonial e dentro de um processo, cada vez maior da participação do visitante, é o que se vem buscando dentro das escolas, pelo menos ao que se pretende e é nesta perspectiva que buscamos neste estudo pensar o papel da escola na construção do conhecimento sobre patrimônio e o ensino dentro do contexto formal e da relação com o aluno.

Como nos diz Chagas e Storino (2004, p. 6) que “os museus são bons para exercitar pensamentos, tocar afetos, estimular ações, inspirações e intuições”. É neste pensamento que me apoio para pensar que as escolas podem e devem ser espaço de estímulo a novos pensamentos e de criação.

Assim como os objetos musealizados são instrumentos para comunicar um discurso, uma ideia dentro dos Museus, os conteúdos programáticos de ensino voltado para o entendimento de patrimônio, no contexto escolar, não devem estar desatrelados da realidade do aluno. Assim como o Museu, com relação aos seus objetos como testemunho da história não se descontextualize do seu mundo real. Que os conteúdos do ensino formal não estejam desconectados da cultura de seus alunos.

Neste sentido que nos faz pensar no real papel da escola frente ao ensino sobre o patrimônio. A escola dentro do processo de ensino aprendizagem deve considerar a bagagem cultural que os alunos trazem consigo e usar este conhecimento como mais um instrumento na pedagogia do ensino para educação do patrimônio e assim, trabalhar na formação crítica dos seus alunos diante do patrimônio constituído.

Segundo Bezerra (2006, p. 83): “Educar é um ato político que visa a formação de sujeitos críticos que utilizem o conhecimento construído na escola para lutar pelos seus direitos”. Neste entendimento que a escola deve construir sua própria compreensão sobre o patrimônio a partir das três dimensões que se entrelaçam por vez no conteúdo selecionado pela escola, do conhecimento que é atribuído pelo professor sobre este conteúdo e do entendimento construído, historicamente, pelo aluno.

O conhecimento construído nesta relação tríplice se transforma em ação reflexiva, numa atitude de práxis entre o pensar e o agir como nos faz pensar Freire (1987, p.70) sobre o homem que:

São seres de que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. É, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine.

Nos Museus, o ato de comunicar, como mencionado anteriormente, se faz pelas exposições, a partir de seu patrimônio salvaguardado. No entanto, na escola se concretiza pelos conteúdos de ensino, mediados pelo professor que transmite ao aluno. Isso nos faz pensar como esses conteúdos estão estruturados, se ocorre uma apropriação do patrimônio existente na escola para educação museal, que se compreende como ações educativas para o reconhecimento do patrimônio, sua apropriação e reflexão sobre a história, contribuindo para formação crítica do indivíduo e sua relação com este patrimônio. Segundo Costa; et al (2018, p. 74): “A Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la”. Para Desvallées e Mairesse (2013, p. 38) a Educação Museal é como:

Um conjunto de valores, de conceito, de saberes e de práticas que tem como fim o desenvolvimento do visitante; como um trabalho de aculturação, ela apoia-se notadamente sobre a pedagogia, o desenvolvimento, o florescimento e a aprendizagem de novos saberes.

A forma como o saber chega até o aluno deve oferecer subsídios suficientes para que ele compreenda a partir do conhecimento apreendido o reconhecimento do patrimônio como parte de sua cultura.

Neste sentido, é possível perceber que a educação museal se encerra em grupos específicos de disciplinas curriculares, como história e artes, distanciando-se das demais disciplinas, como observado nos programas de ensino curricular do conteúdo programático do ensino médio do Colégio Gentil Bittencourt.

Pensar que o conteúdo curricular de ensino não seja a único meio de se compreender sobre o patrimônio, mas que os elementos culturais que permeiam o espaço da escola sejam subsídios para a construção do conhecimento. Como exemplo, os gradis e ornamentos de ferro construtivos do Colégio Gentil Bittencourt possam ser instrumentos de aprendizado e de entendimento para preservação do patrimônio. Que o trato sobre o ensino do patrimônio não se inicie e se encerre nos programas de ensino através das disciplinas de arte e história, mas que a busca do ensino se apresente na relação dos objetos com o aluno, bons para se fazer pensar sobre o que se considera como patrimônio e deste se afirmar enquanto indivíduo pertencente deste espaço.

As ações educativas museais para o patrimônio devem ser permanente no espaço escolar como subsidio para produção do conhecimento e que nasça no corpo da convivência e experiência do cotidiano com o bem cultural que este instrumento de ação educativa venha despertar no aluno atitude ativa de conhecer e de se apropriar do patrimônio.

Trabalhar o estudante, por meio de ações educativas, as habilidades e competências para se colocar diante do objeto, e ser capaz de observá-lo, reconhecer, explorar em todas as suas diferentes faces e por fim apropriar-se. Neste processo, o patrimônio ganha visibilidade diante do aluno que o identifica sob novo olhar. Mais atento e de poder fazer com este se insira na sua convivência.

Importante ressaltar que o patrimônio esteja presente nos conteúdos curriculares, mas não ser tratado de forma isolado, desconectado da realidade ao qual está inserido, o estudo deste bem cultural possibilite a formação do aluno para o exercício da cidadania, tornando-se proativo na preservação deste bem comum ao grupo social envolvido.

O trabalho multidisciplinar deve se fazer efetivo na educação museal no âmbito escolar, porém o que se percebe, como mencionado, anteriormente, que o ensino dado de forma isolada e sem articulação interdisciplinar entre as áreas de conhecimento voltado para o bem cultural em questão dentro do espaço escolar.

Os recursos didáticos para a prática da educação museal se construa no espaço vivido onde o encontro com patrimônio sirva de reflexão sobre o cotidiano do aluno com o espaço escolar, das transformações ocorridas neste espaço, articulando-se com o patrimônio de forma responsável. É treinar o olhar para a preservação do patrimônio.

Pensar que a educação museal no contexto escolar não se encerre nas disciplinas de história e de artes, mas que se faça presente em todas as áreas do conhecimento e antes de se pensar nas ações educativas deve-se conhecer a quem se destina este estudo.

A educação, tem sido, tanto nos Museus como na escola, uma ferramenta estratégica para despertar o interesse e permanência do indivíduo nestes espaços, porém os métodos de como tem sido articulado com o patrimônio é que tem sido o grande desafio para ambos.

Antes de qualquer iniciativa de construção de um plano estratégico para educação museal sobre o patrimônio deve-se pensar na bagagem cultural que o aluno carrega para a posteriori, tomar decisões pertinentes ao ensino. Neste caso, conhecer o que pensa o seu público contribui para o avanço do processo da educação museal no espaço escolar.

O estudo de público tem sido, nos últimos anos, um método para melhor conhecer e lidar com este público e assim melhor investigar e avaliar o entendimento que o aluno, no caso da escola, tem sobre patrimônio e como o reconhece.

Realizar estudo sobre público é antes de mais nada, conhecer este público, pois segundo STUART; ALMEIDA e VALENTE (2003, p. 131) tem-se “a tendência de homogeneizar a grande diversidade de pessoas que frequentam um determinado programa cultural, apenas pelo fato de terem escolhido o mesmo programa.”

Pensando na diversidade que constitui esse grupo é que ao invés de pensar em público, deve-se considerar a partir desta diversidade, de públicos, STUART; ALMEIDA; VALENTE (2003, p.132) pois cada indivíduo carrega consigo sua história e cultura que, no âmbito da escola assim como no Museu deve ser considerado como relevante.

Neste sentido, buscar compreender o público escolar não tem sido uma tarefa fácil, pois ao longo dos anos os públicos escolares têm se modificado, o que provocar maior exigência no sentido de buscar caminhos para melhor conhecê-los.

Para atender os públicos em geral, os Museus tentam criar estratégias de atrair promovendo mudanças nas suas ações, até mesmo nas formas de expor seus acervos. Nas escolas, diversas mudanças ocorrem, desde os aspectos físicos das instalações prediais aos métodos de ensino. No caso do Museu, deixar que se sinta mais livre para percorrer os corredores da exposição e na escola, poder dialogar com o ensino, de forma mais aberta e democrática.

Neste sentido, faz-se necessário que se tenha claro que público se quer alcançar e para isso o estudo de público colabora para este conhecimento.

A intencionalidade de se realizar o estudo de público neste trabalho não está apenas centrado em investigar como a escola tem desempenhado o seu papel educativo, mas como o público estudantil tem se comportado diante do ensino e da relação que este estabelece com a apreensão do conhecimento.

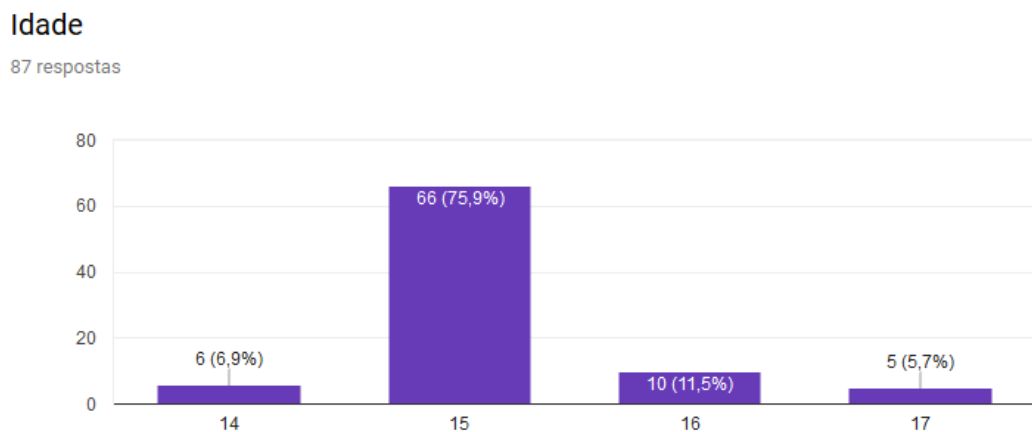
O estudo de público torna-se relevante por contribuir no entendimento do papel do ensino no contexto da escola e da educação museal na compreensão do patrimônio cultural e histórico ao qual o Colégio Gentil Bittencourt está inserido. Assim como na tomada de futuras decisões sobre as ações pedagógicas sobre o espaço museológico em potencial que representa o Colégio Gentil Bittencourt.

### 3.2 – ESTUDO DE PÚBLICO: OLHAR DO EDUCANDO SOBRE O PATRIMÔNIO

O estudo de público foi realizado no Colégio Gentil Bittencourt, por meio de uma abordagem quantitativa com aplicação de questionário (Apêndice A) com questões fechadas e abertas para os alunos do 1º ano do ensino médio, tanto do turno da manhã como da tarde, contabilizando 87 entrevistados. Este questionário foi relevante para que se pudesse traçar um perfil dos alunos quanto ao entendimento sobre o patrimônio, reconhecimento e da existência dos ornamentos de ferro nas fachadas do prédio.

A idade média dos entrevistados foi na faixa etária de 15 anos de idade, atingindo 75,9% do total de entrevistados, conforme gráfico abaixo (Gráfico 2).

Gráfico 2: Resultado de aplicação do questionário por faixa etária

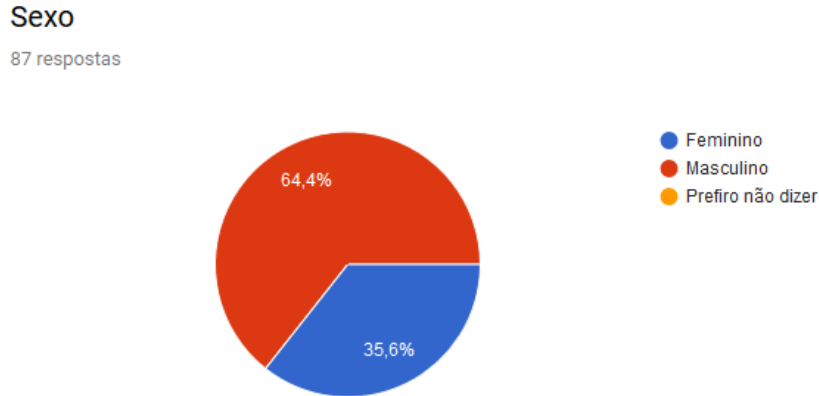


Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

A predominância na faixa etária de idade ser 15 anos se deve pelo fato de a maioria ingressar no ensino médio nesta idade.

Dos 87 entrevistados, a maioria são do sexo masculino, indicando 64,4% e no sexo feminino; 35,6%, conforme gráfico abaixo (Gráfico 3).

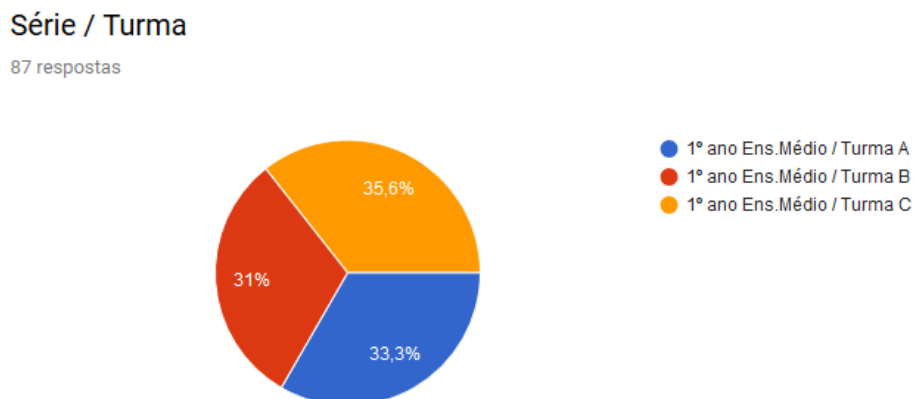
Gráfico 3: Resultado da aplicação do questionário por sexo



Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

Entre as turmas entrevistadas do 1º ano do ensino médio, a turma A, 33,3% responderam ao questionário, na turma B; 31% e na turma C; 35,6%, conforme gráfico abaixo (Gráfico 4).

Gráfico 4: Resultado de aplicação do questionário número de alunos por turma

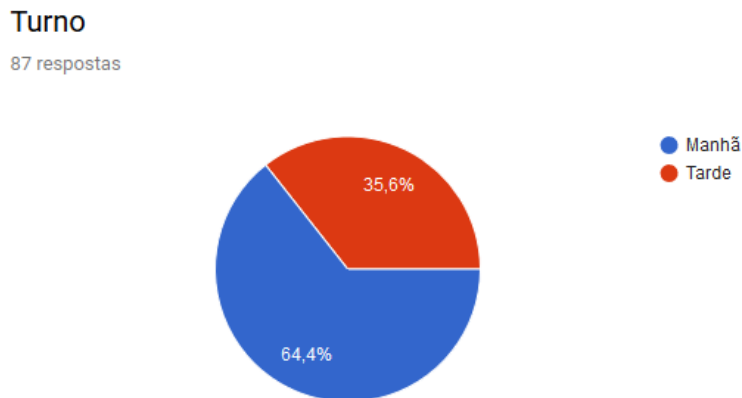


Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

Ocorreu uma participação maior na turma C, que estuda no turno da tarde. A turma é mais numerosa que as duas turmas da manhã. Pode-se observar interesse em responder o questionário.

A maioria dos entrevistados estudam no turno da manhã, atingindo a meta de 64,4% e do turno da tarde foi de 35,6%, conforme gráfico abaixo (Gráfico 5).

Gráfico 5: Resultado de aplicação dos entrevistados por turno



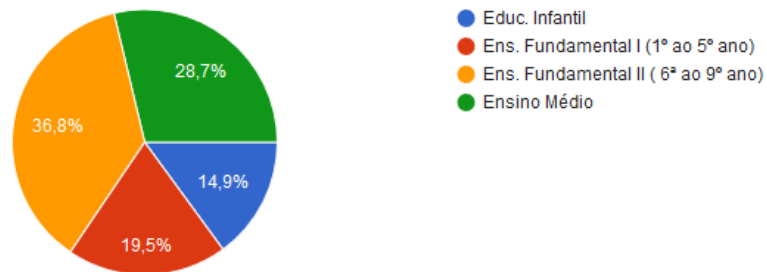
Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

Ao questionar desde qual grau de ensino o aluno estuda no Colégio Gentil, pode-se observar (Gráfico 6) que dos alunos entrevistado, 36,8% ingressaram no Colégio Gentil Bittencourt no ensino fundamental II que corresponde ao ensino de 6º ao 9º ano, o que permite observar um lastro de permanência e de convivência com a escola, possibilitando melhor conhecimento sobre espaço escolar, o que favorece à adaptação com o local e de possível vínculo, despertando sentimento de pertencimento do espaço educativo.

Gráfico 6: Resultado sobre o grau de ensino ingresso no Colégio Gentil

## 3- Desde qual grau de ensino você estuda no Colégio Gentil Bittencourt?

87 respostas



Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

O tempo de permanência, como aluno, no convívio escolar favorece melhor entendimento sobre o patrimônio existente na escola, permitindo diálogo sobre o patrimônio e o público estudantil do Colégio Gentil.

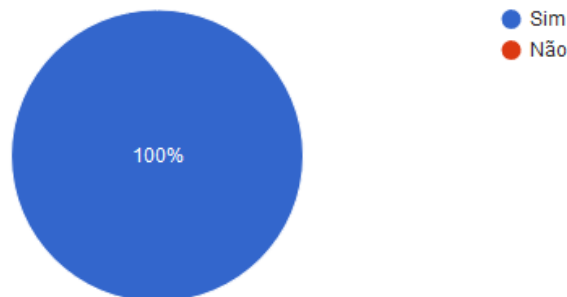
O que se pretendeu alcançar com este questionamento é para conhecer se o tempo de vínculo com a escola refletirá no sentimento que este poderá sinalizar quanto ao pertencimento e da relação com o local. O tempo de permanência na escola gera laços, vínculos, que impulsiona para o compromisso de eleger e conservar o seu entorno, que a convivência cotidiana com o patrimônio se torne um facilitador para conservação do espaço vivido. Que o tempo de estadia local seja suficiente para aprimorar o seu entendimento sobre o patrimônio presente, desperte interesse de se enraizar e que o patrimônio local pode se tornar as raízes visíveis da comunidade em seu espaço territorial, Varine, 2013, p. 38.

O público estudantil elegeu o Colégio Gentil Bittencourt por unanimidade, com 100% das respostas como patrimônio, conforme gráfico abaixo (Gráfico 7).

Gráfico 7: Resultado da pesquisa sobre patrimônio

## 4- Você considera o Colégio Gentil Bittencourt um patrimônio?

87 respostas



Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

Nesta questão, despertou a curiosidade em saber o entendimento que este possui sobre o patrimônio. Se este reconhecimento seria fruto de um entendimento que nasce a partir de um saber, historicamente, construído do que o patrimônio estar ligado aos monumentos, à estética do prédio edificado ou mesmo do valor histórico ou de mercado que possui sobre o patrimônio. Ou seria melhor pensar que o reconhecimento está atrelado a ideia mais profunda, subjetiva, daquilo que tem sentido para o aluno, que se herdou, culturalmente, e que transmitimos para próximas gerações como reforço da identidade.

Considerar o Colégio como patrimônio é estar atrelado ao entendimento de herança do passado que se faz presente para rememorar fatos históricos e se encerra nele mesmo, por isso a necessidade de preservar. Porém, não considerar o patrimônio como algo fora de nós mesmos. Mas que seu valor traga um sentido para que o elege patrimônio, caso contrário, se torna algo morto, sem vida. “tudo o que tem um sentido para nós, o que herdamos, criamos, transformamos e transmitimos é o patrimônio tecido de nossa vida, um componente de nossa personalidade”. (VARINE, 2013, p. 43)

Eleger como patrimônio um bem móvel é estar consciente de sua representação no fazer presente da vida social. Que este patrimônio não pertença a um único tempo, mas que seja comum a uma comunidade.

O conhecimento e reconhecimento de um patrimônio deve estar ligado a quem o detém, a partir de valores atribuídos a este, que dependendo do entendimento que se possui, pode-se classificar ou não como patrimônio. No entanto, segundo os alunos, ao reconhecer o

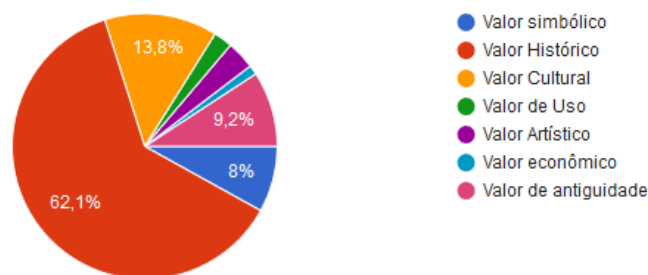
Colégio Gentil como um patrimônio por unanimidade, pode-se observar que os valores atribuídos como “algo histórico”, de “valor inestimável”, que “deve ser preservado” por entenderem como algo que possui um referencial histórico e por “guardar grandes histórias”, desperta sentimento de pertencimento, o que leva ao reconhecimento da cultura de um povo.

Como pode-se observar na pesquisa de público realizado com os alunos do Colégio Gentil Bittencourt, 62,1% dos alunos atribuíram valor histórico a instituição, conforme gráfico abaixo (Gráfico 8).

Gráfico 8: Resultado sobre valor atribuído ao patrimônio

#### 5- Dentre os valores abaixo, qual você mais associa ao Colégio Gentil Bittencourt?

87 respostas



Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

Este resultado nos leva a pensar que o monumento tem sua relevância como patrimônio por possuir um potencial histórico. Que se encontra inserido num contexto histórico do passado, nada mais poderá se acrescentar em termos de novos valores e que pode se tornar este patrimônio mais vivo e dinâmico.

Ao atribuir um valor histórico ao patrimônio edificado é deixá-lo no passado, na condição de imutável, algo que se faz presente como marco histórico, mas que diz respeito apenas a este passado, sem qualquer vínculo com o tempo presente.

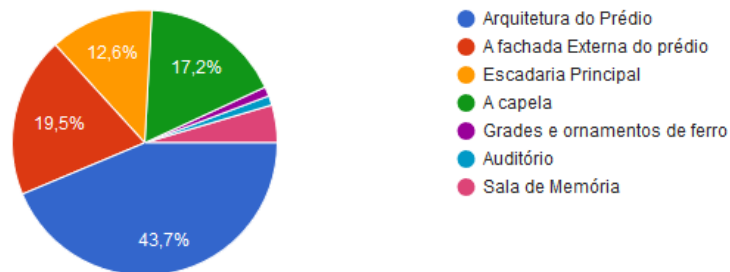
A valoração histórica atribuída pelos alunos, remete aqueles que construíram este espaço edificado, ao momento econômico da época, a cultura do local, dos principais fatos marcados ao longo do tempo na história do lugar no qual o edifício foi construído. Pensando neste repertório histórico que o Colégio Gentil Bittencourt ganha o seu valor, pelo viés da história no contexto social. O conhecimento deste espaço pelo valor histórico atribuído contribua na releitura da vida cotidiana das pessoas que fazem parte deste local.

Dentro deste patrimônio maior chamado Colégio Gentil Bittencourt, outros patrimônios se inserem, numa escala menor, mas não pela dimensão física, mas pelo grau de importância que estes asseguram a cada um dos entrevistados. Ao serem questionados qual dos espaços que constitui o prédio do colégio teria maior destaque, dentro do conjunto arquitetônico, o resultado obtido foi o próprio prédio em si com 43,7%, seguido da fachada externa do prédio com 19,5%, conforme gráfico abaixo (Gráfico 9).

Gráfico 9: Resultado de pesquisa sobre os elementos de destaque

**6- Qual dos elementos abaixo você considera que mais se destaca no colégio Gentil Bittencourt?**

87 respostas



Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

Pode-se perceber que os elementos de maior visibilidade, que remete à expressão de poder que o próprio monumento expressa e de fortaleza, que estão presentes e se relacionam o valor do patrimônio a partir de um olhar voltado para o estético.

Os gradis e ornamentos de ferro, um dos elementos dispostos como item de destaque e que são elementos primeiros deste estudo, tiveram seu reconhecimento mínimo, dentro da escala dos destacados. O que pode nos levar a pensar na falta de percepção aos elementos pormenores que constitui o conjunto arquitetônico do Colégio Gentil Bittencourt, mesmo este objeto possuindo sua história dentro do contexto da construção do colégio Gentil e que faz parte como elemento integrante no tombamento do conjunto arquitetônico do prédio, de acordo com a publicação no Diário Oficial do Estado em 01/11/1982 e que pode contribuir para compreensão na história da cidade no tempo presente.

Os elementos eleitos de maior destaque reforçam a ideia de olhar o patrimônio de fora para dentro, como objeto de admiração, contemplação, fora do contexto vivido, mas poder

olhar dentro do seu espaço cotidiano. Que esses objetos culturais permitam, segundo Guarnieri (1987, p. 165) “passar da observação à “admiração”, à introjeção, percepção, ideia, conceito e, finalmente, possibilidade de consciência e ação?”, portanto, deve-se pensar que o patrimônio deva fazer parte da construção histórica do homem, fazer parte, acompanhando o ritmo da história da comunidade.

O patrimônio desperta no indivíduo sentimentos de afeto quando este é reconhecido como objeto de pertencimento ou quando se conhece os valores que nele estão inseridos.

Os valores atribuídos a este patrimônio têm uma estreita relação com o sentimento. O conhecimento sobre o bem cultural possibilita tornarmos sensíveis e empáticos a este objeto.

A medida que nos apropriamos e interpretamos o conhecimento referente ao patrimônio, nos tornamos cada vez mais comprometido com ele como bem material, gerando no campo afetivo e emocional diferentes sentimentos que favorecem ao convívio harmonioso com o patrimônio.

A convivência com o espaço do patrimônio, da observação ao conhecimento apreendido deste lugar. Segundo Horta (2006. P. 232) conduza a

[...] apropriação empática dos fenômenos observados e experimentados, a internalização, pelo registro da memória e no campo emocional e afetivo, dos valores e significados apreendidos durante a experiência.

Ao questioná-los sobre qual a relação de sentimento que você estabelece como Gentil Bittencourt? A resposta foi o respeito ao Colégio Gentil Bittencourt foi o sentimento que se manifestou entre a maioria dos alunos, já que 60,9 % dos alunos entrevistados manifestaram respeito pela instituição. Indicativo de reconhecimento pelo que representa para sociedade por toda história que faz do Colégio Gentil Bittencourt lugar com potencial de memória que provoca sentimentos de afeto ao patrimônio.

O Colégio Gentil Bittencourt, como mencionado anteriormente, é uma instituição de ensino, dirigido pela congregação Filhas de Sant’Ana. O ensino religioso e a vivência cristã, favorece aos alunos conhecer e experimentar momentos de cunho religioso dentro de um cenário próprio para o exercício da fé cristã, o que favorece expressar e manifestar sua fé, aproximando o aluno às práticas e a vivenciar sentimentos de valor cristão. Neste sentido, os alunos apontaram, em 37,9% dos entrevistados, a capela, como um lugar que tem maior relação como patrimônio. Importante lembrar que o Colégio possui forte envolvimento e participação com

um dos maiores eventos religioso, que é o Círio de Nsa Sra de Nazaré. O que faz da Capela um lugar de pertencimento e identidade com a cultura local.

As manifestações culturais se caracterizam em potencial como expressão da identidade de uma comunidade. Neste sentido, pode-se perceber que a cultura material não está desarticulada do imaterial. O espaço da capela se reveste do imaterial, do que está vivo nas práticas cotidianas dos alunos do Colégio Gentil Bittencourt.

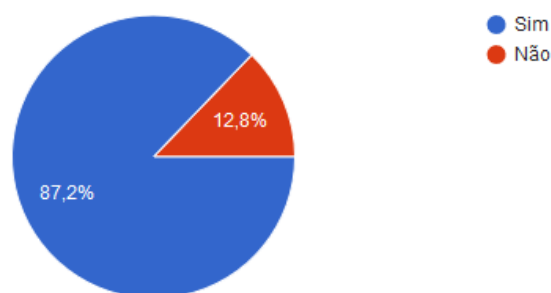
As manifestações práticas e vivência realizadas pelos alunos do Colégio Gentil Bittencourt, bem como dos bens patrimoniais que o espaço possui são melhor compreendidos quando as ações estratégicas da educação museal para o espaço do Colégio tem contribuído, de forma significativa para melhor compreender o patrimônio como instrumento de aprendizado na formação global do aluno.

O resultado obtido na pesquisa de público aplicada para aos alunos onde se buscou saber se o ensino de educação formal contribuiu para a compreensão e relação com o patrimônio foi considerado 87,2% dos alunos como positivo, conforme gráfico abaixo (Gráfico 10).

Gráfico 10: Resultado sobre contribuição do ensino para entendimento de patrimônio.

**9- O ensino sobre educação patrimonial presente no conteúdo curricular contribuiu para sua melhor compreensão e relação com o patrimônio do Colégio Gentil Bittencourt?**

86 respostas



Autora: Suzete Fraiha, 14/09/2018

Subtende-se que os conteúdos que tratam sobre o patrimônio, no programa curricular da escola estão apropriados e sendo trabalhados de forma acessível para a compreensão sobre o objeto de estudo e a relação com o aluno, abordando temáticas que

estabelece conexão com os bens culturais presentes na escola e com as questões atuais do cotidiano da sociedade. Porém, no programa de ensino trabalhado na escola, ainda assim, estão mais concentrados nas disciplinas de História e Artes, o que, acaba por envolver um grupo específico de área de conhecimento que trata do patrimônio.

Os conteúdos de ensino trabalhos nas escolas não se encerre em si mesmo, sem conexão com os problemas contemporâneos. Eles devem provocar questionamentos, reflexão, inquietação no aluno. Promover novos olhares, que aumente o campo de visão de quem busca no conhecimento, o entendimento sobre as coisas que estão em volta.

O conhecimento não inicie e termine no espaço da escola, que transponha os seus muros para encontrar os espaços sociais. Sendo assim, se faz necessário, vivenciar a interatividade entre o aluno, o conhecimento e o objeto cultural, para que o ensino da educação museal ocorra na perspectiva de compreensão e da relação entre o aluno e o patrimônio.

A fruição do conhecimento se constrói na interatividade com o aluno, no fazer e no refazer deste entendimento sobre o objeto de estudo. Os estudos apresentados nas escolas não serem conteúdos informativos, mas que se torne subsidio para a construção de novos conhecimentos, atribuindo ao objeto exposto no cenário escolar novos sentidos e significados.

As práticas educativas sejam instrumento de negociação entre o ensino, conhecimento e o aluno. Como nos afirma Figueiredo e Vidal (2013, p. 241) ao dizer que a interatividade

[...] facilita a implicação do visitante dentro de um processo de re-formulação e re-estruturação de seus conhecimentos e, assim, esses objetos educativos podem ser considerados ferramentas de aprendizagem.

No processo de ensino aprendizagem, o conteúdo de ensino que não é imposto, mas de uma perspectiva interativa, abre novos frentes de pensamento e de construção de novos saberes e conseqüentemente, de mudanças, de outros valores e sentimentos sobre o patrimônio, inclusive o de pertencimento.

O entendimento sobre o patrimônio está embrincado no ato de conhecer, de apropriação por meio das coisas que a ele se relaciona, aos valores atribuído, e é neste sentido que se torna possível formular uma ideia do que se entende sobre patrimônio. Para alguns alunos é algo referente a história do passado, para outros algo que tem um valor e, portanto, deve ser preservado. Como: “Algo histórico que possui valor inestimável para um povo, sociedade etc”. Histórico no sentido de trazer na sua construção um passado com histórias de saberes e fazeres na construção de uma identidade e inestimável, por não possuir apenas um valor econômico, mas de afeto.

O patrimônio há alguns séculos, trazia a ideia de nação, de nacionalidade e que pertencia à nação, ao poder, porém vale observar que ao perguntar aos alunos para definir em poucas palavras qual o entendimento que tinha sobre patrimônio. Entre as respostas apresentadas, destaca-se que: “o patrimônio é algo que pertence ao governo”, neste sentido é pensar que o patrimônio é algo que está fora de nós, do seio da sociedade. Que são representações eleitas por uma minoria que nos fazem representar, sem considerar a maioria, formadora de um corpo social que emana da comunidade. O patrimônio é identidade, nasce na comunidade.

Patrimônio é: “uma construção antiga que se tornou um marco para história”. Olhar sobre o bem patrimonial na perspectiva do tangível, ao que é material, um monumento que marca um período da nossa história, no passado. Está presente no tempo presente para contemplação e admiração, sem refletir no presente pensamentos sobre os efeitos da história passada.

“Algo que guarda grandes histórias e desperta sentimentos”. Lugar de memória, que remete a algo do passado que faz refletir sobre o presente vivido.

O patrimônio serve de espelho refletido sobre a imagem de uma comunidade. Marca o perfil identitário do homem, como defini um aluno, do 1º ano da turma C do ano de 2018, entrevistado do Colégio Gentil Bittencourt, ao dizer que o patrimônio é “Um significado cultural, histórico, de identidade de determinada sociedade, cidade, país”. O patrimônio, identifica, enraíza ou desenraíza o homem do seu espaço, desloca ou permanece fixo, porém vivo, dinâmico, numa constante construção de sua identidade. Como nos define De Varine (2013, p. 38 e 39):

Esse patrimônio constitui as raízes visíveis da comunidade em seu território. E essas raízes são variadas, correspondem a todas as diversidades culturais dos componentes da população que vive no território ou dele se beneficia. [...] O patrimônio não é um capital fixo.

Para Guarnieri (1987, p. 179):

[...] a identidade está ligada ao conhecimento, à consciência da herança (aquilo que recebemos) e do patrimônio cultural (o conjunto de bens que se preservam e o conjunto de bens que se realizam, que se constroem no presente), o que supõe, necessariamente, sua preservação e sua comunicação.

O reconhecimento do Colégio Gentil Bittencourt como bem patrimonial e por atribuírem a este sua importância histórica e considerar que por ter um valor histórico e cultural deva ser preservado, entender que faz parte da história local da sociedade, faz pensar que a relação que o aluno estabelece com o conhecimento e o objeto cultural, confirma o sentido de comprometimento, de reconhecimento sobre o patrimônio existente e que reforça o sentimento

de pertença, que o move a conhecer sua história e poder intervir sobre ela, construindo e se reconstruindo numa fluidez e no dinamismo do seu cotidiano, traduzindo o entendimento de patrimônio da visão antiga de monumento para uma visão mais social.

O sentimento de pertencimento reforce a identidade da comunidade local gerando enraizamento no território local.

### 3.3 – CIRCUITO DE CONHECIMENTO: PROPOSIÇÃO EDUCATIVA NO ESPAÇO DE MUSEALIZAÇÃO

O papel do museu e da escola é de comunicar e produzir conhecimento, num diálogo permanente, que contribui para o processo de comunicação e de interação entre o indivíduo, o objeto e espaço. Onde o indivíduo possa através da apreensão do conhecimento ser capaz de conhecer, interpretar e intervir sobre o meio em que vive.

Os caminhos escolhidos para divulgar o saber se faz de diferentes formas. Nos Museus como na Escola, a exposição dos objetos ou dos conteúdos, tornam-se ferramentas para prática educativa.

A utilização dos objetos culturais expostos tanto nos Museus quanto na escola são recursos fundamentais para produção do conhecimento e para a educação do olhar sobre o objeto exposto.

Dentro do processo de educação museal, a exposição se constitui num espaço de discurso encoberto sobre os objetos, que poderá propor diversas leituras e interpretações. Como nos afirma Cunha (2010, p. 110) “Expor é também propor.” Partindo desta afirmativa pensamos na exposição como um conjunto de elementos que são apresentados como testemunho de uma ideia, de um fato histórico, que tem como objetivo apresentar a alguém, ao público. Que o papel de expor não se limite apenas em informar algo de forma descompromissada, sem a intenção de gerar conhecimento, mas que a informação possa promover o conhecimento e mudanças a partir das interpretações feitas diante dos objetos expostos.

No universo escolar, os elementos expostos, constituídos de um conhecimento, bons para serem pensados, repensados e apropriados para construção de novos saberes, podem caracterizar como instrumentos estratégicos para educação museal e de preservação dos bens culturais em exposição.

Expor é trazer a luz objetos que possui uma narrativa histórica que provoque no seu público inquietações e desperte o interesse em conhecê-lo na sua plenitude e que sirvam para sensibilizar e fazer compreender os aspectos intrínsecos e extrínsecos que revestem o objeto, conhecê-los nos seus pormenores, a fim de revelar que possam contrapor-se ao discurso

hegemônico construído, historicamente, e assim poder traduzir o discurso pronto e acabado para uma nova perspectiva no presente, no contexto da vida social.

Que o ensino aprendizagem, na escola, se apoie nos objetos como fonte de conhecimento e de possível interatividade, possibilitando fazer uma leitura dos objetos exposto e que segundo Horta (2006) as pessoas possam perceber e interpretar a história que se encontra encapsulado nos objetos preservados tanto nos Museus como forma deles.

As práticas educativas conduzam os alunos a direcionar seus olhares aos objetos expostos nos espaços da escola como fonte de conhecimento, e não como algo estático, revestido de uma história petrificada, objeto de contemplação, mas oportunizar ao aluno um novo olhar sobre as coisas que reveste a história como no caso do colégio Gentil Bittencourt. Promova sentimentos que gere ações e reações sobre os artefatos expostos.

Na medida que o aluno, a partir de novas práticas educativas, sejam capazes de se alimentar na fonte primeira do conhecimento presente nos elementos expositivos e devolva a estes novos sentidos, ressignificando, construindo nova história no presente, problematizando a partir da realidade vivida.

A escola não centre as ações educativas aos espaços das salas de aula, rompa as barreiras que os separam da vida fora dos muros (paredes) das salas de aula para demais dependências da escola e além dos portões que separam a escola da vida cotidiana urbana no contemporâneo. Que seja um convite a interatividade, não apenas com o objeto em estudo, mas com o mundo externo que o cerca.

Estreitar o distanciamento do aluno sobre o objeto, sair da condição de espectador para sujeito de ação, trazendo o para próximo da realidade vivida no cotidiano escolar, que ultrapasse os limites estáticos do objeto exposto para maior dinamicidade por meio da comunicação que se trava entre o aluno e a cultura material.

A pretensão da novas práticas educativas museais sejam um convite aos alunos a buscar não apenas o que é deslumbrante aos olhos, nem pelo potencial estético do bem cultural, mas de estimular o aluno a aprender a dialogar com o conteúdo que o objeto apresenta, buscando interpretá-los a partir das palavras verdadeira que às práticas educativas devem proporcionar na construção do conhecimento.

Os gradis e ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt são elementos culturais, depositários de memória que tem muito a dizer sobre aquele lugar e sobre as pessoas que viveram e vivem o espaço escolar. Seu uso como ferramenta para confirmação e construção de identidade nos leva a pensar como abordá-lo no trato deste o conhecimento, acionando outros mecanismos educativos, como estratégias museais para conversar com os artefatos que

apresentam um discurso do passado que precisa ser dissecado nos seus menores detalhes para trazê-lo a nova realidade que se encerra no tempo presente.

Não se concebe práticas educativas se esta não estiver estreita relação com o indivíduo e o objeto cultural. Ato de educar se faz presente na vivacidade das ações, no tempo e no espaço presente.

A espetacularização do objeto que pode se apresentar nos elementos construtivos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt não se tornem atrativo para os olhos veem apenas o que está visível, mas que as interpretações construídas sobre o discurso presente nos artefatos nos permitam mover o véu que encobre nossa visão crítica de criar novas leituras.

Neste sentido é que se busca propor ação educativa que mova o olhar dos alunos para além do objeto exposto, que se faça perceber além das descrições técnicas construtivas do objeto pelas mãos dos homens do passado, mas tornar possível uma nova apreensão deste artefato por vias de dinâmicas de estratégias didáticas pedagógica que oportunize o aluno a ter uma participação mais efetiva, compartilhada na construções do conhecimento sobre o patrimônio edificado. Transitar por este patrimônio com empoderamento, no sentido de poder apropriar-se deste bem cultural com sentimento de pertencer. Dialogar como bem cultural mediado pelo conhecimento acadêmico e científico, sem desconsiderar a diversidade cultural e a história que cada aluno carrega consigo como vivência construída no seu cotidiano.

A prática educativa se construa numa perspectiva dialógica entre o educador, educando e o objeto de estudo, num processo de construção bivalente entre educador-educando e educando-educador. Que educação seja de libertação, de falar de diferentes visões de mundo, respeitando o outro nas suas diferenças, como nos propõe Freire (1987, p. 49)

Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-lo a ele, mas dialogar com ele sobre sua e a nossa. Temos de estar convencido de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete sua situação no mundo, em que se constitui.

Neste sentido que este trabalho propõe ação educativa museal com um outro olhar sobre os objetos culturais exposto no Colégio Gentil Bittencourt, no propósito de mediar nas práxis o conhecimento construído na fluidez do diálogo entre o aluno, o bem cultural e o mundo ao qual está inserido.

A proposta de criação de um circuito de conhecimento se configurará sobre a forma de modelo de uma visita sobre o espaço expositivo, no caso na própria escola, onde os elementos construtivos de ferro composto na construção arquitetônica do Colégio Gentil Bittencourt se apresenta como um instrumento educativo para o conhecimento da cultura

material assim como para o entendimento e valorização do patrimônio constituído no espaço da escola.

O roteiro de visitação terá seu ponto inicial na frente do Colégio Gentil Bittencourt. Nesta etapa, estará definido como ponto 1, que será tratado um breve histórico sobre o Colégio Gentil Bittencourt e logo em seguida neste mesmo ponto se fará uma abordagem sobre a história da inclusão do ferro no Pará e da empresa Mac Farlane & Co. Em seguida, neste mesmo ponto, se falar  sobre o portão principal de ferro, que delimita o prédio da Avenida Magalhães Barata.

Próximo momento do movimento do circuito, será adentrar a parte interna frontal do Colégio Gentil Bittencourt, na área do jardim, seguindo para lateral direita ou esquerda, pois tanto de um lado como do outro, apresentam dois pontos com peças de ferro fundido, ambos os lados apresentam a mesma quantidade de peças com as mesmas descri es, caracterizando na composi o do estilo arquitetural do prédio de forma simétrica.

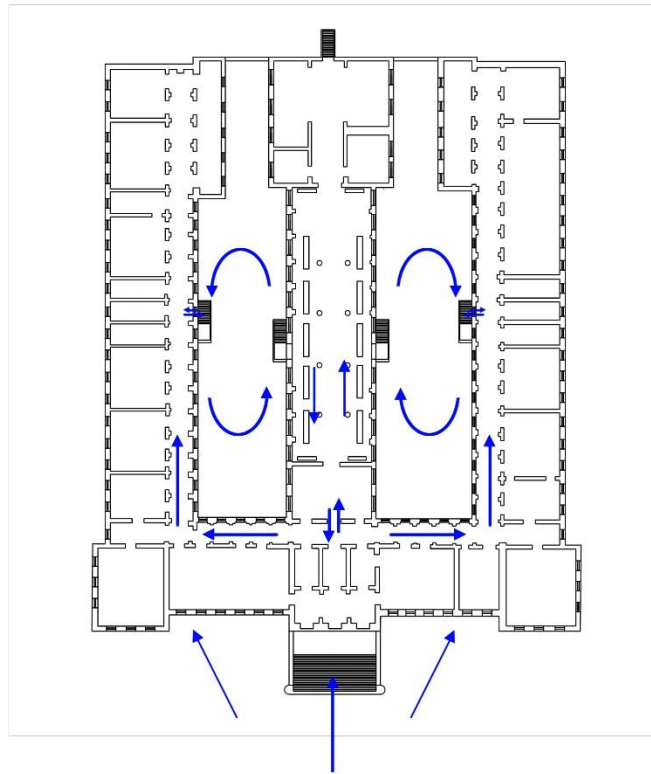
Dirigindo   escadaria principal do prédio, teremos outro ponto onde será apresentado as luminárias que são um conjunto de quatro peças, instaladas acima das principais entradas ao prédio. Neste momento do circuito começa a dirigir-se   sala principal interna, antessala da área de recep o de visitante. Mais à frente, segue em dire o ao auditório, antigo refeitório das educandas e religiosas, local onde se encontrar  as colunas em ferro que estão dispostas em duas filas paralelas, instaladas no corredor central do auditório seguindo da entrada em dire o fundo do auditório.

A rota neste espaço se fará partindo na entrada principal do auditório seguindo até o final do corredor central e retornará pelo mesmo trajeto pelo lado oposto do corredor em dire o   saída da porta principal do auditório para logo em seguida se dirigir ao corredor direito ou lado esquerdo para chegar ao pátio interno, onde se localiza área do recreio, existente tanto na ala do lado esquerdo quanto do lado direito do prédio.

Neste ponto, no pátio interno do recreio se iniciar  um circuito interno após a descida da escada lateral para acesso ao referido pátio, se dirigir  à esquerda percorrendo a área interna formando um percurso em forma geométrica oval, retornando ao ponto inicial para acesso de retorno pela mesma escadaria lateral. Neste espaço descrito, estarão dispostos dois pontos: um, onde encontram-se 11 (onze) peças de calhas de escoamento de água e um outro ponto, 2 (dois) pavilhões de ferro, importados da empresa Mac Farlane & Co.

Neste espaço descrito acima, ocorre a última etapa do circuito, retornando para portas da entrada principal do prédio onde se finaliza o roteiro de visita o dos pontos de peças de ferro fundido localizado dentro do prédio. (Figura 8).

Figura 8: Trajeto de circulação



Elaborado por: Luiza Chady, 2018 (Croqui)/ Samir Fraiha, 2018 (Trajeto) e concepção: Suzete Fraiha, 2018

Em cada ponto do circuito, totalizando 7 elementos ornamentais arquitetônico, no qual discorrerá uma breve narrativa a respeito da técnica e da história sobre as peças construídas e encomendadas para embelezamento do prédio arquitetônico do Colégio Gentil Bittencourt.

O ponto 1 – O portão da entrada principal do Instituto Gentil Bittencourt, delimita o prédio da Avenida Magalhães Barata. Em 1893, através da lei nº 86, de 25 de fevereiro autorizou o governador do Estado a construir o prédio e que fosse escolhido o melhor lugar, assim foi liberado verba para iniciar as obras, iniciando o projeto inicial de construção com a elaboração da planta, sob a responsabilidade do engenheiro civil Victor Maria da Silva.

Em 1897, o prédio denominado de Colégio de Nossa Senhora do Amparo passou a se chamar Instituto Gentil Bittencourt, no governo do Dr. José Paes de Carvalho.

Durante o período de 1894 a 1903, as obras do Instituto foram interrompidas e retomadas a partir 1903, as obras para conclusão do prédio foram realizadas, no governo do Dr. Augusto Montenegro. Um ano depois, em 1904, a obra é assumida pelo italiano Filinto Santoro, que conclui em 1906, apresentando ao Governador Augusto Montenegro uma Escola Monumental. O arquiteto Filinto Santoro priorizava em suas obras materiais importados assim como grande parte da mão de obra.

Parte das estruturas de ferro compostas no conjunto arquitetônico do prédio eram importados com exceção de um robusto portão principal de ferro que foi pensado e projetado com o objetivo de separar o terreno ajardinado do Instituto Gentil Bittencourt, construído com muita perfeição nas oficinas de ferreiro do Instituto Lauro Sodré<sup>6</sup>.

O Ponto 2 – Os óculos instalados na fachada principal do prédio, na parte inferior do primeiro pavimento do prédio, são compostos de 18 peças, sendo distribuídos, simetricamente, 9 peças do lado direito do prédio e 9; do lado esquerdo e tem como finalidade de abrir área de ventilação para os porões. (Figura 9)

Figura 9: Óculo na fachada do Colégio Gentil Bittencourt



Foto: Suzete Fraiha, 2018

As peças foram produzidas em ferro fundido e importadas da empresa Mac Farlane & Co. e para a técnica de produção eram necessários um modelo e um molde, além do metal que deveria estar derretido. O molde era construído de madeira, gesso ou de metal. Segundo Costa, 1994, p. 29: “ O molde pode ser feito com diferentes tipos de areia, ( molhada ou seca), acondicionada em uma moldura de ferro, conhecida de flask, pode ser de dois tipos: aberta ou fechada”, compostas de mais partes unidas, prontas para receber o ferro fundido que é depositado no molde e removido após esfriar, a técnica requer certo refinamento e detalhes na elaboração dos modelos, pois após o resfriamento não havia muito o que fazer para corrigir qualquer detalhe mal-acabado.

O óculo do prédio do Instituto Gentil Bittencourt é uma peça vazada e rendilhada com motivos florais, tendo sua referência no catálogo da Macfarlane Casting vol. I, circular panels, de número 230.

O ferro fundido possuía vantagem de ser produzido em série, com fácil produção e rapidez. No Século XIX passou a ser produzido em grande escala. Dominou de maneira expressiva construções convencionais e se firmou no mercado pelo seu potencial artístico e

---

<sup>6</sup> O instituto Lauro Sodré surgiu em 1872, instituição educativa destinado a meninos pobres e órfãos. Oferecia ensino primário e ensino das artes e ofícios mecânicos. Possuía oficinas de marcenaria, ferreiro, serralheiro, funileiro e alfaiate.

estrutural. Tinha o propósito de decorar as fachadas dos prédios. Possibilitava uma produção livre, de criação e de utilizar diferentes estilos.

O ponto 3 – As grades do guarda corpo presentes nas 6 (seis) janelas situadas na fachada principal do prédio, sendo 3 peças localizadas nas janelas da capela do Colégio, ao lado esquerdo e as outras 3 peças estão do lado direito situadas nas janelas da sala dos professores, antiga sala de bordar das educandas. (Figura 10).

Figura 10: Guarda corpo da janela da fachada do Colégio Gentil



Foto: Suzete Fraiha, 2018

As grades do guarda corpo tem a função de divisória, proteção de abertura para áreas de ventilação. Mas tinham, também, a função de ornamentar. São compostas por peças dispostas, separadamente, sua montagem pode se dar de maneira que possibilite a organização das peças, com desenhos projetados em peças grandes ou pequenas, adequando ao tamanho da área.

As grades do guarda corpo do Colégio Gentil Bittencourt são peças de ferro fundido da Mac Farlane, encomendada por catálogo Mac Farlane Casting Balconies, constituído de uma única peça, cujo modelo de referência de número 421. Com detalhes decorativos rendilhados com elementos em florais,

O ponto 4 - As luminárias estão situadas na fachada principal do Colégio Gentil Bittencourt, nos altos, acima da portaria principal, composto por 4 (quatro) luminárias, dispostas, simetricamente, ao longo da parte central do prédio, em toda a extensão da escadaria principal. Foram adquiridas com a finalidade de iluminar, mas embelezar a entrada principal do prédio. (Figura 11).

Figura 11: Luminárias da fachada do Prédio do Colégio Gentil

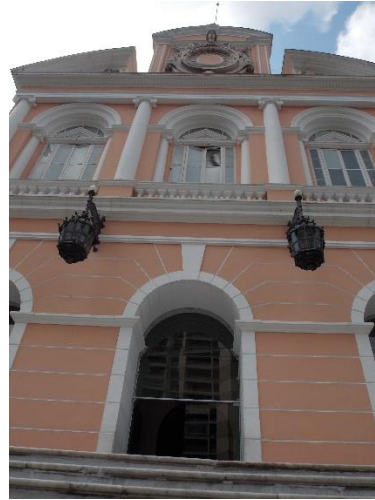


Foto: Suzete Fraiha, 2018

As luminárias são de fabricação da Mac Farlane com detalhes decorativos, na parte do suporte, em formas florais com apresentação de uma sigla, na parte central do suporte, a partir do observado em campo, as letras “I”, “G”, “A” e “C”.

A luminária apresenta forma hexagonal, com parte central do corpo com formato estrutural em barra de ferro fundido vasado com preenchimento em vidro, na base superior e inferior do corpo com adornos ornamentais em florais.

O ponto 5 – As colunas existentes no interior do auditório do Colégio Gentil Bittencourt, antigo refeitório das educandas e religiosas. São compostos de 8 (oito) colunas, sendo distribuídas de forma simétrica, sendo 4 (quatro) dispostas na lateral direita e as outras 4 (quatro); na lateral esquerda do corredor central. (Figura 12).

Figura 12: Colunas de ferro do auditório do Colégio Gentil

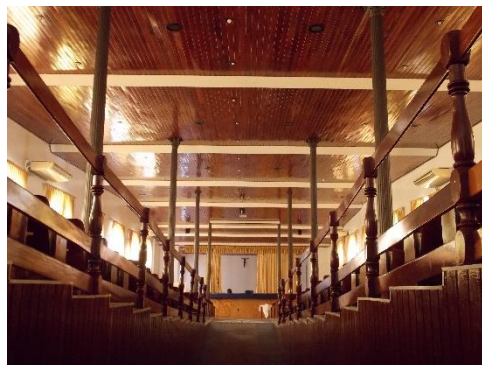


Foto: Suzete Fraiha, 2018

As colunas em ferro foram, inicialmente, as peças mais utilizadas na indústria do ferro, no primeiro período da revolução industrial. A facilidade de reproduzir modelos clássicos como colunas e capiteis coríntios que necessitavam de artesãos especializados em esculpir

colunas, o que permitia na indústria de ferro executar com moldes e até criar novos modelos novos e diferentes modelos.

As colunas do auditório do Colégio Gentil Bittencourt modelos com capiteis coríntios com desenho em folhagens, com base da coluna decoradas com elementos em formato de coração com elementos em forma geométrica em forma de círculo, impresso a marca da Mac Farlane & Co. Glasgow. A coluna é de referência de número 166, no catálogo da Mac Falane's Castings columns, vol. II.

O ponto 6 – Os pavilhões de ferro, situados no pátio interno do recreio composto de 4 (quatro) pavilhões, sendo 2 (dois) em cada área do recreio, tanto na ala direita como na ala esquerda. (Figura 13).

Figura 13: Detalhes da estrutura de ferro do pavilhão.



Foto: Suzete Fraiha, 2018

Apresenta no seu conjunto arquitetônico colunas de sustentação com detalhe superior capitel coríntio com referência no catálogo de número 116, da Walter Mac Farlane & Co. Saracen Foundry, Possilpark, Glasgow. Apresenta mão francesa com detalhes em formas orgânicas com desenhos em florais, com referência no catálogo de número 87. Os ornamentos da cumeeira apresentam detalhes decorativos e motivos florais com detalhes entre cada modelo, elemento integrante em forma de ponta de lança. A peça possui referência de nº 879 no catálogo da Mac Farlane Casting Vol. I.

O ponto 7 – As calhas de escoamento de água estão situadas no pátio interno do recreio, são conjunto de 11 (onze) calhas no pátio interno da ala direita e 14 (quatorze); na ala esquerda. A cabeça da calha apresenta modelo de referência de número 58, do catálogo Mac Farlane's casting vol. I, com formato arredondado com detalhes na base superior com formato de desenho grego, apresenta braçadeiras com formato nas extremidades em motivo floral com referência no catálogo de número 23 e compondo como parte integrante no conjunto, o cravo com acabamento em motivo floral com referência no catálogo de número 05. (Figura 14).

Figura 14: Calha de escoamento de água no Colégio Gentil

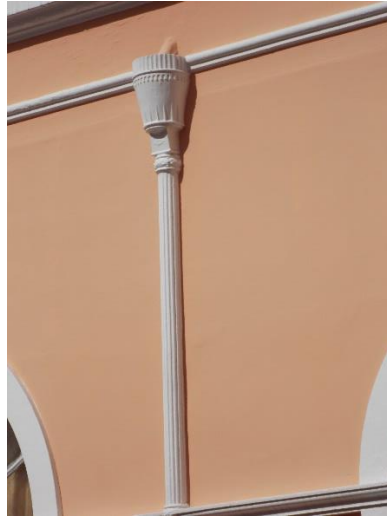
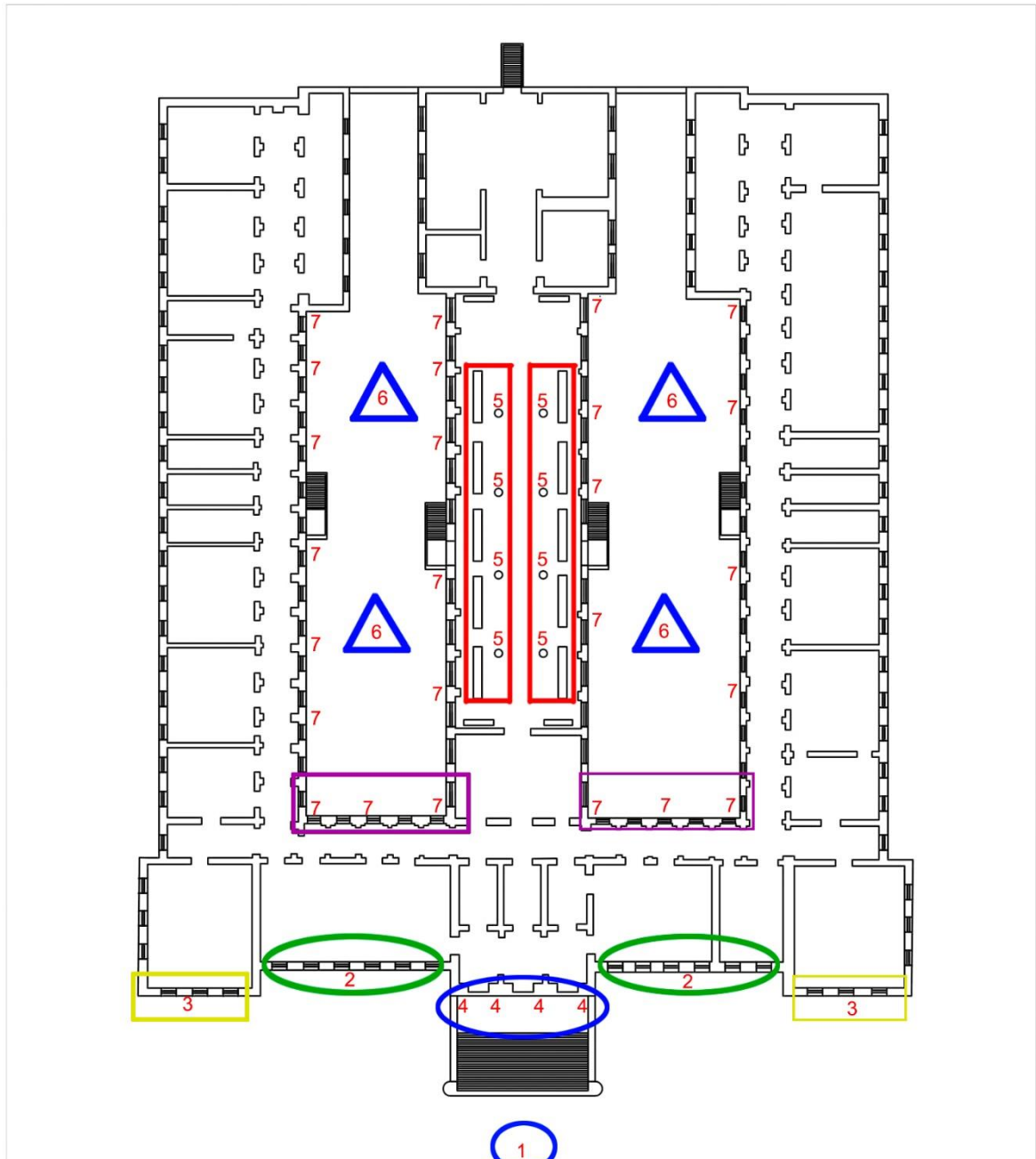


Foto: Suzete Fraiha, 2018

Os pontos com os elementos de ferro, descritos acima, são objetos expostos nas áreas externas e internas do Colégio Gentil Bittencourt e serão os instrumentos utilizados como recurso didático para o conhecimento dos bens culturais a partir do circuito do conhecimento para o patrimônio.

O trajeto de circulação, como descrito, anteriormente, seguirá de acordo com os pontos enumerados correspondente às peças ornamentais e estruturais de ferro do Colégio Gentil Bittencourt como sugerido no roteiro de exposição. (Figura 15).

Figura 15: Ilustração do roteiro de exposição dos pontos dos objetos culturais em ferro



- 1- Portão principal
- 2- Óculo
- 3- Guarda Corpo
- 4- Luminárias
- 5- Colunas
- 6- Pavilhão
- 7- Calhas

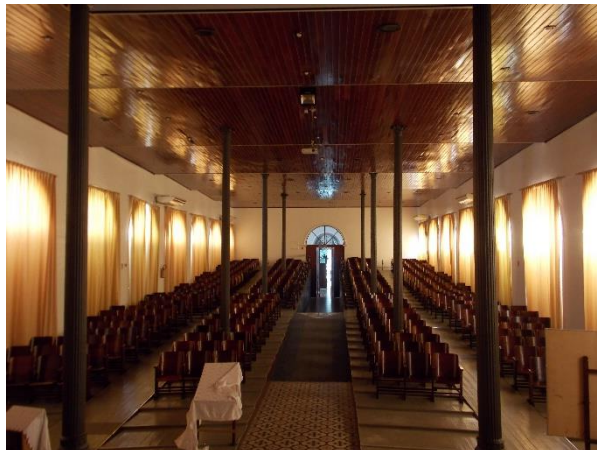
Alinhado ao roteiro expositivo, segue quadro com resumo do conteúdo sobre cada item dos elementos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt, que ficará registrado no folder ilustrativo do patrimônio (Apêndice 2) que tem a função de informar o educando sobre o tema e subsidiar durante a mediação, na compreensão dos educandos no conhecimento sobre os gradis e ornamentos de ferro.

<p><b>PONTO 1: PORTÃO PRINCIPAL</b></p> 	<p>Portão principal do Colégio Gentil Bittencourt.</p> <p>No dia 21 de abril de 1894 foi realizado a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, dando início à construção do prédio para abrigar as educandas.</p> <p>A integração do portão principal ocorreu durante a conclusão da construção. Foi produzido na oficina de ferreiro do Instituto Lauro Sodré. Um robusto portão em ferro fundido com linhas construtivas em forma orgânica com desenhos florais composto no centro da base superior e inferior, a sigla do Instituto Gentil Bittencourt.</p>
<p><b>PONTO 2: ÓCULO</b></p> 	<p>Óculo.</p> <p>Localizados na fachada principal do prédio na base inferior do 1º pavimento, com objetivo de proteger a abertura de ventilação para os porões.</p> <p>O óculo foi construído em ferro fundido, com molde em peça com modelo rendilhado em formas de florais, importados e fabricados pela Mac Farlane &amp; Co. encontrado no catálogo da Mac Farlane Casting, com referência de número 230.</p>
<p><b>PONTO 3: GUARDA CORPO</b></p> 	<p>Guarda Corpo</p> <p>Localizado na fachada principal do prédio, como proteção nas janelas.</p> <p>As grades do guarda corpo foram pensadas como divisória e proteção das áreas de abertura para ventilação. São peças de ferro fundido, com modelos rendilhados e motivos florais, importados e fabricados pela Mac Farlane &amp; Co. e encomendado através do catálogo Mac Farlane Casting Balconies com referência de número 421.</p>

**PONTO 4: LUMINÁRIAS****Luminárias**

As luminárias se encontram instaladas na principal entrada de acesso ao prédio logo seguido das escadarias de mármore, dispostas simetricamente distribuídas na parte superior às portas de entrada.

Composta de duas peças, o suporte e o lustre, peça em ferro fundido, apresenta forma hexagonal com estrutura na parte central do corpo do lustre, barras de ferro vazado com preenchimento em vidro e modelo com desenhos em florais e com integração das siglas do Instituto Colégio Gentil Bittencourt.

**PONTO 5: COLUNAS****Colunas do Auditório Colégio Gentil Bittencourt**

As colunas encontram-se no interior do auditório do prédio, dispostas em número de 8 peças em ferro fundido. a indústria de ferro possibilitou a confecção de peças com semelhanças às colunas do período clássico, com capitel coríntio nas extremidades superior com desenhos em folhagens e na base da coluna elementos decorativos em formato de coração e formas geométricas com desenho em círculo. Fabricados pela Mac Farlane & Co. Glasgow com referência no catálogo de de número 166.



**PONTO 6: PAVILHÃO**

Pavilhão do pátio interno do Colégio Gentil Bittencourt.

Situados no pátio interno do Colégio, 2 pavilhões na ala direita e 2, na ala esquerda.

Apresenta no conjunto estrutural colunas de sustentação com capitel coríntio com detalhe em floral, com referência no catálogo Walter Mac Farlane & Co., Saracen Foundry, Possilpark, Glasgow, de nº 116. Possui mão francesa com formas orgânicas com desenhos em florais, referência no catálogo de nº 87.

Os ornamentos decorativos da cumeeira apresentam elementos em formas florais e entre cada modelo detalhes em formato de ponta de lança, apresenta referência no catálogo da Mac Farlane & Co Casting Vol. I.

**PONTO 7: CALHAS**

Calhas

Situadas na área externa e interna do prédio, com maior número dispostas no pátio interno do recreio do Colégio.

Apresenta na estrutura forma arredondada com na parte superior a cabeça da calha que possui detalhes com desenho em formato grego, apresenta referência no catálogo da Mac Farlane & Co. Casting Vol. I de nº 58. As braçadeiras são peças que tem a função de sustentação das calhas e apresenta detalhes em forma de floral com peça integrante denominada Cravo com detalhe decorativo em floral. Apresenta referência de nº 23 para a peça braçadeira e 05 para o cravo.

### 3.4 – ROTEIRO ILUSTRATIVO COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO MUSEAL

O roteiro ilustrativo e o folder ilustrativo do patrimônio (Apêndice B) surgem apenas como suporte estratégico para ação educativa e como apoio de orientação ao circuito. O fundamental dentro do processo de diálogo entre o objeto e o educando se dará a partir da mediação, no qual o conteúdo abordado serão pontos iniciais para se desenvolver o diálogo sobre a história do objeto deste estudo para releitura e construção de novos conhecimentos de forma crítica e consciente, que tem papel fundamental no processo de ensino aprendizagem para o conhecimento e valorização do patrimônio identificado.

Os elementos de ferro ilustrados por meio de imagens no suporte de papel dar-se-á como instrumento didático nas mãos do educador e educando para conhecimento e discussão sobre os elementos que se expõem em forma de discurso materializado nos objetos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt.

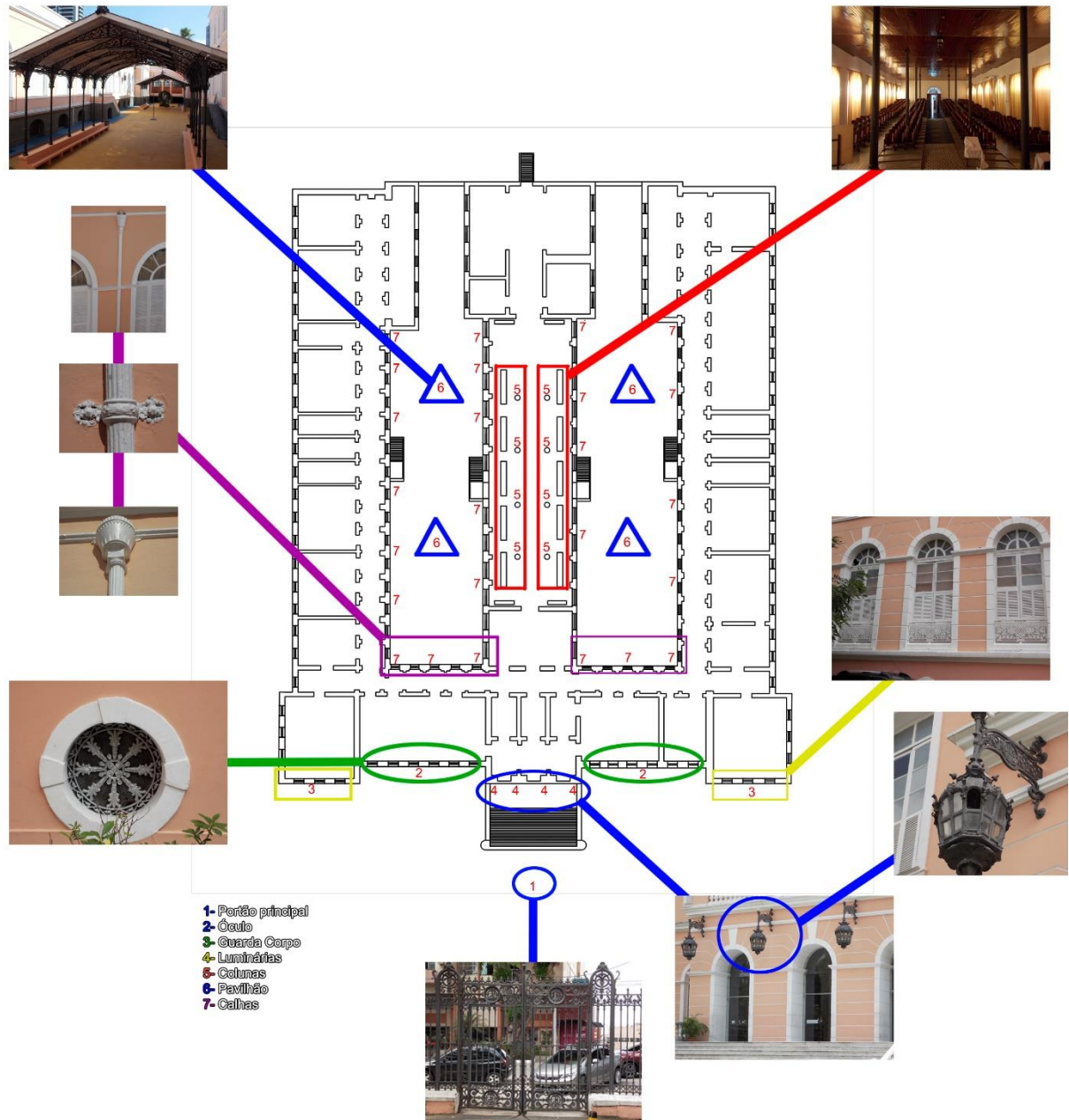
A mediação no processo de ação museológica dentro do espaço da escola se promova de maneira dialógica para construção de novos discursos. As ideias que estão revestidas sobre os objetos são discursos materializados que precisam ser desvendados e examinados sob olhares atentos e críticos, mediados por uma pedagogia libertadora, dialogada e problematizadora.

Neste sentido, buscou-se propor uma estratégia pedagógica para o objeto como suporte de conhecimento, o educando e educador de diversas disciplinas, cujos conteúdos ministrados possam estabelecer laços de interação para discussão e construção de novos saberes sobre a compreensão e valorização do patrimônio cultural e histórico a partir dos elementos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt a fim de potencializar e iluminar os valores atribuídos a partir desta relação homem e objeto para valorização do patrimônio como instrumento de identidade individual e coletiva.

A medida que o caminho vai sendo percorrido, o conhecimento vai se reconstruindo e o patrimônio reconhecido e valorizado.

Os croquis do roteiro ilustrativo e suporte didático de papel para conhecimento e valorização do patrimônio de ferro do Colégio Gentil Bittencourt (Figura 16).

Figura 16: Croqui ilustrativo do circuito de educação museal



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar que o ponto principal deste estudo foi iluminar o potencial que o Colégio Gentil Bittencourt possui como patrimônio. Mais especificamente, os gradis e ornamentos de ferro, como parte integrante do conjunto arquitetônico que constitui o prédio e os processos desenvolvidos para o conhecimento, preservação e comunicação deste patrimônio no contexto escolar e fora dos muros da escola.

Nas pesquisas realizadas pôde-se observar que as estruturas como os gradis e ornamentos de ferro existentes no conjunto arquitetônico do Colégio Gentil Bittencourt apresentam grande potencial tanto estético como histórico a ser explorado como conhecimento de cultura material, tanto na técnica de produção como no contexto histórico, dentro do espaço e no tempo ao qual foi adquirido como marco na história do lugar e na memória.

A ausência de informações sobre os gradis e ornamentos de ferro e da própria percepção dos elementos de ferro existentes nas áreas internas e externas do Colégio pelos educandos foi motivo de levar adiante este estudo no intuito de reacender o conhecimento destes elementos a partir das bibliografias existentes sobre o estudo de ferro no Brasil e no exterior.

O estudo de público foi a primeira etapa tomada como parte do processo para construção do conhecimento sobre o ferro existente no Colégio Gentil Bittencourt. Análise dos dados coletados a partir dos questionários aplicados aos educandos para conhecer a compreensão que tinham sobre o ferro como cultura material e de patrimônio e da relação que se estabelecia com o objeto cultural e o espaço. A partir deste processo foi possível trilhar caminho para que o ferro ficasse conhecido nos seus pormenores tanto no âmbito intrínseco como extrínseco.

O ferro foi o bem cultural utilizado como estratégia para educação museal, e a partir deste elemento que motivou a proposição para criação de um circuito de conhecimento sobre o ferro dentro do espaço escolar, apropriando-se dos objetos expostos, como parte integrante do conjunto arquitetônico do prédio para ser observado nas suas minúcias, fazendo-se perceber, e serem compreendidos, questionados e reconhecidos como parte da história do lugar e da memória. Despertar sentimento de pertencimento e atribuição de valorização sobre o objeto como patrimônio e identificação.

Observou-se, ao longo deste estudo, que as estruturas, gradis e os elementos ornamentais de ferro presentes nas fachadas e interiores do Colégio Gentil Bittencourt são pouco percebidos pela comunidade estudantil e reconhecida como um patrimônio. O entendimento do bem patrimonial dispõe-se de forma geral, centrada na edificação como monumento, se distanciando do sentido de pertença. Assim como a abordagem sobre o

entendimento do patrimônio no âmbito da educação formal, mostra-se distante de uma contextualização com a cultura material local, o trato do conhecimento sobre o patrimônio volta-se o olhar para fora do espaço escolar, extra muro. O que não possibilita a visibilidade do próprio entorno.

Os objetos de ferro que constituem o conjunto arquitetônico do Colégio Gentil têm muito a dizer sobre a história do local e são instrumento em potencial para serem utilizados na educação museal, como ações estratégicas na construção do conhecimento, dentro de uma relação dialógica entre o educando, educador e cultura material.

As estratégias educativas como o circuito proposto neste estudo pelo conhecimento do patrimônio seja o ponto de partida para nova práxis no ensino e possibilite ao aluno a partir do conhecimento inicial de base, criar seu próprio circuito e reconstruir a história a partir dos objetos expostos e que esta proposta possa se expandir para outros pontos de memória dentro do Colégio Gentil Bittencourt e para outras escolas que possuam potencial patrimonial e Museológico sobre o lugar e sobre a identidade da comunidade, pois tanto os Museus como as escolas devem estar abertos para diálogo e a visualização do potencial existente no seu entorno, que possibilite ao educando conhecer e poder a partir da história encapsulada em cada objeto desvendar, reinterpretar e reconstruir sob um novo olhar e refletir sobre a história da inclusão do ferro na arquitetura local a partir da importação e pensar que o Pará, na atualidade, tem potencial na extração e exportação de minério de ferro e qual o impacto econômico e social que incide sobre o desenvolvimento da região.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009
- ARANTES, Antonio. Patrimônio Cultural: Desafios e perspectivas atuais. **Patrimônio imaterial**, Belo Horizonte, EAD DUO, 2008
- BEZERRA, Márcia. Educação [BEM] patrimonial e escola. In: NAJJAR, Jorge; CAMARGO, Sueli (Org.). **Educação se faz (na) política**. Niterói: Eduff, 2006
- CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia M. P. Os Museus são bons para pensar. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus Culturais, nº. 3, 2007
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**, Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 2006
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **TOPOI**. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, vol. 4, nº.7, jul-dez, 2003
- COLÉGIO GENTIL | HOME. Disponível em: <https://www.gentilbittencourt.g12.br/27/09/2018>. Acesso em: 27/09/2018
- COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT. **Registro de empregados nº 1**. Belém: 1964
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de Outubro de 1988. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)>. Acesso em: 20 out. 2018
- COSTA, Cacilda Teixeira da. **O sonho e a Técnica**: A arquitetura de ferro no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994
- CUNHA, Marcelo Bernardo da. A Exposição museológica como estratégica comunicacional: o tratamento museológico da herança patrimonial. **Revista do programa de pós-graduação em letras e ciências da comunicação**. Duque de Caxias, Unigranrio. Vol. 1. Nº. 1. 2010
- Definição: Museu | ICOM Portugal. Disponível em: <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>. Acesso em 18/10/2018

- DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: A presença italiana no início do século XX.** Manaus: SEC, 1998
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução e comentários de Bruno Burlon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: ICOM, 2013
- **Diário Oficial do Estado do Pará.** Nº 24.84 de 01/11/1982. Pg. 2
- FIGUEIREDO, Bettania Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: Dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna.** 2ª ed. Belo horizonte: Fino Traço, 2013
- FILHAS de Sant’Ana, Belém:[s.n.], 1963
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Lampor, 2009
- GUARNIERI, Waldisia Rússio Camargo. Textos e Contextos de uma trajetória profissional, Maria Cristina Oliveira Bruno (Org.). São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado de Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010
- HORTA, M.L.P. de. Lições das coisas: O enigma e o desafio da educação patrimonial. **Revista do Patrimônio e Artístico e Nacional.** Rio de Janeiro, IPHAN, n.31, p.221-233, 2006
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de educação patrimonial.** Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999
- HORTA, Maria de Lourdes Pereira de. **“Educação patrimonial”**, Boletim do Programa Nacional de Museus, Fundação Nacional pró-memória, 1985
- LEMOS, Antônio José. **O município de Belém:** Relatório apresentado ao conselho municipal de Belém, capital do Estado do Pará. 4º vol. Belém: Arquivo da intendência municipal, 1906. Disponível em: < <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/01/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1905/> > Acesso em: 26 nov. 2018
- \_\_\_\_\_, 1907. Disponível em: < <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/02/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1906/> > Acesso em: 26 nov. 2018
- \_\_\_\_\_, 1908. Disponível em: < <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/02/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1907/> > Acesso em: 26 nov. 2018

- MAC FARLANE, Walter & Co. **Mac Farlane Casting**, Saracen Foundr. Possilpark, Glasgow: 1885
- MAC FARLANE, Walter. **Macfarlane's & Co. Founding Saracen**. Catalog Macfarlane's Casting. Vol. 1, 6ª ed. Possilpark, Glasgow: S/D
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- MONTENEGRO, Augusto (Org.). **Album do Estado do Pará**. Paris: Imprimerie CHAPONET (JEAN CUSSAC), 1908
- PINHEIRO, Márcio José de Araujo. **Museus, Memória e Esquecimento**: Um projeto de modernidade. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004
- Ministério da Educação - **Publicações**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em 15/10/2018
- SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o Museu Integral**: Conceito às práticas, Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Belém, Vol.7, Nº. 1, p. 15-30, jan-abr, 2012
- SILVA, Geraldo Gomes da. **Arquitetura de Ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986
- SIQUEIRA, Juliana. **Comunidade**. Caderno de Política Nacional de Educação Museal. Brasília, DF: IBRAM, 2018
- SISTEMA ARI DE SÁ. **Programa das coleções 2018**: Ensino Fundamental II Ensino Médio, SAS- Plataforma de Educação, 2017
- STUDARD, Denise; ALMEIDA, Adriana M; VALENTE, Maria E. Pesquisa de Público em Museus: desenvolvimento e perspectivas. In: Gouvêa, Guaracira; MARADINO, Marth; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Educação e Museu**: a construção social do caráter educativo dos museus de ciência. Rio de Janeiro: Editora Acess; FAPERJ, 2003. p. 129-157
- TORRE EIFFEL de Paris, **Guia Geográfico França**. Disponível em: <http://www.franca-turismo.com/eiffel.htm>. Acesso em: 17/10/2018
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local, tradução Márcia Lourdes PereiraHorta. 1ª reimpressão. Porto Alegre: Medianiz, 2013

- VASCONCELOS, Ir. Rita M. de et al (Orgs.). Papiro da Memória: 1884. 2009 – 125 anos de Presença das Filhas de Sant’ana no Brasil. In: **Revista Jubileu. Edição Comemorativa.** Fortaleza: Sobral Gráfica, 2009
- VIANNA, Arthur. **O Instituto Gentil Bittencourt:** Esboço teórico. Belém: Tup. Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1906

## APÊNDICES

## Apêndice A – Questionário De Pesquisa De Campo



Universidade Federal do Pará  
Instituto de Ciências da Arte  
Bacharelado em Museologia

### Questionário de Pesquisa de Campo

Prezado Entrevistado,

Grato pela sua participação. Este questionário de pesquisa de campo contém questões referentes à temática: **Os Gradis e ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt: Relação entre comunidade estudantil, patrimônio e educação patrimonial** como componente ao trabalho de conclusão de curso (TCC), em bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). O objetivo desta pesquisa está centrado na avaliação da relação que se estabelece entre a comunidade estudantil do colégio Gentil Bittencourt com o patrimônio e a educação patrimonial a partir dos objetos históricos e culturais presentes no prédio em específico os ornamentos e gradis de ferro.

Dados do Entrevistado:

- 1- Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
- 2- Série/ Turma: ( \_\_ / \_\_\_\_\_ ) Turno: ( ) Manhã ( ) Tarde
- 3- Desde qual grau de ensino você estuda no Colégio Gentil Bittencourt?
  - ( ) Educ. Infantil
  - ( ) Ens. Fundamental I (1º ao 5º ano)
  - ( ) Ens. Fundamental II ( 6ª ao 9º ano)
  - ( ) Ensino Médio
- 4- Você considera o Colégio Gentil Bittencourt um patrimônio?
  - ( ) Sim ( ) Não
- 5- Dentre os valores abaixo, qual você mais associa ao Colégio Gentil Bittencourt?
  - ( ) Valor simbólico
  - ( ) Valor Histórico
  - ( ) Valor Cultural
  - ( ) Valor de Uso
  - ( ) Valor Artístico
  - ( ) Valor econômico
  - ( ) Valor de antiguidade
- 6- Qual dos elementos abaixo você considera que mais se destaca no colégio Gentil Bittencourt?
  - ( ) Arquitetura do Prédio
  - ( ) A fachada Externa do prédio
  - ( ) Escadaria Principal
  - ( ) A capela
  - ( ) Grades e ornamentos de ferro
  - ( ) Auditório
  - ( ) Sala de Memória

- 7- Qual relação de sentimento você estabelece com Colégio Gentil Bittencourt?
- Carinho
  - Respeito
  - Pertencimento
  - Proteção
  - Indiferença
- 8- Indique apenas um elemento entre os itens abaixo, do qual possui maior relação como patrimônio do Colégio Gentil Bittencourt?
- O Prédio
  - A capela
  - Os gradis e ornamentos de ferro
  - Os pavilhões de Ferro ( área do Recreio)
  - O Ginásio de esporte
  - A escadaria Principal
- 9- O ensino sobre educação patrimonial presente no conteúdo curricular contribuiu para sua melhor compreensão e relação com o patrimônio do Colégio Gentil Bittencourt?
- Sim       Não
- 10- Defina em poucas palavras o que você entende por Patrimônio?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- 11-Expresse com uma só palavra ao pensar no Colégio Gentil Bittencourt, qual a primeira lembrança que vem na sua memória?
- \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, aceito livremente participar da pesquisa de campo que contribuirá para composição de dados para elaboração do trabalho de conclusão de curso em Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Pará, desenvolvida pela graduanda Suzete Monrtalvão Fraiha, Orientada pelo Prof<sup>o</sup> Tadeu da Costa e Co orientada pela Prof<sup>a</sup> Flávia Olegário Palácios.

## Apêndice B – Folder Ilustrativo Do Patrimônio



**Portão principal do Colégio Gentil Bittencourt.**  
O portão principal foi produzido na oficina de ferro do Instituto Lauro Sodré. Um robusto portão em ferro fundido com balões decorativos em forma orgânica com desenhos florais compostos no centro da base superior e inferior, a sigla do Instituto Gentil Bittencourt.

**Óculo.**  
Localizado na fachada principal do prédio na base inferior do 1º pavimento, com objetivo de proteger e aberturas de ventilação para os portões. O óculo foi concebido em ferro fundido, com modelo moldado em forma de florais, importado e fabricado pelo Mac Farlane & Co, encontrado no catálogo da Mac Farlane Casting, com referência de número 730.

**Guarda-Corpo**  
Localizado na fachada principal do prédio, como proteção ao jardim. O guarda-corpo são peças de ferro fundido, com moldes arredondados e motivos florais, importados e fabricados pela Mac Farlane & Co encontrado no catálogo do catálogo Mac Farlane Casting Balcones com referência de número 421.

**Luminárias**  
As luminárias encontradas instaladas na principal entrada de acesso ao prédio sobre as escadarias de mármore. Composto de duas peças, o superior e o inferior, peça em ferro fundido apresenta forma hexagonal com ornata na parte central do corpo do fundo, feita de ferro fundido com preenchimento em vidro e modelo com desenhos em filigrana e com integração das vigas do Instituto Colégio Gentil Bittencourt.

**Colunas do Auditório Colégio Gentil Bittencourt**  
As colunas encontram-se no interior do auditório do prédio, dispostas em número de 8 peças em ferro fundido, a maioria de ferro possivelmente a construção de peças com semelhança as colunas de período clássico, com ornato curvilíneo nas extremidades superior com desenhos em folhagens e na base do colunas elementos decorativos em formas de corações e formas geométricas com desenhos em filigrana. Fabricadas pelo Mac Farlane & Co Glasgow com referência no catálogo de número 166.

**Passadizo do pólo interno do Colégio Gentil Bittencourt.**  
Situado no pólo interno do Colégio, apresenta no conjunto ornamental colunas de sustentação com capitéis acotados com detalhes em floral, com referência no catálogo Walter Mac Farlane & Co, Saraceni Foundry, Pittsburgh, Glasgow, de nº 116. Possui seis tirantes com formas orgânicas com desenhos em florais, referência no catálogo de nº 87. Os ornamentos decorativos da cornija apresentam elementos em formas florais e entre cada modelo detalhe em formato de ponta de lança, apresenta referência no catálogo da Mac Farlane & Co Casting Vol. 1.

**Colunas**  
Situado na área externa e interna do prédio. Apresenta na estrutura forma arredondada na parte superior. A coluna de cada pilar detalhe com desenhos em formato de peças, apresenta referência no catálogo da Mac Farlane & Co Casting Vol. 1 de nº 58. As brancas são peças que tem a função de sustentação das colunas e apresenta detalhes em forma de florais com peças integradas decorativas. Cada uma detalhe decorativo em floral. Apresenta referência de nº 23 para a peça brancas e nº 65 para a coroa.

## Colégio Gentil Bittencourt



Foto: Fábio Saraiva, 26/09/2018

## Roteiro do Patrimônio

**"É preciso aprender a ouvir as coisas, a entender suas lições".**

Maria de Lourdes Parreira Horta, 2006

### Colégio Gentil Bittencourt: no caminho da educação, rumo ao patrimônio conhecido e valorizado.

Em 1804, D. Manoel de Almeida de Carvalho, 7º Bispo fundou asilo para acolhimento de meninas órfãs e índias vindas do interior. Em 1851, o asilo passou a se chamar Colégio Nsa Sra do Amparo, destinado a formação cristã religiosa, além de atividades de prendas.

Após diversas mudanças de local, para melhor acomodação das educandas, foi criado a lei de nº 85, em 25 de fevereiro de 1891, ordenou a construção de um prédio novo, mais amplo e adequado para acolher as meninas pobres.

Inicia-se, no governo do Dr. Lauro Sodré, as obras, na av. Independência, atual av. Magalhães Barata.

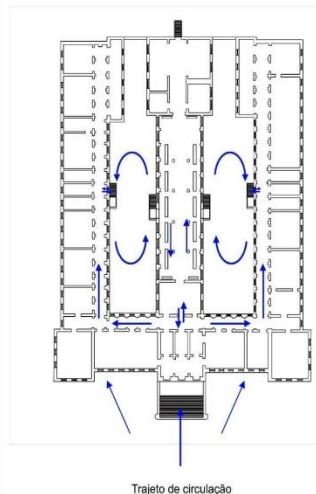
Em 1897, o Colégio Nsa Sra do Amparo passou a se chamar Instituto Gentil Bittencourt. As obras foram suspensas por um longo período e retomada em 1903, pelo então governador de Estado Dr. Augusto Montenegro. Trouxe, juntamente com a conclusão da obra, mudanças na estrutura administrativa. Ao Instituto Gentil Bittencourt coube o ensino primário e serviços domésticos às educandas pobres e órfãs.

O Instituto Gentil Bittencourt passou a se chamar Colégio Gentil Bittencourt ficando sob a gerência das irmãs filhas de Sant'Ana, tem como objetivo dar aos jovens uma educação integral, pautada na evangelização com princípios cristãos para formação da cidadania em defesa da vida sob a luz do carisma de Me. Rosa Gattorno.

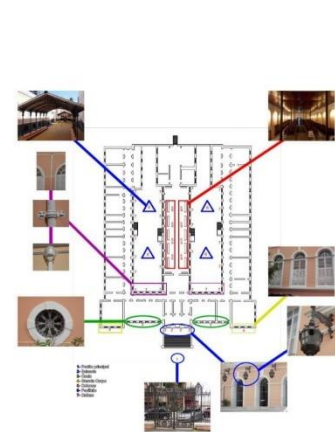
A exuberante construção arquitetônica do Colégio Gentil Bittencourt foi pensada para acolher e educar as meninas pobres.

O monumento traz em seu conjunto arquitetônico elementos construtivos de valor estético e histórico como os gradis e ornamentos de ferro fundido, importados da empresa Mac Farlane & Co, que conquistou no Brasil e no Pará, deixando sua marca nas construções de grandes obras públicas e particulares no Pará, no auge do ciclo da borracha, marcando a Belle Époque na Amazônia.

### Roteiro ilustrativo para Gradis e Ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt



### Circuito ilustrativo para Gradis e Ornamentos de ferro do Colégio Gentil Bittencourt



**ANEXOS**

## Anexo 1 – Tombamento do Instituto Gentil Bittencourt

DOL N° 24.871 DE 01/11/1982

Quarta-feira, 19

DIÁRIO OFICIAL

Novembro - 1982 - 5

**IMPRESSÃO OFICIAL**

### Diário Oficial

**DIRETORIA  
ADMINISTRAÇÃO  
REDAÇÃO  
PARQUE GRÁFICO**  
Almirante Barroso, 735  
Belém - Pará

PBX: 226-0858  
226-1353

Gabinete do Diretor-Presidente: 226-0858  
Departamento de Administração: 226-1196  
Posto de Vendas - Centro - Rua 13 de Maio,  
280 - Conj. 1 - Fone: 222-0174

Diretor-Presidente  
**FERNANDO FARIAS PINTO**

Diretora de Documentação e Divulgação  
**EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO**

Chefe de Redação e Revisão  
**RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO**

**TABELA DE ASSINATURAS E  
PUBLICAÇÕES**

Na Capital:

Anual:	Cr\$ 13.000,00
Semestral:	Cr\$ 6.500,00
Outros Estados e Municípios:	
Anual:	Cr\$ 20.000,00
Semestral:	Cr\$ 10.000,00

D.O. número atrasado por ano, aumenta

Trinta cruzelros

**PUBLICAÇÕES:**  
Página comum, cada centímetro:  
Cr\$ 650,00

**PREÇO DESTES EXEMPLAR: Cr\$ 60,00**

**MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO:**  
Das 07:30 às 12:30 horas diariamente, excluindo os sábados.  
RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.  
OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acompanhar publicações a cobrar.  
ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros Estados, em qualquer época.  
PAGAMENTOS: Sempre em Cheque Nominal para a Imprensa Oficial do Estado Funcionários Públicos, inclusive das Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista: Redução de 50% na assinatura anual do DIÁRIO.

TOMBO, Livro nº 1 - Tombo Arqueológico, Etnográfico, Científico, Paisagístico e Turístico e nº 2 - Tombo Histórico, pertencente a CPHAC da SECEDET.

#### TOMBAMENTO

BASE LEGAL: Lei nº 4855 de 03 de setembro de 1979

BEM: Conjunto Arquitetônico/Paisagístico do Instituto Gentil Bittencourt (Edifício Jardins, Gra-de), sito à Avenida Magalhães Barata nº 137, entre a Avenida Alcindo Cacela e Travessa 14 de Março, Belém. Processo nº 0793/81 de 22.04.81.

TOMBO, Livro nº 1 - Tombo Arqueológico, Etnográfico, Científico, Paisagístico e Turístico e nº 2 - Tombo Histórico, pertencente a CPHAC da SECEDET.

(Ext. Reg. nº 6909 - Dia: 01.11.82)

### CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.-CELPA

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 128/82, firmado entre Centrais Elétricas do Pará S.A.-CELPA e Produtos Pimbo Ltda.

Objeto - Pequenos serviços de construção e manutenção das Redes de Distribuição nas localidades da Regional de Castanhal - PA, com linha desenergizada.

Modalidade de Licitação - Tomada de Preços EIC - 001/82

Valor - Cr\$ 620,00 H/h.

Cobertura Financeira - EPD nº 00077/82 de 15.03.82, no valor de Cr\$ 17.500.000,00.

Prazo - 12 (doze) meses contados a partir da data de 22 de outubro de 1982.

Belém, 25 de outubro de 1982

**WAGNER GILLET MACHADO**

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 6923 - Dia: 01.11.82)

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 126/82, firmado entre Centrais Elétricas do Pará S.A.-CELPA e ENDICON - Engenharia de Instalações e Construções Ltda.

Objeto - Obras de reforma e ampliação da Rede de Distribuição de Santarém, com substituição rede primária, secundária e de iluminação pública, com instalação de 421 postes e retirada de 48.

Modalidade de Licitação - Tomada de Preços nº EDP-009/82.

Valor - Cr\$ 12.497.200,00

Cobertura Financeira - EDP - 00184/82, de 02.06.82, no valor de Cr\$ 60.000.000,00.

Prazo - 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da expedição do Aviso para início dos serviços expedido por Departamento competente da CELPA.

Belém, 25 de outubro de 1982

**WAGNER GILLET MACHADO**

Diretor Presidente

(Ext. Reg. nº 6922 - Dia: 01.11.82)

## Anexo 2 – Termo de Aditamento e Ratificação de Tombamento



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA EXECUTIVA DE CULTURA  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

### TERMO DE ADITAMENTO E RATIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO

A Secretaria Executiva de Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Constituição do Estado do Pará, Art. 286, Parágrafo 1º, Alínea a, Lei n.º 5.629 de 20 de dezembro de 1990 que “dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Estado do Pará”, e na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05.10.88, Art. 225, Cap. VI e, ainda

Considerando que parte da paisagem urbana do Município de Belém vem sendo rapidamente descaracterizada por edificações que, salvo algumas exceções, não levam em conta os princípios básicos de ordenação do uso do solo e apreensão do espaço urbano;

Considerando que a paisagem, na condição de patrimônio cultural, pertence à sociedade, aos seus cidadãos, sendo portanto, um bem comum.

Considerando que ameaçado o patrimônio histórico, artístico, natural e cultural, cabe ao Estado, por força da Legislação de Tombamento, assegurar que o bem comum não possa ser objeto de ações individuais capazes, de comprometer a coisa de interesse público;

Considerando que o prédio do **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Instituto Gentil Bittencourt – Edifício, Jardins e Grades**, sito a Avenida Magalhães Barata, n.º 137, Bairro de Nazaré, se consagra um espaço público já incorporado ao cotidiano da cidade de Belém/Pa, e, que portanto, devem ser preservadas sua ambiência e visibilidade em nome dos interesses da comunidade, tendo sido tombado por ato publicado em 01.11.82 no Diário Oficial do Estado.

**Resolve:** Aditar e Ratificar o ato de Tombamento do **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Instituto Gentil Bittencourt – Edifício, Jardins e Grades** na forma abaixo especificada:

Art. 1º - Estabelecer, com fundamento na Lei 5.629/90 de 20.12.90, a área de entorno do **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Instituto Gentil Bittencourt – Edifício, Jardins e Grades**, Bem Tombado por este órgão conforme abaixo se discrimina:

I – A área de entorno tem por delimitação a área limitada pela poligonal, que tem início na interseção da Avenida Gentil Bittencourt com a Avenida Generalíssimo Deodoro; dobra à direita